

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RAONY PALICER

**O Centro Periférico: a América Central e a Política Internacional**

Maringá

2017

RAONY PALICER

**O Centro Periférico: a América Central e a Política Internacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Meire Mathias

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)**

Palicer, Raony  
P162c O centro periférico: a América Central e a política internacional / Raony Palicer. -- Maringá, 2017.  
132 f. : il. color., quadros, mapas

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Meire Mathias.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

1. América Central - Política Internacional. 2. América Central e Caribe - Política Internacional. 3. Hegemonia - Gramsci, Antonio, (1891-1937) - Política Internacional. 4. América Latina - Política Internacional. I. Mathias, Meire, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 327

MN-004030

RAONY PALICER

**O Centro Periférico: a América Central e a Política Internacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, com a Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Meire Mathias

Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Hilton Costa

Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Eliel Machado

Universidade Estadual de Londrina

Maringá

2017

## AGRADECIMENTOS

Uma máxima que faz-se ouvir de modo recorrente na vida acadêmica afirma que a escrita é um processo solitário. De fato, a relação com a “folha em branco” é um momento íntimo que não aceita intermediários, porém, o que nela se escreve, por mais original que possa ser, nunca é fruto de um trabalho solitário, e sim um acúmulo de inspirações, influências e incentivos. Aos que ajudaram-me na construção desse arsenal para o enfrentamento da temível "folha em branco" meus agradecimentos são inúmeros e sinceros.

Entre as diferentes instituições que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho é importante destacar o apoio financeiro da CAPES que permitiu a dedicação exclusiva à pesquisa durante o período de sua execução. Não menos importantes foram os apoios administrativos e pedagógicos da UEM, mais especificamente o Departamento de Ciências Sociais e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, estruturas burocráticas, mas que ganham vida por meio de seus funcionários –como a Denise e o Júnior, que tornam mais leves e menos complexas as infindáveis impressões de documentos, assinaturas, dúvidas referentes aos processos seletivos, matrículas, prazos e afins – e de seus professores – cuja importância em nossa formação é tão óbvia que não vale a pena ser dissecada e tão extensa que seria impossível nomeá-los individualmente.

Entretanto, um nome deve ser destacado, não só por sua participação ativa no trabalho, mas por seu companheirismo inabalável. A professora Meire Mathias tem sido minha orientadora desde meados da graduação e sempre com uma dedicação exemplar. As histórias de rugas e atritos entre orientadores e orientandos não são poucas em se tratando de pós-graduação, mas para mim são incompreensíveis. A Meire também é responsável por reunir um grupo de estudo estimulante, o GPPEAL, com membros que se ajudam nas pesquisas e na vida. Enfim, a Meire sempre demonstrou uma paciência e confiança em meu trabalho que eu julgava imerecido e os esforços em não decepcioná-la muitas vezes foram os motivos para romper com a inércia quando a “folha em branco” mostrava-se mais assustadora e me paralisava.

Outras vezes os motivos se encontravam nos amigos, os mais próximos e antigos (aqueles) ou então os novos, que se encontravam na mesma posição que eu, tendo que escrever suas próprias dissertações, assistindo as mesmas aulas. Fui privilegiado de ter pontos de intersecção entre esses dois grupos, como a Lílian, uma espécie de bússola intelectual, exemplo de pensamento livre, crítico e profundo, sem qualquer espécie de amarras, que muito me auxiliou com leituras, discussões e revisões desde o processo seletivo até a defesa.

Falando em defesa, tenho muito a agradecer aos professores Hilton Costa e Eliel Machado que compuseram a banca e com atenção e respeito leram o trabalho e contribuíram para o seu refinamento, dando também conselhos para sua continuidade. O mesmo se deu com a professora Eide Sandra de Azevêdo Abrêu ao participar da banca de qualificação.

Por fim, agradeço àquelas pessoas que há muito me acompanham, para as quais eu devo minha própria construção enquanto pessoa. Minha mãe que desde minha infância incentivava os hábitos de um pequeno leitor, mesmo com os preços nunca acessíveis dos livros no Brasil e com a nossa situação financeira nunca indo além de um “conforto singelo” e que mesmo calejada como professora nas péssimas condições educacionais de nosso país nunca deixou de acreditar nos estudos como uma solução. Meu pai que sempre lutou para manter as condições de “conforto singelo” para nossa família, mesmo que isso significasse noites em claro e períodos de ausência. Meus irmãos, sempre mais sociáveis do que eu, que muito me ensinam sobre a amizade e o carinho. À Gi e Alice, que entraram em nossa família trazendo alegrias. À Isadora, que é um clone de minha personalidade, mas bem mais bonita. Nossas qualidades, defeitos e sentimentos são tão iguais que a compreensão do que se passa com o outro é nítida, usamos as mesmas frases de incentivos e de consolo, pois passamos pelas mesmas turbulências e compartilhamos com prazer das mesmas alegrias, e quando encontramos pequenas diferenças é sempre gostoso discuti-las, mistura-las, influenciarmo-nos mutuamente. Não bastando sua própria companhia ser uma dádiva, Isadora traz consigo uma mãe rebelde, cuja acolhida e os auxílios me colocam em débitos impagáveis.

Mais duas “folhas em branco” foram preenchidas agora, a todos que estão nelas e conseqüentemente nas que se seguirão, muito obrigado.

## **O Centro Periférico: a América Central e a Política Internacional**

### **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo a investigação das possibilidades de inserção dos Estados da América Central no sistema internacional. Pensamos o sistema internacional como a conexão entre as relações interestatais e os fatores transnacionais, resultando em um espaço de embates políticos e disputas hegemônicas. Neste sentido, procuramos analisar os Estados da América Central, suas forças e fragilidades políticas e a configuração do equilíbrio instável no qual estão inseridos, para percebermos os recursos de poder disponíveis que permitiriam sua inserção autônoma, ou mesmo uma reconfiguração no âmbito deste sistema. Para tanto lançaremos mão do aporte teórico metodológico no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais.

**Palavras-chaves:** América Central; Política Internacional; Hegemonia; América Latina.

## **El Centro Periférico: América Central y la Política Internacional**

### **RESUMEN**

Este ensayo tiene por meta la investigación de las posibilidades de inserciones de los Estados de América Central en el sistema internacional. Creemos el sistema internacional como la conexión entre las relaciones interestatales e los factores transnacionales, resultando en un espacio de embates políticos e disputas hegemónicas. En esta dirección, procuramos analizar los Estados de América Central, sus fuerzas e fragilidades políticas y la configuración del equilibrio inestable en que están inseridos, para darnos cuenta de los recursos del poder disponibles que permitiría su inserción autónoma, o sea, una reconfiguración nel ámbito de este sistema. Para tanto utilizamos el aporte teórico metodológico del campo de la Ciencia Política e de las Relaciones Internacionales.

**Palabrasclave: América Central; Política Internacional; Hegemonía; América Latina.**



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Dados básicos dos Estados independentes da América Central.....	p.96
Quadro 2. Comércio intra-regional da AEC em 2013 (em milhões de US\$).....	p.107
Quadro 3. Projetos fomentados pelo Fundo da ALBA-TCP.....	p.115

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1. América Central.....	p.28
Mapa 2. Territórios não-autônomos na América Central.....	p.29
Mapa 3. Revoltas de escravos na América Central (Século XVIII).....	p.60
Mapa 4. Intervenções estadunidenses na América Central (1904 - 1927).....	p.76

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEC	Associação dos Estados do Caribe
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALBA-TCP	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América-Livre Comércio dos Povos
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMECA	Associação Médica do Caribe
ASEAN	Associação de Estados do Sudeste Asiático
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAN	Comunidade Andina
Caricom	Comunidade do Caribe
CARIFTA	Associação de Livre Comércio do Caribe
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMLN	Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
GATB	Acordo de Genebra sobre o Comércio de Bananas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDCs	<i>Less Developed Countries</i>
MCCA	Mercado Comum Centro-Americano
MDCs	<i>More Developed Countries</i>
Mercosul	Mercado Comum do Cone Sul
NAFTA	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
ODECA	Organização dos Estados Centro-Americanos
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECS	Organização dos Estados do Caribe Ocidental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLADE	Organização Latino-Americana de Desenvolvimento de Energia
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OTC	Organização de Turismo do Caribe
OUA	Organização da Unidade Africana
PIB	Produto Interno Bruto
PNP	<i>People National Party</i>
WIC	<i>West Indies Commission</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROLAM	Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina
RBC	Revista Brasileira do Caribe
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
SICA	Sistema de Integração Centro-Americano
TIAR	Tratado Internacional de Assistência Recíproca
UA	União Africana
UE	União Europeia
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNICA	Universidades e Institutos de Pesquisas do Caribe

URGN União Revolucionária Nacional Guatemalteca  
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
UWI *University of West Indies*  
ZTSC Zona de Turismo Sustentável do Caribe

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I – O Centro: Política Internacional e a América Central.....</b>	<b>16</b>
1. Sentidos e demarcações da América Central.....	17
2. Acordos e conflitos entre Povos, Estados e Mercados: a Teoria das Relações Internacionais.....	29
3. Porque estudar a América Central: a centralidade insuspeita.....	44
<b>CAPÍTULO II – A Periferia: a América Central no Sistema Internacional .....</b>	<b>52</b>
1. Um Paraíso Infernal: a colonização da América Central como palco de disputas hegemônicas europeias. ....	53
2. Movimentos de Independências: castas e classes na construção das hegemônias nacionais e da hegemonia britânica. ....	59
3. Hegemonia estadunidense e hegemônias alternativas na América Central do Século XX .....	68
<b>CAPÍTULO III – O Centro Periférico: disputas hegemônicas na América Central contemporânea.....</b>	<b>82</b>
1. Nuestra América, Nuestro Caribe: projetos de integração na América Latina e Central .....	83
2. Caricom: do protecionismo para a liberalização, do Caribe para a América Latina .....	95
3. AEC e ALBA na integração centro-americana.....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

Existem duas “pontes” que mantem a América do Sul ligada à América do Norte. Uma delas é o Istmo Centro-Americano, 2,480 km<sup>2</sup> de terra no qual se espremem, entre os Oceanos Pacífico e Atlântico, sete Estados Independentes e suas respectivas populações, histórias e culturas. A outra ponte é incompleta, formada por ilhas que pontilham o Mar do Caribe entre o golfo do México e a costa sul-americana e se dispõem como as bases de uma ponte que não chegou a ser concluída (conforme alegoria de Juan Bosch). Nessa ponte arqueada e inconclusa se formaram treze Estados Independentes, mas permanecem ali lembranças vivas dos antigos impérios coloniais, com Estados Unidos da América, França, Holanda e Inglaterra mantendo domínio sobre territórios de nomenclaturas e formas jurídicas atualizadas (“municípios-especiais”, “Estado Livre-Associado”, “territórios ultra marítimos”). Enquanto o Mar do Caribe se expande por mais de dois milhões de quilômetros quadrados, somando-se o território de todas as ilhas tem-se apenas 234 km<sup>2</sup>.

A ponte completa, o istmo, sempre se inseriu no contexto latino-americano. De colonização espanhola e intimamente ligado com seus vizinhos do norte (o México) e do sul (a Colômbia), essa região acabou assumindo a alcunha de América Central. A ponte inconclusa, as ilhas, pela intensa disputa colonial a que esteve submetida e pela sua própria natureza insular, se viu fragmentada e em maior relação com o mar ao seu entorno, essa região passou a ser o Caribe, uma espaço sem pertencimento definido, tão próxima quanto distante da América Latina. No decorrer desse trabalho, vimo-nos no papel de estabelecer pontes entre as pontes, reaproximar o istmo das ilhas e ambos da América Latina. Assim a América Central para nós é uma só região, formada por 20 Estados Independentes e 19 dependências dispostos em 2,714 km<sup>2</sup> de terra e cercada por mares e oceanos. Nesse espaço vivem 213 milhões de pessoas, das mais variadas culturas, numa pluralidade de línguas, religiões e histórias.

A riqueza cultural efervescente da região atrai não só ao vislumbre, mas também à compreensão, assim não são poucos os trabalhos dedicados ao estudo das músicas, danças, pinturas e mais diversas formas artísticas que ali florescem. Da mesma forma, a ebulição política pela qual a região passou ao longo do século XX, com revoluções nas ilhas de Cuba e Granada e quase na totalidade dos países do istmo (mostrando a ponte implícita entre o continente e as ilhas) atraiu a curiosidade para a formação daquelas nações e seu papel no sistema internacional, porém, com o fim da Guerra Fria essa curiosidade arrefeceu. Nossa

intenção é reacender essa curiosidade. Com a queda da gigantesca União Soviética começa-se a contagem regressiva para a pequena Cuba também se afastar do socialismo, essa contagem permanece até hoje, frustrando expectativas. No Istmo as tentativas de revolução tiveram os mais diversos desfechos, federações foram criadas e destruídas, movimentos de integração regional competem com “as forças centrífugas” que esfacelam o continente e as ilhas. Analisar esse histórico e a situação atual da América Central no sistema internacional é o objetivo desse trabalho.

Para tanto, fez-se necessário um recorte teórico-metodológico que possibilitasse enxergar a região em suas dinâmicas internas e externas, em relação ao restante do continente, e inserida em um lógica capitalista e globalizada. Nesse sentido, o marco teórico gramsciano das relações internacionais se apresenta como uma ferramenta de enorme utilidade, embora de difícil manuseio. Outra construção teórica que reclama atenção é o delineamento do próprio conceito de América Central, a princípio aparentemente simples e inequívoco, as fronteiras da região se mostram diversas e inconstantes, cobrando esforços para compreender as diferentes acepções e exigindo uma delimitação clara que simultaneamente atendessem nosso objetivo de pesquisa e encontrassem correspondência com a realidade. Este processo, de afinação do marco teórico e objeto de pesquisa será o eixo norteador do capítulo inicial.

Estudar a América Central no Brasil é um desafio que se inicia em sua justificativa. Para o utilitarista a própria Ciência Social se apresenta como desperdício de recursos do já combalido complexo educacional-científico brasileiro, mas essa área ainda encontra redenção na mente pragmática se servir para medir humores, apontar fraquezas e aprofundar dominações. Dedicar-se ao caminho contrário é resistir a esse pensamento limitado e limitador, debruçar-se sobre a história abandonada, fortalecer o precário, expor dominações para encontrar brechas que levarão ao seu fim, é essa a “utilidade” da Ciência Social “não-utilitária”. Ao fim do primeiro capítulo deste trabalho são expostas as motivações científicas para o estudo da política internacional na América Central. Tais motivações incluem o virtual vazio de conhecimento brasileiro sobre a política externa dessa área que afinal é sua própria vizinhança (que não é completo, já que a presença da diplomacia brasileira ao menos é vasta em abrangência, embora não o seja em participação) e a importância geoestratégica que a região ainda possui no mundo contemporâneo. Além dessas motivações científicas, há uma motivação de cunho pessoal e afetivo, de resgatar o esquecido, de dedicar-se a recuperar a relevância política, histórica e cultural da América Central necessária para uma verdadeira integração latino-americana.

Dentre as contribuições de Antonio Gramsci destaca-se as elaborações sobre a construção e a disputa pela hegemonia entre classes sociais e entre nações. Por esse prisma podemos observar que nenhuma nação da América Central constitui-se em nenhum momento de sua história como uma nação hegemônica, pelo contrário, a região apresentou-se desde que surgiu na história ocidental com as navegações europeias (antes disso, seus povos construíam uma história própria que é praticamente apagada com a conquista) como um espaço subalterno, onde as diferentes hegemônias agiam com especial vigor. O segundo capítulo será dedicado à revisitar a construção da América Central como esse espaço marginalizado, levantando as disputas e explorações que corroeram seu espaço e sua gente.

No terceiro e último capítulo nos dedicamos à análise da política internacional contemporânea na América Central, para isso buscamos verificar documentos levantados junto aos novos mecanismos de integração regional – Caricom, AEC, ALBA, etc. – e suas respectivas histórias, desenvolvimentos e relações com organizações supranacionais – tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – para visualizarmos a posição atual desses países na política internacional.



## CAPÍTULO I – O Centro: Política Internacional e a América Central

A teoria de Pangeia e da deriva continental se apoia em evidências geológicas para afirmar que todo território do planeta Terra já foi um bloco uno, que se separou há milhões de anos e vem se distanciando deste então, dando origem aos diversos continentes. Apesar dessa separação alguns elos permaneceram e novos foram formados. O estreito de Bering, segundo outra teoria geohistórica, foi uma dessas conexões intercontinentais, a qual permitiu a chegada dos seres humanos à América por uma ponte natural de gelo, hoje derretida e submersa. Outro elo existe entre a África e a Ásia, onde o istmo de Suez ainda permite a passagem terrestre. Talvez o mais marcante dos elos geográficos seja aquele que mantém a América como um continente único, ou melhor dizendo, aquele que une as Américas: o istmo centro-americano. De formação mais recente, essa estreita e sinuosa faixa de terra liga a Colômbia (América do Sul) ao México (América do Norte) e fornece território para sete Estados e morada para cerca de 170 milhões de pessoas (ONU, 2015, p.46)<sup>1</sup>.

Em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, Karl Marx (2011) afirma que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Assim é na França analisada por Marx, assim também vem sendo na América Central desde os primórdios, quando diversas e exuberantes culturas floresceram e pereceram sobre seu solo até a chegada das embarcações europeias que iniciaram um processo de colonização, exploração e violência. Ao relembrarmos essa passagem de Marx estamos aderimos também à leitura marxista da história, que se desdobrará em uma visão marxista das Relações Internacionais em torno das reflexões de um de seus sucessores, Antonio Gramsci, conforme explicitaremos no decorrer do trabalho.

Os europeus, no entanto, não desembarcaram primeiramente no istmo, e sim, em uma das ilhas que se espalham no oceano Atlântico, próximas ao continente. Essas ilhas nada mais são quecumes de gigantescas montanhas submarinas que se erguem sobre a massa de água que as circundam e afloram na superfície, sua disposição pelo Oceano Atlântico se assemelham a base de uma ponte gigantesca que não teve sua construção concluída (BOSH, 2009). Os países insulares compartilham muito de sua história e de sua geografia com os países do istmo, afora a diferença óbvia de serem ilhas e não países continentais. Remetendo

---

<sup>1</sup> Dados populacionais referentes ao ano de 2014, retirados do *Demographic Yearbook* da Organização das Nações Unidas (ONU), disponível em < <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dybssets/2014.pdf> >, acesso em: 11/05/2016

aos povos originários da região, os Caraíbas, as ilhas ficaram conhecidas em seu conjunto, assim como o mar que as abriga, como Caribe. No entanto, não há uma fronteira nequívoca entre Caribe e América Central, não há certeza quanto onde começaria um e onde terminaria outro e não seremos nós que a criaremos.

Nosso foco nesse capítulo é colocar estes países, do istmo e do mar, juntos no centro da análise, para além de sua centralidade geográfica nas Américas, defendendo também sua centralidade geoestratégica no mundo contemporâneo e observando sua participação no sistema internacional. Antes disso, porém, devemos esclarecer mais detalhadamente nosso conceito de América Central e como apreendemos o sistema internacional.

### 1. Sentidos e demarcações da América Central

Em síntese nossa ideia de América Central é simples. Todos os setes Estados do istmo centro-americano e todos os treze países-ilhas do mar do Caribe são os Estados independentes que conformam a América Central, enquanto os diversos territórios ultramarítimos, dependências, ou Estados Livre-Associados constituem os territórios não-autônomos dessa mesma região. Menos simples é justificar tal concepção, já que ela vai de encontro com duas formulações de maior aceitação na política internacional. Na primeira concepção a América Central inexistia, sendo considerada parte da América do Norte, já a segunda considera istmo e ilhas como regiões desconexas. Ambas são insuficientes para nossa análise, pois desconsideram, ou consideram de modo limitado o pertencimento da região no contexto mais amplo da América Latina.

É impossível discorrer sobre a América Latina sem citar o passado de exploração colonial que lhe dá origem. A descoberta do Novo Mundo desencadeou entre os nascentes Estados europeus uma vertiginosa e sangrenta corrida. Ao longo de três séculos colonizadores britânicos, espanhóis, portugueses, franceses, holandeses e mesmo dinamarqueses e suecos se digladiaram para tomar posse da vastidão de terras e riquezas espalhadas de norte a sul do continente e das ilhas, até que se iniciassem os processos de independência. Conforme as populações originárias iam sendo exterminadas ou escravizadas e povos africanos eram trazidos para o trabalho forçado, os europeus iam se apropriando do espaço e forjando uma réplica tosca de sua civilização de origem. À medida que os impérios ibéricos de Portugal e Espanha vão perdendo fôlego, o império britânico se fortalece e passa dominar diversos territórios de modo direto, além de controlar indiretamente as demais

colônias através de seu poderio diante das metrópoles enfraquecidas. Nesse contexto surge a ideia de América Latina, no bojo da pretensão imperial da França, que se colocou como o único Estado capaz de defender a latinidade – constituída pela origem comum das línguas latinas e o catolicismo – nas Américas, diante da derrocada dos impérios ibéricos (PHELAN, 1979, p.7).

Dessa forma a América Latina é pensada como um recorte dentro do continente americano que abarcaria toda a extensão dos antigos territórios coloniais de Espanha, Portugal e França, países de tradição cultural latina. Em tal recorte consta boa parte da América do Sul, quase toda a América Central e o México na América do Norte. Ficam fora desse recorte os Estados Unidos, Canadá, Belize, Guiana e diversas ilhas de colonização britânica, além do Suriname de colonização holandesa (junto com algumas ilhas, como Aruba e Curaçao) e as antigas Antilhas Dinamarquesas, hoje Ilhas Virgens dos Estados Unidos.

Entretanto, o próprio império britânico entrou em decadência, sendo substituído pela hegemonia de uma de suas colônias americanas, melhor dizendo, pelas treze colônias que se uniram contra seu jugo e formaram os Estados Unidos da América. Para falarmos sobre a América Latina também temos que nos deter, mesmo que minimamente, sobre este país que nasce como apenas mais uma colônia americana, vítima do mesmo processo de expansão colonial e mercantil europeu, mas que se torna justamente o oposto, o contraponto da América Latina.

Logo seriam eles a dirigir e dominar os demais Estados da região. Em 1776 os Estados Unidos conquistam sua independência, vinte anos depois duplicaram seu território com a compra da Louisiana dos franceses. Em 1819 conquistaram a Flórida e em 1846 Oregon e Texas deixavam de ser territórios mexicanos para serem anexados aos Estados Unidos, claro sinais desde sua gênese, do vigor expansionista do novo Estado (BANDEIRA, 2009). Todavia, o maior sinal ainda estava por vir. Em 1898 a recente e pujante república dos Estados Unidos enfrenta o decrépito império espanhol na Guerra Hispano-Americana, que modificará drasticamente a geopolítica do continente e das ilhas. A velocidade com que os EUA vencem e a voracidade com que se lançam aos espólios da guerra (as colônias espanholas) é digna de espanto por todo o continente:

Os Estados Unidos, ao assumirem o domínio sobre o espólio colonial de Espanha, revelaram o caráter imperialista de sua política, que se equiparou à de outras potências da Europa, àquela época, e assustou os povos da América Latina. Mesmo no Brasil, o único país do hemisfério onde eles contavam com alguma simpatia, houve críticas ao desfecho da intervenção em Cuba [...] o ministro Assis Brasil, ao substituir Salvador de Mendonça na chefia da legação brasileira em Washington reconheceu também que a guerra contra a Espanha acentuara a orientação dos Estados Unidos para a

“política de imperialismo” em substituição à colonização europeia (BANDEIRA, 2009, pp. 63-64)

O que seria a guerra de independência cubana se torna a Guerra Hispano-Americana quando, de forma oportuna e duvidosa<sup>2</sup>, os Estados Unidos interveem em Cuba, onde a despeito dos setores dominantes cubanos que almejavam a anexação com o já gigante americano, aqueles que buscavam uma verdadeira independência, tanto da Espanha, quanto dos Estados Unidos, lutavam. Entre esses destacam-se os nomes de Antonio Maceo e José Martí, o primeiro chegou a afirmar que mediante a anexação aos Estados Unidos ele lutaria ao lado dos espanhóis e o segundo, morto em combate, se tornou o grande mártir desta luta (BANDEIRA, 2009, pp. 60-61) A participação estadunidense que transformou a guerra cubana por independência em sua guerra particular contra a Espanha, destruiu tais aspirações. Com a vitória dos Estados Unidos, Cuba tornou-se oficialmente independente, mas na prática permanecia como um protetorado do vizinho do norte, segundo as amarras da emenda Platt<sup>3</sup>. Os Estados Unidos ainda conquistaram territórios na Ásia e no Pacífico, além de Porto Rico no Caribe, que permaneceu em seu status de colônia (BANDEIRA, 2009)

Conforme aponta o historiador Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (2009, p.63) como resultado da Guerra Hispano-Americana os Estados Unidos “assumem o espólio colonial” da Espanha e “revelaram o caráter imperialista de sua política” De fato, essa demonstração do poderio que vinha se formando nos Estados Unidos faz com que a ideia de América Latina, encetada no imperialismo francês, ressurgisse como ideário nativo, a América Latina passa a ser admitida pelos próprios países latinos como uma união a ser almejada para fazer frente à nova potência.

---

<sup>2</sup> Os Estados Unidos entram em guerra contra a Espanha em represália à explosão de seu encouraçado *USS Maine* que se encontrava em Cuba durante a guerra da ilha por independência. Segundo Bandeira (2005, p.46): “A imprensa americana acusou prontamente a Espanha pela explosão do *USS Maine*, sem que houvesse qualquer prova ou evidência de que ela tivera qualquer participação no acontecimento, o que nem era provável, pois não lhe interessava um conflito com os Estados Unidos quando se empenhava em sufocar a luta pela independência de Cuba”. Se para a Espanha não havia interesses no conflito, para os EUA havia-os em profusão, como se provou com a conquista dos territórios após a vitória estadunidense. Aventa-se a possibilidade de a explosão ter sido provocada pelo próprio EUA para justificar o conflito. Também seria provável que parte dos rebeldes cubanos, ansiosos pela participação estadunidense, tenham provocado a explosão. A autoria e as motivações da explosão são incertas e misteriosas, porém a rapidez e a resolução com que a Espanha foi condenada e punida é nítida e significativa.

<sup>3</sup> A chamada “emenda Platt” é o modo mais claro de expor a dominação estadunidense na política latino-americana. É uma emenda constitucional criada pelo congresso dos Estados Unidos, mas que atua sobre a constituição de outros países. Ela é aprovada em 1901, sendo redigida por Orville H. Platt e assegura entre outras coisas, o direito dos Estados Unidos intervirem nos assuntos internos dos países em que é aplicada e também de poder comprar partes de seus territórios. Além de Cuba, o caso mais notório de intervenção pela emenda Platt foi no Panamá, assumindo o controle do Canal. Embora tenha caído em desuso, resquícios da emenda permanecem até hoje, como a manutenção da Base Naval de Guantánamo em Cuba.

Já em 1823, o presidente estadunidense James Monroe estabelecia a famigerada doutrina que levou seu nome, na qual a ideia de que “a América possui um hemisfério para si próprio” simbolizava a ascensão desse novo poder, um aviso às antigas potências e uma delimitação de área de influência própria, mas a Doutrina Monroe apenas se corporifica em todo seu potencial destruidor ao fim da guerra hispano-americana, em 1898. Renova-se, portanto a ideia de América Latina, agora como um contraponto à nova hegemonia. O historiador Hector Bruit (2000, p.2) destaca o fato de que:

O nome de América Latina, independentemente das razões ideológicas e políticas que envolveram seu nascimento, veio para rebatizar um continente que tinha perdido seu nome originário.

O nome originário a que Bruit se refere é o termo “América”, que foi apropriado pelos EUA para denominar seu país, entretanto este não foi o primeiro nome originário perdido por essas terras. Porto-Gonçalves (2009), apresenta uma diversa nomenclatura indígena apagada pelo colonizador. Nomes como Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama e Abya Yala são esquecidos, junto com o extermínio desses povos e a supressão de suas culturas no processo de colonização. Além disso, o termo “América” é uma homenagem ao colonizador europeu Américo Vespúcio que teve seu nome eternizado no continente pelas mãos do cosmólogo alemão Martin Wakdseemüller (PORTO-GONÇALVES, 2009; QUENTAL, 2012) e “só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, adotada pelas elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus, no bojo do processo de independência” (PORTO-GONÇALVES, 2009). Portanto, a aceitação do termo pela população agora constituinte do continente passa por um novo processo de colonização, uma colonização interna através da qual as elites locais impõem seu poder aos povos originários novamente aliados e também aos diferentes povos e etnias trazidos da África no período da escravidão que permaneceram pela região, aumentando ainda mais a miscigenação e a diversidade do continente.

Por fim, cabe dizer que o termo “América” para denominar todo o continente não foi completamente perdido, ele ainda permanece em disputa. Neste estudo, por exemplo, ao dizermos América ou americanos estamos nos referindo sempre à totalidade do continente, e utilizamos os termos específicos de Estados Unidos ou sua sigla EUA e estadunidenses para nos referirmos àquele país e seu gentílico. Essa disputa sobre os termos utilizados na pesquisa nos é caro, pois compartilhamos do exposto por Octavio Ianni, ao afirmar que:

O mesmo pensamento que descreve, compreende, explica ou nomeia, participa decisivamente da constituição do objeto [...] Quem nomeia,

constitui, articula e significa o nomeado, seja este real ou imaginário. (IANNI, 2000, p.12)

As fronteiras, os povos e as nações que prorrompem desde a Terra do Fogo até o muro fronteiro no México (tão sólido quanto simbólico) se unem ou se fragmentam ao longo da história. Neste conturbado processo enunciam-se e calam-se diversos nomes e diversas vozes. Utilizar determinado termo consiste em um duplo processo de unir-se ao coro e silenciar. O pesquisador que se debruça sobre nossa complexa e contraditória região deve estar ciente que iluminar ou obscurecer esse vínculo faz parte da própria construção de nosso ser, nossa consciência e nosso espaço.

É neste sentido que consideramos equivocada uma das concepções de América Central que enunciamos acima, aquela que se utiliza do termo “América do Norte” para designar tanto os países da América do Norte propriamente dita (Estados Unidos, Canadá e México), como os países da América Central e do Caribe. Tal classificação perde força ao separar regiões com passado e condições socioculturais próximas, como a América do Sul e a América Central e unir realidades díspares tais quais a centro-americana à estadunidense ou canadense. Insistimos no conceito de América Latina e visualizamos suas particularidades em microrregiões, tais como o “Cone Sul” formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ou os “Estados Andinos” constituídos por Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, além, é claro, da própria “América Central”, na junção istmo e ilhas.

Outro conceito também ganhou força no bojo da guerra hispano-americana, aquele que une as ilhas entre o golfo do México e a costa sul-americana. Em “*La invención del Caribe a partir de 1898 (Las deficiones del Caribe, revisitadas)*”<sup>4</sup>, o historiador porto-riquenho Antonio Gatzambide defende a ideia de que o conceito de Caribe é um invento do século XX. O termo “Caribe” em si é tão antigo quanto à chegada dos europeus na região, mas a ideia de Caribe que o preenche é fruto da mesma resistência à ascensão estadunidense que marca a ressignificação da América Latina e se revigora com as revoluções que se desencadeiam ao longo do século XX. Já em seu diário da primeira viagem à América, o navegador genovês Cristovão Colombo utilizou o termo para descrever os nativos antropófagos. Caribes, para os espanhóis, se tornou sinônimo de selvagens, isto é, os indígenas que se rebelavam contra o domínio de suas terras, se recusando à conversão espiritual e à escravidão (GAZTAMBIDE, 2006, p.2).

---

<sup>4</sup> Uma conferência ministrada pelo autor, depois publicada em forma de artigo, sendo constantemente revisada, ampliada e republicada a partir de então. Para este trabalho foi utilizada a versão publicada na revista Jangwa Pana, v. 5, n. 1, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/jangwapana/article/view/441>>. Acesso em: 26 de maio de 2015.

Deixa-se entrever dessa forma duas características que acompanham o termo Caribe ao longo de sua história. De um lado a origem colonizadora, destacada por aqueles que se recusam a utilizá-lo, como o antropólogo cubano Fernando Ortiz, para quem a noção de Caribe não pode existir a não ser por: “*una certa consideración económica de sabor imperialista*” (ORTIZ, 1936 apud REINOSA e GARCIA, 2013, p. 28). Por outro lado, também está presente o símbolo da insubordinação, que será requisitada por aqueles que se dispuseram a recuperar a noção de Caribe como algo próprio e digno de orgulho, forjando a identidade caribenha na indignação frente as diversas dominações que se instalaram na região.

Dernival Venâncio Ramos (2008) analisará autores deste segundo grupo, dentre os quais se destacam Juan Bosch<sup>5</sup> e Eric Williams<sup>6</sup>. Ambos utilizam o mesmo recorte temporal: a vitória da Revolução Cubana como marco final de uma trajetória histórica que se inicia com a chegada dos espanhóis. Também compartilham o ano de publicação de seus trabalhos e a proposta de um Caribe insubmisso, ou, para usarmos o conceito do autor, contracultural. Segundo Ramos (2008, p. 463), essas obras criam “uma memória de resistência”, de modo que através da Revolução Cubana, a noção de rebeldia e insubordinação do termo “Caribe” expande-se dos indígenas indomáveis a todos os povos da região.

Sendo assim, tanto o dominicano Bosch, quanto o trinatário-tobagense Williams, fazem parte do processo de “reconquista” do termo Caribe pelos caribenhos. Todavia, Ramos não trabalha a diferença da área de abrangência do termo para esses dois autores. Enquanto para Williams o Caribe corresponde exclusivamente às ilhas, Bosch trabalhará com uma noção que atualmente vem sendo chamada de Grão-Caribe. Portanto, o trabalho de Ramos joga luz sobre a ressignificação do termo Caribe e nos ajuda a concluir seu panorama histórico, mas para visualizarmos a diversidade de recortes que viceja sob o termo Caribe devemos retornar à Gaztambide. O autor porto-riquenho elenca três conjuntos de análises comumente utilizadas e acrescenta mais uma, da qual partilha. As tendências visualizadas por Gaztambide são:

- 1) O Caribe Insular: restrito quase totalmente às ilhas, incluindo apenas Belize da América Central e as Guianas na América do Sul. Este recorte é mais utilizado em pesquisas históricas por ser o mais antigo, é o recorte utilizado por Eric Williams (2006, p.11);

---

<sup>5</sup> Com a obra “*De Cristóbal Colón a Fidel Castro: el Caribe, frontera imperial*”.

<sup>6</sup> Com a obra “*From Columbus to Castro: The History of the Caribbean, 1492-1969*”,

- 2) O Caribe Geopolítico: soma-se os países da América Central às ilhas. É privilegiado nos estudos sobre as relações com os Estados Unidos da América por ter sido alvo preferencial de influência e intervenções estadunidenses (2006, p.13);
- 3) O Grão-Caribe: inclui além das ilhas todos os países do istmo, as Guianas, Suriname, o México, a Colômbia e a Venezuela, ou seja, todos os países que são banhados pelo Mar do Caribe – por isso esse recorte também é conhecida como “Bacia do Caribe” (2006, p.15). É o utilizado por Juan Bosch e vem sendo popularizado com a aproximação dos países sul-americanos, notadamente a Venezuela, com a região;
- 4) A quarta tendência, adicionada por Gaztambide, se refere ao Caribe Cultural, ou Afro-América Central, tem um pendor menos geográfico, não se circunscrevendo entre países, mas entre regiões dentro desses países que possuem a mesma herança histórico-cultural, podendo avançar inclusive por partes do Brasil (o nordeste açucareiro) e dos EUA (a região de Nova Orleães), que compartilham da cultura escravista e monocultora do *plantation* (2006, p.18).

Esse quadro possibilita visualizar com clareza os usos do termo Caribe de acordo com suas principais tendências, no entanto, ainda há uma multiplicidade de concepções que não se enquadram nas divisões formuladas por Gaztambide, como a do escritor colombiano Oscar Collazos que narra a invasão do mar do Caribe pelo Oceano Pacífico para delimitar a região seguindo as curvas das águas que:

*“Entra[n] por canal de Panamá, corre por toda la franja del Pacífico hacia el sur [...] llega ao norte de Ecuador a las costas de Esmeralda y acaba por crear una estación provisoria y casi final em Guayaquil”* (COLLAZOS, 1999 apud REINOSA e GARCIA, 2013, p. 33).

Ou ainda a concepção pós-moderna do cubano Antonio Benítez-Rojo, de Caribe enquanto um meta-arquipélago cultural que carece de centro e limites (ROJO, 1998, p.V). Diante do prisma de concepções disponíveis a afirmação de Norman Girvan (2000, p.4) parece-nos salutar:

*“[...] la noción de Caribe ha sido – y está siendo – continuamente redefinida y reinterpretada, en función del interés por ofrecer respuestas a las influencias externas y a los procesos internos. Una posición apropiada es sostener que no hay una definición “precisa” o consumada; el contenido depende más bien del contexto, pero ello debe especificarse con claridad cuando se emplee con propósitos descriptivos o analíticos [...].”*



Assim Caribe e América Central ora se confundem, ora se distanciam, tanto “Caribe” quanto “América Central” podem ser utilizados para se referir ao conjunto istmo e ilhas. Todavia, de acordo a segunda concepção anunciada como insuficiente no início deste trabalho (a que se propõe a tratar a região como duas experiências diversas) é mais comum utilizar América Central para se referir apenas ao istmo<sup>7</sup> e Caribe para se referir apenas às ilhas, Convém portanto, “especificarmos com clareza” como pede Girvan(2000, p.4), nossas escolhas para a conceitualização de América Central como uma região diversa da América do Norte, pertencente à América Latinae constituída pela junção dos Estados independentes e territórios não-autônomos do istmo centro-americano e das ilhas do Caribe.

Quando da chegada dos europeus, os indígenas Caraíbas que habitavam parte das ilhas e deram nome à região também estavam presentes na costa da América do Sul e parte do istmo de onde na verdade eram originários. Isto significa que desde os primórdios já haviam laços culturais que uniam ilhas e continente. De todo modo, os Caraíbas dividiam essas terras com uma profusão de etnias, nem sempre amistosas entre si. O que uniu à ferro e fogo ilha e istmo foi o colonizador, fosse ele quem fosse. Espanhóis, franceses, holandeses e britânicos deixaram em suas respectivas colônias diferentes estruturas sociais segundo sua cultura de origem. Conforme os países conquistavam sua independência<sup>8</sup> mantinha-se a herança cultural da metrópole, sua língua, sua religião, suas instituições, no entanto, todas as metrópoles coloniais tinham o mesmo interesse de exploração de recursos das colônias movidas pela mesma sanha mercantilista. O que forja a América Central e mantém ainda hoje mais semelhanças que diferenças entre seus Estados, estejam eles no istmo ou no mar, é a forma como o capitalismo chegou e se desenvolveu nessa região. Conforme afirma Moniz Bandeira (2005, p.35, grifo do autor):

---

<sup>7</sup> Ou ainda, apenas parte do istmo. Resumidamente podemos definir duas tendências para a delimitação da região da América Central quando se trata apenas do istmo. De um lado há a inclusão de todos os setes países: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. De outro lado há a referência aos cinco países mais próximos culturalmente, excluindo Belize, de independência tardia e colonização britânica – enquanto os demais sofreram colonização espanhola – e o Panamá, que se separa da Colômbia em um processo sob forte influência estadunidense.

<sup>8</sup> Geralmente pelas mãos da elite *criolla*. O sistema de exploração colonial cria na América Latina uma sociedade de castas. No topo hierárquico se encontra o colonizador (português, espanhol etc.), senhor de terra e escravos, na base se espremem os africanos escravizados explicitamente e os povos originários, também escravizados de forma dissimulada. Entre esses dois polos e surgido da união deles, se encontrava o mestiço ou *criollo*. O mestiço reconhecido e protegido por seu pai, o colonizador, assume postos mais elevados na sociedade colonial, embora não tenha os mesmos direitos e a mesma importância que o filho legítimo, o espanhol/português puro, assim o mestiço de posses passa a ser conhecido como *criollo*, se diferenciando do mestiço pobre que permanece com a alcunha de mestiço (*mestizo*). Essa divisão é mais fragante na América Hispânica, embora possa ser enxergada também no caso brasileiro e francês. Nas guerras de independência esse grupo já se encontrava mais fortalecido economicamente e liderava a insatisfação de índios, mestiços e escravos. Com o fim das guerras se estabeleceram como elite local, mantendo os demais grupos em posição subalterna no sistema de dominação.

O capitalismo, ao longo da história, foi a única formação econômica com capacidade de expansão mundial. Sua evolução, desde o mercantilismo constitui um *processus* de contínua globalização da economia, que começou com as viagens de circunavegação, no final do século XV e começo do século XVI.

Esse processo de expansão e suas consequências na América Latina é detalhado por Florestan Fernandes. Segundo o sociólogo brasileiro, se abateram sobre a América Latina quatro padrões de dominações que se modificavam segundo as transformações capitalistas que ocorriam na Europa (os três primeiros tipos) e nos Estados Unidos (o último). Se em um primeiro momento a dominação colonial se espalhou por todo continente americano<sup>9</sup>, com a derrocada deste processo, logo se incorporou um modo indireto de dominação externa, coordenada pela Inglaterra e baseada no “controle de posições estratégicas nas esferas comerciais e financeiras” (FERNANDES, 1975, p.15). A Revolução Industrial transforma radicalmente o capitalismo na Europa e chega à América Latina como um terceiro tipo de dominação externa que atinge:

Todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1975, p.16).

Por fim, o quarto padrão de exploração surge com “a expansão das grandes empresas corporativas” e corresponde a um *imperialismo total* segundo Fernandes (1975, p.18), pois controlaria desde as taxas de natalidade até “o eixo vital da política nacional”, passando pela educação e pelos meios de comunicação de massa. Quem capitaneia essa exploração é justamente um estado americano, que já esteve no papel de colônia, os Estados Unidos. Florestan fará ressalvas quanto às particularidades de abrangência desses quatro padrões nos países da região, afirmando que:

Apenas alguns países como Argentina, Uruguai, Brasil, México, Chile etc., conheceram sucessivamente todas as formas de dominação externa. Outros países, como Haiti, Bolívia, Honduras [...] Peru etc., experimentaram a primeira e a segunda formas típicas de dominação externa, tornando-se economias *de enclave* e versões modernizadas do antigo sistema colonial ou do neocolonialismo transitório do início do século XIX (FERNANDES, 1975, p.19, grifo do autor).

---

<sup>9</sup> Florestan se dedica à análise da colonização ibérica, portanto não considera a participação dos Estados Unidos e Canadá nesse processo, entretanto, nós os incluímos nesse momento, conforme argumentaremos abaixo.

Foi pensando na diferença de abrangência dos padrões de dominações que afirmamos que a dominação colonial se estendeu por todo o continente americano, incluindo, portanto os Estados Unidos e Canadá, pois acreditamos que neste momento, mesmo tendo uma colonização mais voltada ao povoamento, estes territórios também foram explorados e seus povos nativos também foram exterminados. A guerra de independência dos Estados Unidos é uma guerra contra o segundo padrão de dominação descrito por Florestan, é a partir de então que o destino desse país passa a não ser mais compartilhado com o restante da América. O Canadá tem um processo de independência formal extremamente lento e gradual, porém também não se enquadra nos padrões de dominação externa que envolvem a América Latina a partir do chamado neocolonialismo, ao contrário das demais colônias inglesas, dependentes da produção e exportação de açúcar como Jamaica e São Cristóvão e Nevis, ou de algodão como as Bahamas, ou seja, legítimas economias *de enclave*.

Por esse motivo defendemos outra posição incomum, a de incluir no conceito de América Latina também os pequenos países de herança anglo-saxã que permaneceram e permanecem na condição de subalternos<sup>10</sup>. A América Latina ressignificada como resistência se abre também para os vizinhos não latinos que compartilham desse fardo de exploração contínua. Seguindo essa concepção Suriname é América Latina. Guiana é América Latina. Belize é América Latina e também América Central.

A maior presença anglo-saxã nas ilhas do Caribe e a tendência geral de desconsiderar a história compartilhada desses países com o restante da região resultou no descolamento das ilhas no contexto mais amplo da América Latina. Assim, é comum vermos a expressão “a América Latina e o Caribe” em discursos políticos, trabalhos acadêmicos e instituições internacionais. Um exemplo é a distinção promovida pela ONU entre a região da América Latina e Caribe, conforme demonstra Rodrigues (2002, p.71):

Na Organização das Nações Unidas, distingue-se a América Latina do Caribe, e o sistema as trata como duas regiões independentes. Essa distinção foi oficializada desde a criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL –, através da Resolução 106 (VI), 1948, do Conselho Econômico e Social – ECOSOC.

Nesse caso, o istmo é considerado parte da América Latina, ao contrário do Caribe. É fácil perceber o apelo desta perspectiva. Através dessa divisão pode-se focar nas particularidades de cada região, inevitáveis em se tratando de uma região continental e outra

---

<sup>10</sup>Cabe lembrar que pela fidelidade ao significado do termo “Latino” é mais comum os países de colonização anglo-saxã serem excluídos do conceito de “América Latina”, porém, a nosso ver essa coerência léxica resulta em uma incoerência político-cultural.

insular. Se essa é uma vantagem desta perspectiva, é também uma fraqueza. Apontar as particularidades permite certos avanços ao mesmo tempo em que impede outros, pensar uma integração latino-americana fica mais difícil com o Caribe isolado. Em nosso caso, confiamos no pertencimento do Caribe à América Latina e vemos mais força nas semelhanças entre essas regiões do que em suas diferenças – inegáveis, mas não excludentes ou insuperáveis.

Obviamente, no espaço de uma região tão vasta e diversa, surgem diferenças e contradições entre os Estados que ali nascem após os processos de independência e não raros foram os casos de conflitos regionais, no entanto, o passado comum de exploração, as circunstâncias sócio-históricas à que foram expostos em conjunto, garantem que haja uma identidade latino-americana, modos latinos de se pensar o mundo e pensar a si no mundo, o que possibilita que ainda hoje usemos a América Latina enquanto categoria analítica e espaço geopolítico e geoeconômico, sendo que esse espaço e essa categoria abarquem também as ilhas do Caribe.

Embora também seja usado para se referir tanto ao istmo quanto às ilhas, o termo “Caribe” está mais conectado com a ideia das ilhas, por isso escolhemos o termo “América Central” para pensarmos o conjunto da região. Portanto, sempre que falarmos em América Central, estamos nos referindo à região como um todo, e quando falarmos de uma sub-região em específico, falaremos em istmo, continente ou América Central Continental por um lado, e por outro lado, em ilhas, Caribe ou América Central Insular.

Dessa forma, nossa análise se enquadra na concepção que Gaztambide (2006, p.13) chama de “Caribe Geopolítico”, mas chamaremos apenas de “América Central”. Ela abarca os Estados formadores do istmo que liga a América do Sul à América do Norte, composta por Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, e o agrupamento de diversos arquipélagos localizados próximo ao istmo e entre a América do Sul e do Norte, onde o Oceano Atlântico se transforma no Mar do Caribe, composta por Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristovão e Neves, São Vicente e Granadinas e Trindade e Tobago.

### **Mapa 1. América Central.**



Fonte CIA. World Factbook. Disponível em: [https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook//graphics/ref\\_maps/political/jpg/central\\_america.jpg](https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook//graphics/ref_maps/political/jpg/central_america.jpg) acesso em 11/06/2016.

Além destes Estados independentes há na América Central diversas dependências, territórios ultra-marítimos, e Estados livre-associados que compõem a dinâmica e aprofundam a complexidade da região e como tal serão sempre observados. São dependências britânicas as ilhas de Anguilla, Bermuda, Ilhas Caimão<sup>11</sup>, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas e Monserrate. Os Países Baixos mantem um elo confuso com Aruba, Bonaire, Curaçao, Saba, *Sint Marteen*<sup>12</sup> e Santo Eustáquio, no qual algumas ilhas são nações integrantes dos Países Baixos e outras são “municípios especiais”, sendo que o Reino dos Países Baixos tentam estimular sua independência à revelia das ilhas. Das pretensões imperiais francesas que deram origem ao termo “América Latina” só restaram as pequenas ilhas de Guadalupe, Martinica, *Saint Martine* São Bartolomeu. Por fim, a minúscula ilha Navassa e as Ilhas Virgens dos Estados Unidos estão sob o controle estadunidense, que também mantém, desde a guerra hispano-americana, Porto Rico em condição semicolonial, agora com o status incerto de Estado livre-associado.

<sup>11</sup> Coexistem variadas grafias para os nomes de alguns Estados na língua portuguesa, algumas mais anglicanas, outras mais aportuguesadas, por exemplo: encontra-se referências às “Ilhas Cayman” e às “Ilhas Caimão”. Via de regra optamos pela opção aportuguesada.

<sup>12</sup> A Ilha de São Martinho teve a colonização dividida entre França e Holanda e tal divisão permanece atualmente. Assim, temos a parte holandesa da ilha, *Sint Maarten*, e a parte francesa, *Saint Martin*. Para diferenciá-las denominaremos cada uma segundo seu nome na língua de origem e usaremos São Martinho para a ilha como o todo.

**Mapa 2. Territórios não-autônomos na América Central**

Fonte: Editado pelo autor a partir de mapa disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa\\_america\\_central\\_caribe.svg#](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_america_central_caribe.svg#) acesso em 11/06/2016\*.

Nesta breve conceitualização já conseguimos vislumbrar os múltiplos interesses e as inúmeras disputas que tem palco neste pequeno espaço territorial, fragmentado em diversos Estados e povoado por uma abundância de povos e culturas. Tamanha complexidade escapa da alçada de qualquer área da ciência que pretenda aprisionar seu objeto de pesquisa apenas para si. Neste sentido, o trabalho conjunto da Ciência Política, Geografia, Antropologia, Economia, História, entre outros, resulta muito mais profícuo. Quando se trata da relação entre e intra povos e Estados, as Relações Internacionais se propõem a aglutinar esses diferentes esforços.

## 2. Acordos e conflitos entre Povos, Estados e Mercados: a Teoria das Relações Internacionais

Estipular a gênese das Relações Internacionais é um trabalho hercúleo e inglório. Se pensarmos as Relações Internacionais como um fato, isto é, como as relações estabelecidas pela convivência de diferentes nações – entendida grosso modo, como a junção cultural e política de um grupo – então as Relações Internacionais seriam tão antigas como o próprio homem, podendo ser enxergadas até mesmo em disputas tribais, pois assim que o homem se

---

\* A ilha de Bermuda está localizada consideravelmente mais ao norte, de modo que foi necessário realizar sua exclusão do mapa para mantê-lo em menor dimensão. Também estão ausentes, porém devido ao minúsculo território que possuem – o que exigiria uma escala que tornaria o mapa impraticável: a ilha Navassa (EUA, localizada entre a Jamaica e Haiti); Saba e Santo Eustáquio (Países Baixos, localizadas entre Anguilla e São Martinho) e São Bartolomeu (França, também localizada entre Anguilla e São Martinho).

reúne entre iguais sob a abstrata ideia de nação (mesmo sem esse nome), ele se relaciona com os diferentes, por comércio ou violência, entre guerras e alianças. Há um consenso, porém, quanto à necessidade de certa institucionalização para essas relações serem alvos do estudo das Relações Internacionais enquanto ciência. Nesse sentido:

As relações internacionais parecem ser, por definição, relações entre nações. Neste caso, o termo nação não é tomado no sentido histórico que recebeu depois da Revolução Francesa; designa uma espécie particular de comunidade política, aquela na qual os indivíduos têm, na sua maioria, uma consciência de cidadania, e onde o Estado parece a expressão de uma nacionalidade preexistente. (ARON, 2002, p.51)

O consenso é breve e se encerra assim que se estabelece. O que seria e até onde iria tal institucionalização é motivo de debates. De certo modo, as cidades-estados gregas podem ser consideradas institucionalizadas o suficiente para que a obra de Tucídides seja considerada um marco fundante das Relações Internacionais, conforme afirma Hélio Jaguaribe no prefácio de “A História da Guerra do Peloponeso”:

Tucídides foi o primeiro historiador moderno e o primeiro analista crítico de relações internacionais. Como Ranke, pretendia relatar, objetivamente, os fatos como haviam ocorrido. Como os sucessores culturalistas deste, aspirava a interpretar as motivações e a explicar as circunstâncias que condicionaram os eventos que narrava (2001, p.XXV)

O teórico francês Raymond Aron pensando na ideia de comunidade política supracitada, realiza uma digressão hipotética na tentativa de enquadrar o objeto específico das Relações Internacionais e admite as cidades-estados gregas como uma unidade política passível de análise pelas Relações Internacionais:

Na fórmula "relações internacionais" a nação equivale a qualquer coletividade política, organizada territorialmente. Admitamos portanto, em caráter provisório, que as relações internacionais são relações entre *unidades políticas*, conceito que abrange as cidades gregas, o império romano e o egípcio tanto quanto as monarquias européias, as repúblicas burguesas e as democracias populares. (2002, p.51)

Os problemas que tal definição acarreta – como a dificuldade de se separar o indivíduo da *unidade política* – são minimizadas pelo autor, pois:

Nenhuma disciplina científica tem fronteiras traçadas com exatidão. Não importa muito saber onde começam e onde terminam as relações internacionais; em que momento as relações interindividuais deixam de ser "relações internacionais". O importante é determinar o centro de interesse, a significação própria do fenômeno ou dos comportamentos que constituem o núcleo deste domínio específico. Ora, não há dúvida de que o centro das relações internacionais está situado no que chamamos de "relações interestatais", as que engajam as unidades políticas. (ARON, 2002, p.52)

Dessa forma, embora admita impérios antigos e utilize reiteradas vezes a obra de Tucídides como uma fonte de história comparada para a formulações de leis gerais da Teoria das Relações Internacionais, no centro da análise de Aron está a ideia de *unidade política* que encontra sua forma mais elaborado nos Estados Modernos. Outra perspectiva pensa justamente o surgimento do Estado Moderno como o momento originário das Relações Internacionais:

A característica ímpar do século XVII como marco para as Relações Internacionais – ponto de partida no *locus* histórico das considerações introdutórias – se deu não somente pela criação do conceito moderno de Estado com sua *summa potestas* (soberania) por meio do tratado assinado em Munster e Osnabruck da Paz de Westphalia (1648), mas, principalmente, pelo fato de que fora reconhecido o princípio do estatocentrismo como engrenagem mestra da política entre as nações. Além disso, este momento histórico ajudou a consolidar, atrelado ao estatocentrismo, os princípios do realismo clássico das “razões de Estado” (*raison d'état*) de Richelieu e Mazarin que perduram, categoricamente, até hoje. (CASTRO, 2012, p.36)

Segundo o mesmo raciocínio, podemos considerar as Relações Internacionais como sendo alguns séculos mais antigas, já que os processos que promoveram a constituição dos Estados modernos se iniciaram lenta e gradualmente já no século XV. Por outro lado, alguns autores cobram uma institucionalização ainda maior para considerar o nascimento das Relações Internacionais, assim não só o Estado precisa estar mais definido, como a própria ciência precisa ganhar corpo institucional, eles colocam assim o surgimento da primeira cátedra de Relações Internacionais na Universidade de Gales em 1919, como o momento da constituição de fato das Relações Internacionais. Essa data vai ao encontro com a argumentação de E.H. Carr, porém, por motivos diferentes, já que o autor está menos interessado no aspecto formal do surgimento de uma cátedra e mais voltado ao volume e qualidade das reflexões produzidas sobre o tema, sendo assim, ele aponta a Primeira Guerra Mundial como o fator catalizador para o interesse de estudos da Política Internacional. Segundo o autor:

A guerra ainda era vista principalmente como negócio de soldados e o corolário disto era que a política internacional era um negócio de diplomatas. Não havia um desejo geral de retirar a condução dos assuntos internacionais das mãos dos profissionais, nem mesmo de prestar atenção séria e sistemática ao que eles estavam fazendo. [...] A guerra de 1914-18 pôs um fim na opinião de que a guerra é um assunto que afeta unicamente soldados profissionais e, fazendo isto, dissipou a impressão correspondente de que a política internacional podia ser deixada com segurança nas mãos dos diplomatas profissionais. (2001, p.4)



Apresentamos esse breve levantamento para contextualizar a rica história das Relações Internacionais, mas também para demonstrar a imensidade de discussões em que tal área está envolta, bem como justificar o fato de não nos adensarmos em tais searas. As Relações Internacionais surgem no Século IV a.C, no Século XVII ou em 1919? Qual o seu objeto específico? Entrar nessas discussões seria polêmico e pouco vantajoso para nosso objetivo neste estudo, dessa forma nos focaremos na estreita relação dessa disciplina com a Ciência Política e nas ferramentas que ambas oferecem para a compreensão e transformação do mundo.

Neste sentido a obra de Edward Hallet Carr se coloca como um excelente ponto de partida. Um exemplo disso é o próprio modo com que o autor denomina a nova área de estudo que estaria surgindo após a Primeira Guerra Mundial: Ciência da Política Internacional (CARR, 2001, p.5). Carr era historiador por formação, mas suas maiores contribuições se deram como teórico e praticante das Relações Internacionais<sup>13</sup>. Ao enfatizar a política no estudo das questões internacionais, o teórico britânico contraria a tendência liberalista de sua época que valorizava sobremaneira o aspecto econômico. Sua grande obra, “Vinte anos de crise: 1919-1939” tem a clara intenção de contrapor essa tendência liberalista, segundo ele impregnada de utopia, ao realismo político. Entretanto, Carr não despreza a economia ou o valor da utopia, apenas confronta as análises que investem demasiadamente nestes aspectos e abandonam a política e o realismo. Segundo o autor:

O pensamento imaturo é predominantemente utópico e busca um objetivo. O pensamento que rejeita o objetivo como um todo é o pensamento da velhice. O pensamento maduro combina objetivo com observação e análise. Utopia e realidade são, portanto, as duas facetas da ciência política (CARR, 2001, p.15).

Este é um ponto importante, pois ao mesmo tempo em que distancia Carr dos pensadores idealistas, tributários de Kant, também o afasta de outros autores do próprio realismo, como a visão mais pragmática de Hans Morgenthau. Dessa forma, o autor traz para o centro da discussão a questão do conflito, da disputa de poder entre os Estados no sistema internacional de modo a permitir análises mais efetivas, mas também está preocupado com a ação política, com a transformação desse sistema e com a manutenção da esperança, tanto que seu livro é dedicado “Aos construtores da Paz Vindoura”.

Do mesmo modo, embora resgate o papel do poder no sistema internacional, o autor também se detém sob a questão da moral nesse sistema. Neste caso, Carr admite a existência e

---

<sup>13</sup> O autor britânico publicou diversas obras na área e trabalhou durante anos no Ministério das Relações Exteriores de seu país (ROSEVICS, 2015)

a necessidade de acordos para o funcionamento mínimo do sistema, embora não deixe de pontuar a influência gerada pelo poder para a formulação e a manutenção de acordos e tratados. De toda forma, conclui Carr:

Na prática, sabemos que só se pode conseguir a mudança pacífica através de um meio-termo entre a concepção utópica, de um sentimento comum do que é certo, e a concepção realista, de um ajustamento mecânico a um equilíbrio de forças alterado. Eis por que uma política externa bem-sucedida deve oscilar nos polos aparentemente opostos da força e da conciliação (2001, p.284).

Mesmo constantemente se referindo ao seu trabalho como fruto da Ciência Política Internacional, o estudo minucioso e detido de Carr influencia enormemente o debate das Relações Internacionais, consagrando o autor como referência obrigatória para quem se propõe aos estudos dessa área, mesmo para seus adversários, que insistem na perspectiva idealista em sua roupagem neoliberal.

A supracitada primeira cátedra de Relações Internacionais foi nomeada em homenagem ao presidente estadunidense Woodrow Wilson que encarnava os valores liberais. Winston foi presidente dos Estados Unidos durante e após a primeira Guerra Mundial, mesmo presenciando e participando do maior combate entre nações já ocorrido até então, manteve-se fiel ao discurso da capacidade auto-regulatória da economia para a manutenção da “Paz Perpétua”. Seu discurso se materializou em prática na sua luta pela criação da Liga das Nações, sendo que em 1919, além de ser homenageado pela Universidade de Gales também foi laureado pelo Prêmio Nobel da Paz. Entretanto, a prática pacifista ficou restrita aos países europeus, já que os Estados Unidos sob o governo de Wilson realizaram inúmeras invasões militares na América Latina<sup>14</sup>.

O liberalismo com o qual o idealismo se confunde é basicamente o liberalismo econômico, os ideários não vão muito além de um comércio irrestrito entre as nações e a paz mais do que um ideal é uma necessidade para a segurança do comércio, que pode ser dispensada caso o uso da força se mostre mais vantajosa economicamente.

---

<sup>14</sup> Ironizando o Prêmio Nobel da Paz ser cedido para presidentes estadunidenses que pouco fazem por ela, o filósofo Noam Chomsky faz uma breve síntese das invasões promovidas por Wilson na América Latina, segundo o autor: “*Wilson’s invasion of Haiti in 1915 killed thousands, restored virtual slavery and left much of the country in ruins. [...] Demonstrating his love of democracy, Wilson ordered his Marines to disband the Haitian parliament at gunpoint for failing to pass “progressive” legislation that allowed U.S. corporations to buy up the country. [...] Wilson also invaded the Dominican Republic to ensure its welfare. Both countries were left under the rule of vicious national guards. Decades of torture, violence and misery there come down to us as a legacy of “Wilsonian idealism,” a leading principle of U.S. foreign policy.*” (CHOMSKY, 2010) Cabe acrescentar que a Nicarágua e o México também foram alvos de intervenções militares pelo governo Wilson.

É a proeminência de um desses aspectos – político ou econômico – o peso dado à centralidade do Estado ou à liberdade do Mercado que irá constantemente dividir as análises das Relações Internacionais entre realistas e idealistas. Surgido do embate entre Carr e Wilson, com raízes respectivamente em Hobbes e Kant, essa discussão ficará conhecida como “primeiro debate das Relações Internacionais” e ressurgirá na década de 80 entre os neorealistas e neoliberais como o “terceiro debate”.

A discussão sobre os “grandes debates” das Relações Internacionais e de suas possibilidades e limitações para agrupar as discussões dessa área é mais um caminho aberto pelo estudo no qual não seguiremos<sup>15</sup>. O que nos interessa é mostrar que a relação entre Política, Economia e Relações Internacionais seguirá eternamente imbricada. Autores como Eduardo Barros Mariutti chegam a afirmar que devido a esse fato as Relações Internacionais não se constituem como ciência autônoma, mas sim como “*uma área temática*, disputada por ramos do conhecimento contíguos, porém distintos: a já referida Política Internacional e a Economia Política Internacional” (2013, p.1, grifo do autor).

Novamente evitaremos a polêmica, o fato é que – área temática ou disciplina autônoma – as Relações Internacionais não podem abdicar da economia e da política. Ao mesmo tempo, fornece para ambas as ciências uma nova dimensão, permitindo um olhar mais amplo e completo ao analisar as forças políticas e econômicas em suas inter-relações entre Estados, povos e Mercados em uma escala global. Dessa fértil conexão entre Relações Internacionais, Economia e Política se destaca, por seu potencial analítico, o conceito de sistema internacional.

Pensamos o sistema internacional de acordo com definição apresentada por Tullo Vigevani, que une a noção de sistema interestatal de Raymond Aron com os fenômenos transnacionais e a economia mundial, no qual o Capital passa a cumprir o papel de grande ator transnacional. O sistema interestatal é exposto por Aron como as relações entre *unidades políticas* no cenário mundial (2002, p.52), já o sistema internacional é definido por Vigevani (1999, p. 7) como “um conjunto que inclui o sistema interestatal, a economia mundial, ou o mercado mundial ou o sistema econômico mundial, e os fenômenos transnacionais ou supranacionais.”. Esta relação entre os Estados não é harmônica. Com cada Estado sendo soberano e buscando a conquista de seus objetivos, o que vigora são as relações de poder. Novamente recuperamos Carr, pois o autor é enfático quanto à importância de se levar em consideração o poder nas relações internacionais. Segundo o autor:

---

<sup>15</sup> Esse assunto é discutido extensamente por Thales de Castro (2012) no capítulo V “Epistemologia das Relações Internacionais”.

“O fracasso em reconhecer que a força é um elemento essencial da política viciou, até agora, todas as alternativas de se estabelecerem formas internacionais de governos, e confundiu quase todas as tentativas de discutir o assunto.” (CARR, 1981, p. 109)

Deste modo, nossa visão do sistema internacional em que os países da América Central estão inseridos e na qual procuraremos enxergar sua movimentação pode ser resumida pelas palavras de Samuel Pinheiro Guimarães:

Como uma complexa teia de situações de conflito, competição e cooperação entre Estados (e atores não-estatais), em que a preponderância de uma dessas três situações depende da correlação de forças e interesses em cada região, em cada tema e em cada momento. O sistema e a dinâmica internacionais, portanto, seriam permanentemente caracterizados pela existência simultânea de múltiplas situações de paz, de cooperação, de tensão e de conflitos armados, estes periódicos e localizados (excepcionalmente globais), dependendo da evolução das relações de forças, em especial entre os Estados, a qual é essencialmente dinâmica (GUIMARÃES, 2001, p.2).

A perspectiva aberta pela ideia de sistema internacional nos será valiosa e devemos-las às contribuições dos grandes teóricos das Relações Internacionais, porém entre eles o olhar está sempre voltado para as potências. No caso de Carr pensa-se principalmente a Europa e a decadência de sua Grã-Bretanha. O mesmo ocorre com os demais pensadores das Relações Internacionais, os quais são estadunidenses ou europeus – Morghentau é ambos, um germano-estadunidense – e colocam no centro da análise seu local de origem. Em contrapartida, mesmo sendo europeu – mas de um país consideravelmente mais atrasado e fraco – será um filósofo italiano que olhará a política internacional em sua íntima inter-relação com a política interna, observando alternativas para a superação das condições subalternas das classes sociais.

Partindo da tradição marxista, Antonio Gramsci faz uma síntese das condições nacionais e internacionais como um todo histórico. Sempre tendo em vista a revolução contra o sistema capitalista, observando a correlação de forças entre as diferentes classes sociais e como elas atuam no plano interno e externo na construção da hegemonia, Gramsci equilibra dialeticamente utopia e realismo, indo além das proposições de Carr cuja utopia era conservadora, mantenedora do *status quo*. Não por acaso o pensamento gramsciano teve grande repercussão em diversos países periféricos. No Japão, o pensamento gramsciano chega em 1960 e ganha fôlego com a publicação da edição crítica em 1975, também neste país, por ocasião de um encontro realizado em 1997 com intelectuais da Rússia, Espanha, Itália, entre outros, é lançado o volume *Como se lê Gramsci no mundo* (OHARA; MATSUDA, 2003, pp.235-236). Na Índia Gramsci influencia os *subaltern studies* (BARATTA 2011; GÓES, 2015). Enquanto que na América Latina seu pensamento se espalha proficuamente, a

princípio pela Argentina, com o grupo “*Pasado y Presente*”, pouco depois pelo Brasil e o restante do continente (GÓES, 2016). Um dos pioneiros em estudar Gramsci na América Latina, o argentino José Aricó expõe de forma clara o terreno fértil que o pensamento gramsciano encontrou por nossas paragens:

*No hay prácticamente país alguno de América donde no se hayan publicado texto de Gramsci o comentarios sobre su obra. Y en tres de ellos, la Argentina, México y el Brasil, las ediciones son o fueran numerosas, reiteradas y de gran circulación. El pensador comunista italiano se ha introducido en la cultura latinoamericana hasta un grado tal que muchas de su categorías analíticas integran el discurso teórico de los cientistas sociales, de los historiadores, críticos e intelectuales y hasta penetraron, por lo general de manera abusiva, el lenguaje usual de las agrupaciones políticas de izquierda o democráticas. ¿ Quién podría razonar sobre los grandes o pequeños problemas de nuestros países sin apelar a palabras tales como “hegemonía”, “bloque histórico”, “intelectuales orgánicos”, “crisis orgánica” y “revolución pasiva”, “guerra de posiciones” o “de movimiento”, “sociedad civil” y “sociedad política”, “Estado ampliado”, “transformismo”, etc., etc.?(ARICÓ, 2005, p.35)*

Detendo-se sobre Maquiavel, Gramsci escreve que é preciso considerar o filósofo italiano “como expressão necessária de seu tempo e como estreitamente ligado às condições e às exigências de sua época” (Q13 §12 p.29) e isso também é verdadeiro para quem lê Gramsci hoje. Sua obra só foi amplamente conhecida com a publicação póstuma dos “Cadernos do Cárcere”, compilação de anotações fragmentadas produzidas durante seu período de detenção na prisão fascista. As dificuldades nas condições da redação dos cadernos são transpostas para o leitor que tem em mãos não um trabalho finalizado e sintetizado, mas esparsas notas, por vezes longas, outras brevíssimas, escritas tendo em mente uma organização futura que nunca ocorreu. Algumas notas são profundos mergulhos históricos e filosóficos, enquanto outras são apenas lembretes da necessidade de se pesquisar de forma mais aprofundada determinada obra ou tema. Alia-se à incompletudeo esforço filosófico do autor, o cuidado com a censura e sua complexidade irreduzível e temos comore resultado um emaranhado de reflexões densas, de discussões inflamadas com autores clássicos e da época, de resgates históricos intensos em um texto desafiador. Ler os cadernos do cárcere hoje nos deixa um sabor agridoce, estudar as notas escritas por Gramsci para si mesmo, onde se revela o fluxo de seu pensamento, com seus caminhos tortuosos e descaminhos abandonados, faz-nos sentirnos invasores, como quem lê um diário secreto, mas ao mesmo tempo apenas essa “invasão” nos permite conhecer o esforço teórico do autor e eternizar seu pensamento. Também é impossível não pensar nas dificuldades que o autor passou para criá-la, reviver a cena narrada por seu biógrafo na qual:

“Os companheiros de prisão recordam-se dele absorto durante horas no trabalho. Nunca escrevia sentado. Andava de um lado para o outro, pensativo, e só quando a frase já estava bem ordenada na sua cabeça ia à mesa, apoiava um joelho sobre o banco e sempre de pé, um pouco curvado, anotava, depois logo voltava andar (FIORI, 1979, p.293).

Por outro lado, o caráter labiríntico e inconcluso do texto permitiu uma leitura diversificada dos conceitos e proposições ali contidos, dando luz a uma gama de interpretações que estimulam pesquisas em áreas diversas, tais como a educação, a ciência política, os estudos culturais e as relações internacionais. Giorgio Baratta enxerga nos escritos de Gramsci uma enorme proficiência ao tratar de questões interdisciplinares, afirmando que o pensamento de Gramsci “lança suas sementes mais férteis quando desbrava territórios de fronteira, tornando assim produtivamente política a filosofia ou filosófica a política” (BARATTA, 2004, pp. 15-16). Parte desses méritos são frutos do materialismo histórico dialético de Karl Marx, caminho do qual Gramsci parte e jamais abandona.

Marx também deixou trabalhos inconclusos e manuscritos rasurados que posteriormente foram a público. Enquanto os cadernos de Gramsci foram reunidos primeiro por Palmiro Togliatti, na assim chamada “edição temática” e depois revista e reorganizada por Valetino Gerratana no que ficou conhecido por “edição crítica”<sup>16</sup>, os trabalhos póstumos de Marx passavam pela edição de seu amigo e coautor em muitas obras, Friedrich Engels. No entanto uma das principais obras da dupla não foi finalizada e publicada em vida nem por Marx, nem por Engels. Trata-se de “A Ideologia Alemã”, por muitos considerada a obra fundante do materialismo histórico dialético<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> O trajeto dos cadernos desde a morte de Gramsci até sua primeira publicação é desenvolvida em detalhes por Carlos Nelson Coutinho na introdução do primeiro volume da edição brasileira de “Cadernos do Cárcere”, editada pelo próprio Coutinho com coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Cabe apenas apontar que a primeira edição italiana, organizada por Togliatti ficou conhecida como “edição temática” por ter reunidos diferentes notas e excertos dos cadernos sob temas intitulados pelos editores, tais como “Os intelectuais e a organização da cultura” e “Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado moderno”. Tal organização recebeu diversas críticas dada a separação artificial promovida nos textos e por promover a ideia equivocada de que Gramsci se debruçara sobre cada um desses temas em separado. A chamada “edição crítica” organizada por Gerratana tem a proposta de sanar estes equívocos, realizada sob intenso estudo filológico foi estipulada uma cronologia provável da redação, além de uma tipologia dos textos de acordo com o grau de elaboração (textos de uma redação só, textos reescritos, partes suprimidas, etc.). A edição brasileira mescla características das duas edições italianas, adicionando trechos inéditos da “edição crítica” e realizando uma ordenação do texto de acordo com as propostas por Gerratana, porém mantendo uma estrutura de volumes por temas.

<sup>17</sup> Como nessa introdução à obra, escrita por Ivo Tonet (2009, p.2): “Esta nova concepção de mundo [...] implicou também a passagem dos próprios autores de uma concepção ainda marcada pelo idealismo para uma concepção materialista. Contudo, também não se tratava de um materialismo mecanicista e sim de caráter histórico, social, dialético. Essa transição, do idealismo ao materialismo, se deu ao longo de alguns anos, mais precisamente, de 1837 a 1846, com uma inflexão significativa nos anos 1843/1844. O ponto culminante da elaboração dos fundamentos dessa nova concepção se encontra precisamente nessa obra chamada A Ideologia Alemã”.

Além de ser um trabalho inconcluso, os manuscritos que Marx e Engels teriam abandonados à “crítica roedora dos ratos” sofreram com a ação do tempo tendo páginas perdidas, principalmente na discussão sobre Feuerbach, onde é exposta de forma mais clara a concepção do materialismo histórico (TONET, 2009, p.3). De toda forma, a aplicação do materialismo histórico dialético como forma de se entender e transformar o mundo pode ser visualizado nos trabalhos completos de Marx e Engels, como em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” e pode ser sintetizado em um pequeno trecho sobrevivente de “A Ideologia Alemã”:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação (MARX; ENGELS, 2007, p.86)

No centro da argumentação está a ideia, revolucionária à época, de que a história da humanidade é a história da transformação da natureza pelo ser humano (que só a partir dessa relação também se transforma em ser humano), a ideia de “trabalho” torna-se primordial e no seu desenvolvimento histórico surgem as classes sociais. É possível, pelas formulações marxistas, observar a história como o desenvolvimento dos meios de produção e sua relação com os diferentes grupos na sociedade:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos) (MARX; ENGELS, 2007, p.42).

A mesma concepção de história será desenvolvida por Gramsci nos cadernos. Em nota que se inicia discutindo justamente uma afirmação de Feuerbach (GRAMSCI, 1999; pp.243-246, Q7 § 35), o autor reflete sobre a natureza humana, dando enfoque para as relações sociais e suas transformações.

A afirmação de que a “natureza humana” é o “conjunto das relações sociais” é a resposta mais satisfatória porque inclui a ideia do devir: o homem “devém”, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o “homem em geral” (Q7, §35, p. 245).

Assim como Marx e também Lênin, Gramsci não faz dessa tentativa de se apreender a totalidade do real um exercício abstrato e filosófico apenas, ele está preocupado com a situação concreta e com isso torna-se primordial pensar as particularidades, por esse motivo a história italiana será resgatada no decorrer dos cadernos, desde Maquiavel até os pensadores contemporâneos de Gramsci, como Benedetto Croce. Entretanto, essa particularidade não é individualista, pois:

A “natureza humana” não pode ser encontrada em nenhum homem particular, mas em toda a história do gênero humano (e o fato de que se empregue a palavra “gênero”, de caráter naturalista, tem o seu significado), enquanto em cada indivíduo se encontram características postas em relevo pela contradição com as de outros homens. (Q7, §35, p. 245).

A particularidade à que Gramsci se debruça é geopolítica. Voltaremos a esse ponto, antes, porém, devemos discorrer sobre o conceito gramsciano de hegemonia e como ele foi responsável por revigorar os estudos no campo das relações internacionais. Tal conceito aparece também na teoria leninista, restrito ainda às relações inter-classes. Segundo Luciano Gruppi, Lênin pensa a hegemonia como a própria ditadura do proletariado, isto é, a tomada do poder pela classe trabalhadora através de alianças políticas e sua manutenção com a libertação da classe oprimida e conseqüentemente de todas as classes (GRUPPI, 1978, p. 5).

Tributário de Lênin, Gramsci vai se debruçar sobre o conceito de hegemonia, expandindo-o. Para Gramsci, pensar hegemonia é considerar “por um lado, a crítica prático-teórica da estruturação das formas de dominação e, por outro, a condição de possibilidade de alterar as regras já dadas” (DIAS, 2006, p. 23). Ou seja, se o conceito de hegemonia serve para analisar a dominação de uma classe por outra ele também é útil para se pensar sua superação. Nas palavras do próprio Gramsci:

“O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e contra o Estado burguês a maioria da classe trabalhadora” (GRAMSCI, 1971 apud GRUPPI, 1978, p. 58).

Gruppi aponta para a complexidade do conceito de hegemonia que se refere duplamente à direção e ao domínio, enquanto persuasão e consenso, bem como força<sup>18</sup> e repressão (GRUPPI, 1978, p. 58). Então, para Gramsci, a hegemonia pressupõe a associação entre os diferentes estratos dominados para se opor às classes dominantes, assim como a classe dominante precisa manter-se como tal através de associações com outros grupos, realizando, se necessário, concessões ou o uso da força. A definição do conceito gramsciano,

<sup>18</sup> Força compreende a dimensão militar, política e econômica.



realizada por Gruppi, nos ajuda a perceber a importância da mediação no âmbito da relação hegemônica, a importância de manter-se cercado de aliados, a fim de ter para si a representação deste grupo:

“Hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a reunir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo”. (GRUPPI, 1978, p. 59)

Destaca-se também a importância de isolar aquele que assume a atual hegemonia para propor uma nova hegemonia, pois ela é sempre vista como disputa hegemônica, como uma disputa entre as maneiras de se pensar e agir na relação hegemônica. Segundo Dias:

“Constrói-se uma hegemonia na luta contra as formas institucionais da ordem anterior, na crítica das suas formas de conceber o mundo; constrói-se, enfim, pela atualização das suas possibilidades de transformação.” (DIAS, 2006, p. 46).

Esta forma de pensar as relações de dominação entre as classes também é valiosa quando pensamos no sistema internacional e nas relações interestatais, por isso, o conceito gramsciano de hegemonia quando visualizado no plano mais amplo das relações internacionais vai criar novos eixos de análises.

Uma das abordagens realizadas com o conceito de hegemonia para se pensar as relações internacionais é a proposta por Giovanni Arrighi, que o utiliza como inspiração para visualizar os “ciclos hegemônicos”, isto é, a formação e dissociação de hegemonias ao longo da história mundial. Em suas palavras, a hegemonia mundial:

“[...] refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema” (ARRIGHI, 1996, p. 27).

Aqui, temos o uso do conceito de hegemonia em um plano internacional, porém embora utilize Gramsci como uma das inspirações para seu conceito de “ciclos hegemônicos” a teoria de Arrighi é mais fortemente influenciada pela “escola de Annales” através do historiador Fernand Braudel e pela “teoria do sistema-mundo” de Immanuel Wallenstein, do que propriamente o materialismo dialético de Gramsci.

Semelhante comportamento é adotado pelos adeptos da chamada Teoria Crítica das Relações Internacionais, cujo pioneiro e principal expoente é o canadense Robert Cox. Tal linhagem do pensamento internacionalista engloba uma miríade de vertentes, entre elas a “neogramsciana” que se popularizou nos estudos internacionais a despeito de uma abordagem descuidada com o marco teórico gramsciano e sua concepção dialética da história, de modo que acabam se aproximando do polo oposto ao marxismo<sup>19</sup>, o liberalismo. Conforme elucida Rodrigo Fernandes dos Passos (2015, p.42):

“A confusão com uma perspectiva liberal apareceu teoria crítica - Cox aí incluso - na medida em que não se consegue diferenciar um estatuto crítico aoprescrever soluções globais e universais como forma de acobertar relações particulares de injustiça e exploração.”

Realmente, para fazer jus ao pensamento gramsciano, devemos valorizar “a metodologia geopolítica de Gramsci, muito atento às *particularidades* locais, regionais, continentais, etc., que ele considerava sempre horizonte-mundo no qual encontrar, ao mesmo tempo, sentido e relatividade” (BARATTA, 2004, p.46). Exemplos disto são seus estudos da particularidade da história italiana, a partir dos quais Gramsci vai afirmar que “Não se pode falar em nacional sem o territorial” (Q17 § 32 p.192). Aqui aparece novamente a questão da *hegemonia*, disputando o controle sobre o espaço, mas também sobre as estruturas sociais, econômicas e culturais, de modo que:

[...] a questão nacional constitui para Gramsci não um *a priori* conceitual, mas o ponto político mais alto de um conjunto de questões *outras* que constituem o entrelaçamento problemático entre fatores econômicos, sociais, culturais da vida social. (BARATTA, 2004, p.47).

A identidade sarda sempre esteve muito presente na vida de Gramsci, esse fato, aliado ao estudo histórico das revoluções nacionais (com ênfase nas revoluções Francesa e Soviética) ajudaram a marcar em seu pensamento uma certa “relatividade” do conceito de nação, ao mesmo tempo em que valorizava os aspectos “reais”, sem cair no discurso da falência prematura dos Estados nacionais (BARATTA, 2004). Neste sentido, Baratta aponta que para Gramsci a nação constituiria um “elo intermediário” entre o Estado (ao qual “*adere*”) e o povo, sendo que ela se expressava em:

[...] uma comunidade materialmente objetiva e institucional (além de ideal ou simbólica) feita portanto de economia, Estado, sociedade civil “estrutura material da ideologia” (Q3 § 49 p.333), língua, literatura, opinião pública: uma realidade concreta (Q6 § 77 p.744) inserida em contextos “geopolíticos” (o “mundo”, Oriente-Occidente, Europa-América, Norte-Sul, etc.) do qual

---

<sup>19</sup>Do qual Gramsci é inseparável.

recebia o significado relativamente “universal” de sua “particularidade” (BARATTA, 2004, p.49-50)<sup>20</sup>

Esta definição contraria a ideia equivocada de que o nexos entre povo, Estado e nação é simples e contínuo, algo neutro e naturalmente dado. Pois, de fato, nada no pensamento gramsciano é despido de disputas. Assim, o conceito de “povo-nação” também carrega uma dialética interna e uma intrincada rede de relações, inclusive aquela que vincula esse grupo subalterno em busca de autonomia com a totalidade socionacional, pois para Gramsci:

[...] de um lado, “povo” é convencionalmente o conjunto de todos os indivíduos que compõem uma rede social determinada que, *se e enquanto nação*, adquire um significado ao mesmo tempo de “particularidade primária” (Q3, § 2, p.285) e universalidade, ou seja, de uma particularidade “contemporânea a um nível mundial” (Q14, § 4, p.1660); de outro lado, o povo é de fato constituído de uma parte apenas de uma sociedade ou de uma nação, exatamente, do “conjunto das classes subalternas ou instrumentais” (Q27, § 1, p.2312) (ou seja, a população trabalhadora e com ela os indivíduos excluídos ou mantidos longe do processo produtivo e colocados “à margem da história”). (BARATTA, 2004, p.40)

Assim, Gramsci está chamando atenção para a diferença de estágios organizativos, dentro do próprio “povo”, de modo que “povo” pode ser tanto a totalidade da população, como também uma particularidade no que se refere a uma classe subalterna (“povo-nação”), do mesmo modo, há diferentes frações de classe no interior do “povo-nação” de acordo com seu grau de “desenvolvimento cultural e moral próprio”. Neste sentido, povo, Estado, nação e sociedade civil estão interligados em um processo de disputa hegemônica:

Percebe-se bem – conforme um aspecto básico de seu método, ou seja a extrema mobilidade e flexibilidade das categorias conceituais que devem aderir, arriscando certezas e oscilações, ao movimento da história e da política – como ao utilizar o conceito de “povo” Gramsci coloca em ação um dinamismo interno: a dinâmica do “moderno Príncipe” que nasce e morre no projeto-programa de transformar, elevar o povo – o povo inteiro – a “organismo”, ao mesmo tempo, raiz e fruto da “sociedade civil”, destruindo a fonte de “subalternidade” e da “marginalidade”. A busca de *autonomia* se manifesta como processo de *hegemonia*, ou seja, reversão da hegemonia dominante. (BARATTA, 2004, p.44)

Todo o arcabouço conceitual gramsciano é intrinsecamente inter-relacionado, e tais conceitos não podem ser descolados sumariamente, conforme o desejo do pesquisador. Uma leitura no quadro internacional do conceito que segue a linha da hegemonia enquanto

---

<sup>20</sup> As referências aos Cadernos nas citações de Baratta estão condizentes com a edição crítica italiana, enquanto nossas referências no corpo do texto estão de acordo com a edição brasileira. A numeração dos cadernos e das notas permanece idêntica em ambas as edições, alterando-se apenas a paginação.

consenso e coerção e respeita o conjunto da teoria gramsciana é a realizada por Richard Howson and Kylie Smith, na qual:

*“Hegemony then, is as much a process of socio-historical change as it is an outcome. It is as much a process that occurs before power is institutionalised as it is a process of maintaining the institutionalisation of power. In hegemony, things do not always remain in a State of constant conflict and unresolved antagonism; rather, it is a process whereby the goal is to achieve the highest synthesis. Where this process fails and falls into crisis we can understand this situation as a dominative hegemony, and where this synthesis is achieved we can recognise features of an aspirational hegemony.”*(HOWSON, SMITH, 2008, p.10).

Tal processo é complexo e passa por diferentes vias, os autores recuperam tanto os diversos conceitos gramscianos nas suas inúmeras interpenetrações entre *hegemonia*, *Estado ampliado* e *equilíbrio instável*. Cabe apontar que o conceito de *Estado ampliado* equivale à separação metodológica entre *sociedade civil e sociedade política*, na qual a primeira é posta como o âmbito dos grupos subalternos, normalmente sem autonomia política e desagregados em diferentes partidos, associações, sindicatos, mas que também é ocupada pelos grupos dominantes através de organizações patronais; e a segunda se constitui no espaço das decisões políticas, costumeiramente controlado pela classe dominante. *Equilíbrio instável* se define como a dinâmica do processo dialético, na qual os antagonismos se enfrentam e se colocam como opções realizando acordos e rearranjos no plano internacional.

É visível a preocupação de Howson e Smith em não perder de vista a natureza sócio-histórica da *hegemonia* e o incessante processo de *disputa hegemônica* que passa por rupturas e continuidades, avanços e retrocessos. Os autores colocam também a possibilidade de hegemonias incompletas; e, neste caso, a dominação seria preponderante, mais comum em situações nas quais a antiga hegemonia vai perdendo sua legitimidade e o equilíbrio instável se desfaz. Por sua vez, o consenso teria mais expressão em hegemonias ditas completas, quando se alcança a síntese do movimento contestatório (HOWSON, SMITH, 2008). Essa leitura vai de encontro à apropriação coxiana de Gramsci que utiliza a ideia de “contra-hegemonia”, embora não haja:

[...] o conceito de “contra-hegemonia” na obra do comunista sardo. Toda ação política é aspirante à hegemonia no aparato conceitual do comunista italiano, ainda que ela possa não ser efetivamente hegemônica no momento de sua ocorrência. Como categoria dotada de complexidade histórica, há formas completas e incompletas de hegemonia. Este é o sentido de não aparecer a noção de “contra-hegemonia” em momento algum na totalidade da obra gramsciana. (PASSOS, 2015, p.41)

O que há é a reformulação do *equilibrio instável*, que pode ser levada a cabo pela classe dominante, o que no caso dos sistema internacional se dá pela reestruturação do antigo bloco hegemônico, mas também pelo proletariado. Esta visão é condizente com a exposta por Gruppi quanto ao conceito gramsciano restrito à luta de classes, pois conforme afirma:

A hegemonia é a capacidade de direção que fornece à ditadura do proletariado as bases sociais necessárias. É a direção daquele processo que se manifesta posteriormente na forma estatal da ditadura do proletariado. [...] a hegemonia é concebida enquanto direção e domínio e, portanto, como conquista, através da persuasão, do consenso, mas também como força para reprimir as classes adversárias (GRUPPI, 1978, p.58).

Dessa forma, tanto no âmbito da luta de classes quanto no plano internacional, o conceito de hegemonia é útil para se pensar as mediações entre os grupos, classes, frações de classes e Estados, organismos, atores internacionais. É a direção de um processo no qual se acumula forças materiais, institucionais e ideológicas que:

Além de agregar instituições, organismos internacionais, burocracias nacionais, relações sociais e ideias, implica em elaborar e difundir uma determinada visão de mundo com características universalizantes (MATHIAS, 2015, p.73).

É através desses pressupostos e munidos de tais conceitos que pretendemos analisar a região da América Central, verificando a configuração hegemônica na região e pensando no âmbito das disputas de poder entre Estados no sistema internacional para verificar também suas condições de inserção autônoma no sistema.

### 3. Porque estudar a América Central: a centralidade insuspeita

Admitindo o papel do poder no sistema internacional e a constante disputa pela sua acumulação e manutenção, os Estados podem ser divididos segundo o grau de poder disponível para sua inserção internacional. Neste caso, o poder pode ser teoricamente (e apenas teoricamente) classificado segundo sua fonte. Carr (2001, p.143) trabalha uma classificação em poder econômico, poder militar e poder sobre a opinião. Morgenthau (2003, pp.215-295) não faz uma tipologia de poderes, mas se aproxima disso ao subdividir os elementos que conformariam o poder nacional, tais como a geografia privilegiada, o acesso a recursos naturais e matérias-primas, inserindo inclusive, de modo a nosso ver problemático, elementos da “índole nacional” como fator de poder. Também Aron (2002, pp. 105-107) faz um levantamento dos elementos que constituiriam uma potência em contraponto com Fisher, Spykman e o próprio Morgenthau. Um exemplo de classificação mais atual e próxima a de Carr é a realizada por Guimarães (2001, p.3), entre as potências econômicas, políticas e

militares. Mas qualquer que seja a tipologia feita, por qualquer critério que se admita para dimensionar o poder, a América Central será uma região fraca e com pouca influência no sistema internacional.

A região de um modo geral apresenta altos índices de pobreza e desigualdade social com todas suas terríveis consequências como a fome e a violência. Junto a isso há a baixa capacidade industrial (principalmente nas ilhas) que se desdobra em desemprego, pequeno PIB e dependência estrangeira. Outro fator de fragilidade são as pequenas dimensões territoriais (o maior país da região é a Nicarágua, com apenas 120.254 km<sup>2</sup>, menor que qualquer país da América do Sul) e insignificante desenvolvimento militar.

Tendo isso em vista, é fácil supor que a América Central não seja o foco de pesquisas acadêmicas brasileiras. Esta era nossa hipótese ao realizar um levantamento inicial dos trabalhos sobre a América Central no Brasil. Para esse levantamento foram analisados os resumos de artigos publicados em edições de revistas acadêmicas com temática próxima a área da Política Internacional e das Relações Internacionais (Revista Brasileira de Política Internacional, Cadernos PROLAM, Revista Brasileira de Estudos Estratégicos e Revista Brasileira do Caribe), além de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação enquadradas pela Plataforma Sucupira na área de “Ciência Política e Relações Internacionais”. Foram verificadas a temática e as palavras-chaves de todos os trabalhos disponíveis. Buscamos trabalhos que visualizassem as Relações Internacionais de qualquer país da região, ou da região como um todo, ou ainda estudos de caso de política externa de algum Estado específico da região. Desconsideramos trabalhos que abordavam temas como migração, identidade e globalização com o foco cultural<sup>21</sup>, que analisavam apenas a política interna dos países da região<sup>22</sup>, ou ainda que observavam temas gerais em toda a América Latina<sup>23</sup>.

Ao contrário do que imaginávamos, a América Central não é pouco estudada no Brasil. O Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) é rico em trabalhos sobre os países do istmo e do Caribe. Também há trabalhos em profusão na Revista Brasileira do Caribe (RBC). Entretanto, o vazio de estudos aparece se nos restringimos ao recorte da política internacional.

---

<sup>21</sup> Por exemplo: o artigo “O mundo simbólico festivo no caribe colombiano” de Edgar J. Gutierrez Sierra presente em uma das edições da Revista Brasileira do Caribe.

<sup>22</sup> Por exemplo: a dissertação “Cuba em transformação: socialismo e as reformas econômicas do 6º Congresso do Partido Comunista” defendida por Julian Araújo Brito na UERJ.

<sup>23</sup> Por exemplo: a tese “Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe: 2004-2012” defendida por Robert Bonifácio da Silva na UFMG

Ao longo de trinta edições<sup>24</sup> a RBC publicou seis artigos abordando diretamente a temática das Relações Internacionais na região. Entre mais de duzentas dissertações e teses defendidas no PROLAM, encontramos apenas dois trabalhos voltados para a política internacional na América Central. No total foram analisadas 2891 teses e dissertações, de 27 programas de pós-graduação e encontrados 23 trabalhos que se versavam de algum modo sobre a política internacional na América Central.

Sendo assim, o estudo das Relações Internacionais na América Central se justificaria, no mínimo, pela falta de pesquisas na área. No entanto, essa justificativa tautológica não é suficiente, pois por vezes é melhor deixar vazio o vazio. Não é esse o caso da América Central, acreditamos que o vazio de estudos destinados a compreender a situação e inserção internacional desses países deva ser preenchido, por pelo menos três motivos:

*a) A América Central existe*

Nem mesmo o “ultrarrealismo” de Morgenthau abandona a ética nas Relações Internacionais. Certo grau de cooperação e interdependência entre as nações sempre existirá enquanto se configurar um sistema internacional. Sendo assim, mesmo o mais irrelevante dos Estados deve ser tomado em consideração na medida em que ali se circunscrevem milhares de vida e certos aspectos culturais únicos. A América Central é especialmente relevante nesse sentido, sendo o istmo populoso e tanto ele quanto as ilhas cultivam valiosas culturas, guardando memórias dos povos originários com sua riqueza étnica, além da difusão multicultural causada pelo encontro entre os colonizadores, os povos originários e os povos africanos advindos por conta da escravidão.

Apontamos esse fato, pois como Carr, acreditamos na força revitalizadora da utopia e mantemos o objetivo utópico da paz vindoura, onde as vidas e culturas sejam levadas em consideração, no entanto, não ignoramos o alerta desse autor quanto ao utopismo exagerado, que enubla as relações de forças e a presença do poder. Da mesma forma, mesmo encarcerado pelo fascismo, vendo o recrudescimento do atraso e a retração dos movimentos revolucionários, Gramsci mantinha viva as esperanças de uma sociedade comunista e mergulhava na história, tentando aliar teoria e prática para encontrar formas de construção dessa sociedade:

---

<sup>24</sup> A análise da RBC, de publicação semestral, abarcou desde o primeiro número lançada no segundo semestre do ano 2000 até o primeiro semestre de 2015 quando concluímos o levantamento, totalizando portanto as 30 edições.

O “excessivo” (e, portanto, superficial e mecânico) realismo político leva muitas vezes à afirmação de que o homem de Estado só deve atuar no âmbito da “realidade efetiva”, não se interessar pelo “dever ser”, mas apenas pelo “ser”. [...] O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. [...] Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir pra isso). Portanto, o “dever ser” é algo concreto, ou melhor, somente ele é a interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política (GRAMSCI, 2016; pp.34-35, Q13, §16).

Isto posto, sabemos que as grandes potências já demonstraram seu pouco apreço por vidas e culturas, nas mais diferentes guerras e agressões. Dessa forma, além da motivação utópica, também devemos apontar motivações realistas para o estudo da América Central no sistema internacional.

Assim, por mais frágil que a região possa parecer, ela está presente, atua e interfere no cenário internacional. Na década de 60, por exemplo, a força da região em termos militares, econômicos e políticos também era baixa, no entanto, com a vitória da Revolução Cubana a região se tornou subitamente importante. Tão importante que o poder estadunidense teve que se desdobrar para manter os países na sua área de influência, à submissão econômica que sempre atuou na região, somou-se a submissão política e militar, com golpes de Estado com apoio dos serviços de inteligência e das forças armadas estadunidense instaurando governos autoritários, desde que não contrariassem os interesses estatais e empresariais do país do norte.

Esse processo não se concentra na América Central, sendo comum por toda América Latina, no entanto, foi mais visível no istmo, mais claramente ainda nos casos da Guatemala e Nicarágua. Na Nicarágua os EUA apoiaram até o último momento a ditadura da família Somoza, contra o qual se rebelaram setores populares urbanos e rurais agrupados em torno da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Como apresenta Fagundes (2009, p.88):

Com o apoio financeiro dos EUA foram contratados mercenários norte-americanos para ajudar no combate aos guerrilheiros. Apesar da forte pressão internacional contra a dinastia dos Somoza, a política externa americana ainda prestava apoio a Tachito.

Na Nicarágua a resistência armada da FSLN conseguiu sair vitoriosa. O mesmo não acontece na Guatemala, onde o governo democrático-popular de Jacobo Árbenz que ousou fazer reforma agrária em um país dominado pelo latifúndio da *United Fruit* é derrubado em uma sangrenta invasão patrocinada por essa empresa estadunidense (a qual se aproveitando da



pobreza dos países da região contratou mercenários nos países vizinhos) e com logística e armamentos (inclusive bombardeios aéreos) fornecidos pelos EUA (FREIRE, 2002).

Com o fim da guerra fria a região volta a perder significância para os governos estadunidenses, no entanto, a marca de resistência da região permanece, dando sinais de que se necessário os povos e os Estados da região podem ser protagonistas no cenário internacional. Talvez o debate que reestabeleça esse movimento é a questão do aquecimento global e a subsequente elevação do nível marítimo, dessa vez com foco na América Central Insular, que junto com a Oceania são os maiores afetados, tendo em risco a existência de seu próprio território.

A permanência de um governo socialista em Cuba também faz com que a região não seja totalmente esquecida. Sempre buscando formar novos elos de integração entre os povos e governos da América Central e de toda América Latina, a originalidade do governo cubano pede sempre um olhar atento para o surgimento de novas possibilidades e potencialidades. Sendo assim, a América Central existe e resiste, devendo ser considerada nos estudos das Relações e da Política Internacional.

*b) A América Central é América Latina e América Latina é nossa circunstância.*

O ponto acima justifica o estudo da América Central nas Relações Internacionais e de fato ela vem sendo realizada pelos próprios países da região e pelos países potências (que são também potências científicas, estendendo seus poderes para e a partir do conhecimento). No entanto, não é seguida aqui no Brasil e também é mais fraca no restante da América do Sul (com ligeira exceção de Venezuela e Colômbia que se aproximam culturalmente e nos últimos tempos politicamente da América Central), onde o foco é o Cone Sul. Como aponta Mathias (2002, p.27) “A interpretação da chancelaria brasileira sobre as estratégias de inserção internacional do Brasil, em linhas gerais, é a de que a América Latina é a nossa circunstância, todavia, o Mercosul é uma prioridade na Agenda”<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> A ideia de prioridade nos ajuda a visualizar o enfoque dado pela política externa brasileira em determinados momentos, nesse sentido, Mathias (2014, p.120) também aponta para coexistência de diferentes projetos de integração e apresenta a leitura do ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, na qual a presença do Brasil na integração latino-americana é dada em três níveis: “O primeiro nível, refere-se ao Mercosul; o segundo nível, corresponde aos processos na que transcendem o Mercosul; e o terceiro e último nível, inconcluso e, por isso, menos adensado, há o conjunto da América Latina e Caribe, em que se reconhece os diferentes graus de desenvolvimento entre os países” (AMORIM, 2009 apud MATHIAS, 2014, p.121). O desenvolvimento desse último nível culminou na criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), um momento em que a “circunstância” latino-americana se fez bastante presente na política externa brasileira.

É natural que assim seja, pois além de consideravelmente maiores em termos territoriais, econômicos e de poder em geral, os países do cone sul fazem fronteira com o Brasil e vem se consolidando como importantes parceiros comerciais e políticos. Entretanto, nossa intenção não é mudar o foco da Política Externa Brasileira, apenas apontar novos pontos e possibilidades de estudo e de inserção, nesse sentido a América Central se apresenta como uma potencialidade inexplorada. O estudo da América Central a partir do Brasil possibilitaria um olhar genuinamente latinista da região, no sentido em que não é intermediado pelas potências e é calcado no diálogo de duas situações diferentes (o Brasil é em relação aos países da América Central um gigante em todos os termos), mas próximas (ambas historicamente dependentes e periféricas).

*c) A América Central é uma região estratégica epalco de disputas hegemônicas.*

O adjetivo “Central” que se transforma em elemento do substantivo composto “América Central” se refere à sua posição entre as Américas do Sul e do Norte. Tal posição já mostra sua importância em termos geoestratégicos. O istmo é literalmente uma ponte entre México e Colômbia. Que tão pequeno território tenha se fragmentado em sete minúsculos Estados não é obra do acaso. De fato, não foram poucas as tentativas das próprias nações do istmo de permanecerem em conjunto, a mais duradoura foi a “Províncias Unidas da América Central” (1823-1838), mas todas as tentativas fracassaram por ambições das classes dominantes internas aliadas à interesses estrangeiros. A primeira tentativa é destruída pelo trabalho conjunto dos Estados Unidos – que já vislumbravam a construção de um canal interoceânico na região – da Inglaterra – que ambicionavam o território de Belize – e do separatista governador da Guatemala, Rafael Carrera, um “sátrapa indígena e general bufão” que incitou “o restante dos quatro estados à divisão permanente [...] com a benção da hierarquia eclesiástica e dos latifundiários” (RAMOS, 2014, p.338). A segunda tentativa vai ainda menos longe, contra o exército mexicano, na época sobre a ditadura de Porfírio Diaz e sob ameaça do senado estadunidense, o general Justo Rufino Bastos morre em batalha, junto com sua proposta de reunificação (RAMOS, 2014, pp.341-342). Desse modo, o istmo se viu derrotado e fragmentado, justamente por sua importância estratégica.

O istmo é ponte, mas também é obstáculo. Até 1914 navegar desde o Atlântico até o Pacífico exigia a circunvenção de todo o continente, descendo até o extremo sul da América do Sul. A estreiteza das dimensões territoriais do istmo tornava-o local ideal para a construção de um canal que ligasse os dois maiores oceanos do globo e tais pretensões sempre estiveram nos planos britânicos e sua impressionante esquadra naval. Porém, tal iniciativa não foi

empreendida até a ascensão estadunidense. No ensejo da fragmentação, entra também a construção do Canal, segundo Ramos (2014, p. 339):

Entre os Estados Unidos e a Inglaterra, a América Central era despedaçada. Enquanto a Inglaterra renunciava a seus supostos direitos sobre o futuro Canal do Istmo, em favor dos Estados Unidos, estes últimos permitiam, em troca, que a Inglaterra acrescentasse três vezes o território de Belize.

A criação do Estado do Panamá intensifica ainda mais esse processo. Com os Estados Unidos incitando e financiando grupos separatistas da região para retirá-la do controle da Colômbia, a qual se recusava a aceitar os contratos leoninos pretendidos pelos Estados Unidos. Basta dizer que após efetivada a separação, o novo Estado aceitou praticamente os mesmo termos recusados pela Colômbia para a construção do Canal (BANDEIRA, 2009, pp.66-67). O Panamá nasce no sistema internacional já com ocupação do seu território, devastação ambiental, a morte de milhares de trabalhadores e estreia uma nova fronteira, que Octavio Ianni transforma em metáfora para toda América Latina: a quinta fronteira, aquela que parte de dentro. Com o início do funcionamento do Canal, a América Central deixa de ser central apenas entre as Américas e passa a ser central também para o resto do mundo, sendo o caminho marítimo mais rápido e prático entre a o oeste da Europa e da África, com a Oceania e o leste asiático.

Dessa forma, é inegável a importância geopolítica e geoestratégica da região, a qual a torna merecedora de análises sobre seu papel no sistema internacional. Com a contribuição teórica gramsciana se abrem diversas possibilidades para investir no estudo da América Latina como um todo e da América Central em particular. Se pensarmos a América Central enquanto palco de disputas hegemônicas, podemos não só observar mais claramente as disputas de poder entre e intra nações, mas também colher justificativas para uma maior presença brasileira e latino-americana. Historicamente a região tem sido abandonada pelos projetos políticos latino-americanos, evitando maiores conflitos com a potência estadunidense que, como vimos, mantém forte influência na região. Analisando as relações Brasil-América Central (pensada pelo autor como os países do istmo apenas), Carlos Frederico Domínguez Ávila (2003, p.68), aponta a existência de:

Uma virtual relação triangular brasileiro-centroamericana-estadunidense, na qual a política da potência média (Brasil) frente às potências menores (países da América Central) terminou sendo definida não somente por tópicos essencialmente bilaterais ou pressões domésticas, mas também pela avaliação das visões, aspirações e prioridades da potência hegemônica do continente (os Estados Unidos).

Tal cenário vem se modificando com a maior presença brasileira nos âmbitos comerciais e políticos. Também a aproximação latino-americana se fortificou com a criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos (CELAC) no qual estão presentes todos os países-ilhas e integrantes do istmo em diálogo com os demais países latino-americanos, e há ainda a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) interligando alguns países do istmo, do Caribe e da América do Sul, no entanto, tais processos passam por um momento de retração.

Ao pensarmos a região como um ambiente de disputa entre projetos políticos antagônicos, a teoria da hegemonia de Gramsci nos permite acompanhar a história e o desenvolvimento destes processos na América Central, sem perder de vista os interesses nacionais brasileiros e a integração latino-americana e sem manter uma visão instrumental e oportunista voltada para a região. Por isso acreditamos residir neste marco teórico uma importante ferramenta para começarmos a preencher o vazio que a América Central representa nos estudos de Relações e Políticas Internacionais no Brasil.

## CAPÍTULO II – A Periferia: a América Central no Sistema Internacional

A América Central se interpôs entre Cristovão Colombo e as Índias Ocidentais, confundindo o navegador genovês. Colombo morreu antes que pudesse chegar às Índias de fato e acreditando que a América Central era seu sonhado destino. As grandes navegações, porém, estavam apenas começando e um navegador português conseguiu descobrir um caminho para atravessar aquele grandioso Novo Mundo no extremo sul do continente. A viagem de Fernão de Magalhães pelo estreito que leva seu nome comprovou o que cálculos medievais e sociedades antigas já sabiam, mas a religiosidade europeia relutava em aceitar. A Terra era redonda.

No redondo da Terra surgiram “círculos de poder” baseados nos fluxos de exploração colonial, criando um vínculo de relações desiguais entre os países do “centro” e da “periferia”. Ao longo dos séculos esses círculos se modificaram, se dividiram ou se aglutinaram. Podem coexistir diversos centros e periferias ou a eles pode se sobrepujar um centro mais poderoso. A dinâmica centro-periferia equivale às relações entre dirigentes e dominantes por um lado e subalternos por outro, ambas partes de uma mesma estrutura hegemônica, mas em condições assimétricas. As modificações nas dimensões centro-periferia seguem as adaptações do sistema capitalista mundial, mantendo a América Latina em posição subalterna desde o princípio de sua história, conforme aponta Florestan Fernandes. (1975, p.11):

O capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos. Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente.

A América Latina, portanto, se caracteriza como um espaço periférico por excelência, mas mesmo entre as periferias há diferenças de potencialidades. Brasil, México e Argentina, por exemplo, podem ser descritos como “Grandes Estados periféricos” segundo conceituação de Samuel Pinheiro Guimarães (2001b, p.21):

Grandes Estados periféricos são aqueles países não desenvolvidos, de grande população e de grande território, não-inóspito, razoavelmente passível de exploração econômica e onde se constituíram estruturas industriais e mercados internos significativos.

Nesse sentido, a América Central, além de ser um espaço periférico é formada apenas por pequenos Estados, mesmo os Estados mais desenvolvidos da região esbarram em barreiras como a pequena dimensão territorial e população diminuta, tornando impossível se pensar uma alternativa hegemônica que não leve em consideração a integração regional, pois

isolados possuem poucas possibilidades de atuação. Sendo assim, nosso objetivo neste capítulo é acompanhar a construção da região como um espaço periférico no sistema internacional e suas tentativas de superação.

### 1. Um Paraíso Infernal: a colonização da América Central como palco de disputas hegemônicas europeias.

As belezas naturais da América Central permanecem até nossos dias como fonte de exuberância e fascínio, há de se imaginar o impacto causado pela descoberta inesperada de tais locais que se conservavam ainda relativamente intactos<sup>26</sup>. Realmente, a imagem recorrente ao se descrever o Novo Mundo remete às definições renascentistas do paraíso celeste. Segundo o historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, a confluência entre o imaginário religioso e o cenário encontrado nas ilhas dá origem à mitologia de um paraíso terrestre nas Américas.

O próprio Colombo [...] julgou-se em outro mundo ao avistar as costas verdejantes da América, onde tudo lhe dizia estar a caminho do verdadeiro Paraíso Terreal. As mesmas imagens bíblicas, reafirmadas pelos cosmógrafos mais acreditados da época, acharia Colombo em seu desembarque nas Antilhas: terras de fertilidade inaudita, árvores de copas altíssimas, fragrantas e carregadas de frutas, a eterna primavera musicada pela alegria dos cantares de pássaros de mil cores (HOLANDA, 1969, p. 37).

Paraíso para os primeiros exploradores, terra vasta e fértil para os colonos, inferno para os povos originários. Astecas, Caribes, Maias, Arawaks, entre uma infinidade de grupo étnicos foram mortos ou escravizados durante a conquista da América. Os horrores perpetrados durante as ocupações iniciais são muito bem documentadas pelo Frei Bartolomeu de Las Casas, um catequizador da ordem dominicana que se converterá em defensor dos índios. A escolha pela destruição do paraíso que se transforma em expiação e martírio para os povos originários é captada e descrita pelo Frei:

Os habitantes desse país eram os mais notáveis de todas as Índias, tanto em organização social como em virtude, como na decência de sua vida [...]; entre eles poderiam ter-se construídos grandes cidades de espanhóis, que ali teriam podido viver como num paraíso terrestre se disso não tivessem sido indignos em virtude de sua avaréza e grande pecado (LAS CASAS, 2011, p.73).

---

<sup>26</sup> A relação dos nativos com a natureza era reconhecidamente menos destrutiva, ou se usarmos o termo atual, mais sustentável.

Las Casas segue o rastro de sangue deixado pelos espanhóis<sup>27</sup> iniciado na ilha de Hispaniola<sup>28</sup> em 1496 com a fundação do primeiro assentamento das Américas, que se espalha pelas Antilhas maiores entre 1508 e 1510 e chega ao istmo no começo dos anos 1520. Seus relatos são minuciosos, não poupam detalhes perturbadores das torturas horrendas exercidas pelos colonizadores e dão aspectos macabros para a fria estimativa dos números que apontam o extermínio de mais de noventa por cento dos indígenas no Caribe até 1550 (BUENO, 2011, p.25).

Portanto, em concordância com a concepção gramsciana, a América Central colonial era um espaço de dominação e não de hegemonia, os povos originários sequer eram considerados seres humanos dotados de inteligência e vontade, de modo que a perspectiva de direção e consenso necessários para a construção da hegemonia estava distante de ser ao menos esboçada nas novas colônias<sup>29</sup>. Por outro lado, as descobertas de metais preciosos, os grandes latifúndios monocultores e o lucrativo tráfico de escravos que se instauram na região proporcionaram um fluxo de riquezas para a Europa cuja direção será ferreamente disputada. A Espanha, grande potência colonizadora, não traduzia o domínio das terras em direção do sistema internacional e viu seu espaço ser paulatinamente disputado com a chegada dos franceses, ingleses e holandeses. Conforme aponta o historiador dominicano Juan Bosch, a Espanha simultaneamente exercia o domínio da América Central<sup>30</sup> e mostrava sua fragilidade: *“Exactamente noventa años después del Descubrimiento, el Caribe era una extensión de España; y sin embargo no era en su totalidad la propia España, sino sólo su frontera más lejana y al mismo tiempo la más débil.* (BOSCH, 2009, p. 206). Até terem início os

---

<sup>27</sup> A aguda crítica promovida por Las Casas aos seus conterrâneos fez com que ele ficasse marcado como “anti-espanhol” e se difundisse uma imagem bárbara da Espanha, entretanto, o mesmo procedimento colonizatório se repetirá com os portugueses no Brasil e com ingleses e holandeses quando adquirem também suas colônias americanas.

<sup>28</sup> Também conhecida como São Domingos, é atualmente dividida entre Haiti e República Dominicana.

<sup>29</sup> O que não significa que não havia resistência indígena, antes pelo contrário, revoltas, fugas e suicídios eram ocasionalmente tentados como forma de fugir do jugo colonial, porém a superioridade técnico-militar dos europeus eram imensas (os arcabuzes e mosquetes utilizados pelos conquistadores eram na época as armas mais mortíferas que se podia encontrar, além disso dispunham de cavalaria que os tornavam mais ágeis e fortes), tornando difícil a resistência, mesmo assim, os povos nativos defendiam-se e contra-atacavam quando possível. Os índios Caribes eram particularmente revoltos, fugindo quando derrotados e reagrupando-se em diferentes ilhas, de onde mandavam expedições para contra-atacar os invasores. Na ilha de Santa Lúcia, por exemplo, por três vezes os ingleses foram derrotados e expulsos: *“En 1637 el gobernador de Saint Kitts [...] envió una pequeña expedición inglesa a Santa Lucía, pero los indios caribes se le enfrentaron con igual vigor que el que habían demostrado en 1605 y los expedicionarios no pudieron quedarse en la isla. En 1638 volvieron los ingleses a Santa Lucía, esta vez em número de 130, y tampoco pudieron quedarse* (BOSCH, 2009, p. 269).

<sup>30</sup> Cabe lembrar que Bosch utiliza o termo “Caribe” com um significado próximo com o qual utilizamos “América Central”, isto é, incluindo o istmo e as ilhas, com a diferença que no caso de Bosch também se inclui o México e as países da América do Sul banhados pelo Mar do Caribe.

movimentos de independência a América Central não era um local onde alguma classe e nação exercia a hegemonia, mas era o palco das disputas hegemônicas europeias.

Os ataques franceses e britânicos às colônias espanholas principiaram-se como assaltos de corsários que roubavam navios, ouros, escravos e quaisquer riquezas que se transportavam pelo Caribe. À medida que a situação se tornava mais explosiva na Europa, com as coroas se enfrentando em guerras no Velho Continente, o Caribe foi-se tornando também campo de batalha. Em 1528, piratas franceses invadem a costa porto-riquenha, um marco na história do Caribe, pois:

*Ese asalto fue el punto de partida de una historia particular que acabaría siendo decisiva en la historia general de la región. Un siglo después ya no serían corsarios audaces los que actuarían en el Caribe; serían fuerzas mayores, lanzadas a ocupar islas en las vecindades del lugar donde se produjo el ataque de 1528, y con la ocupación de esas islas comenzaría una nueva era de violencias en el Caribe (BOSCH, 2009, p. 212).*

A nova era de violências que se inicia nessa época na América Central, em contraponto com a violência inicial contra os nativos, é a violência entre nações europeias em sua disputa pela hegemonia na Europa. O controle das riquezas centro-americanas não era um fim em si, mas um meio de se angariar forças para o embate no Velho Continente, além disso as agressões sofridas em solo europeu podiam ser respondidas no solo americano, onde as defesas não estavam tão fortalecidas. Nesse cenário emerge a figura de Francis Drake, pirata para os espanhóis, *Sir* para os ingleses. No comando da Marinha britânica, Drake realizava assaltos a navios e invasões de assentamentos espanhóis no Caribe, ajudando a Inglaterra a minar paulatinamente o domínio da Espanha no Caribe. Até 1596, Inglaterra e França guerreavam com a Espanha em duas frentes, neste ano os países se uniriam e dois anos depois a Espanha estaria por fim derrotada. Nos termos do acordo de paz firmado em *Vervins* na França se encontrava a autorização para a disputa marítima aberta e franca no Atlântico, o que resultou na invasão definitiva de piratas de todos os países ao Caribe, tornando a região um local ainda mais violento<sup>31</sup>(BOSCH, 2009).

---

<sup>31</sup> Bosch dedica todo um capítulo de sua obra para a descrição da época dos “*contrabandistas, bucaneros y filibusteros*” que transformaram o Caribe no lugar “*del saqueo, la depravación y la muerte*”. Bosch também não poupa o leitor das violências cometidas, embora seja muito menos gráfico e perturbador que as descrições de Las Casas e demonstre certa simpatia pelos *bucaneiros*, vendedores de peles instalados em Tortuga (ilha da costa haitiana). A história da pirataria criará toda uma mitologia de aventura em relação ao Caribe, que vem sendo apropriada de diversas formas. Por um lado, tal imagem é usada pela indústria turística, com “passeios pelos galeões piratas” e até mesmo como uma atração na Disneylândia onde as crianças se divertem junto aos “Piratas do Caribe”. Por outro lado, conforme argumentam Ramos e Ertzogue (2015, p. 17) “as reverberações da pirataria na narrativa contemporânea de Cuba destacam a sociedade crioula, criada em torno da pirataria e do contrabando, como uma espécie de contraponto simbólico a uma memória histórica imperial[...] Mesmo sendo um tema ainda marginal na literatura caribenha, a pirataria se tornou símbolo de rebeldia e de uma sociedade



Com isso, França e Inglaterra se lançaram em definitivo em direção à América Central. A aliança forjada entre ambos para a vitória contra a Espanha permanece na conquista do primeiro território oficialmente não-espanhol da América Central, a ilha de São Cristóvão e pouco depois a ilha de Nevis em 1624<sup>32</sup>. Franceses e ingleses lutaram juntos contra os índios Caribes que resistiam bravamente à conquista. Tão logo foram exterminados os povos nativos dessas ilhas se encerra a aliança, com os ingleses reivindicando o controle das ilhas, desde então França e Inglaterra se digladiarão pelo controle de territórios no Caribe. De São Cristóvão e Nevis ingleses e franceses partiram para outras ilhas menores, abandonadas pelos espanhóis<sup>33</sup>, sempre competindo entre si, contra os nativos e contra os espanhóis. Dessa forma, ilhas como Montserrat e Dominica tornaram-se campos de batalha, revezando-se sob o jugo ora francês, ora inglês, mas qualquer que fosse a bandeira exposta na esquadra que chegava às pequenas ilhas, com ela vinha extermínio dos nativos e trabalho forçado africano(BOSCH, 2009).

Pouco depois a Holanda cria a Companhia das Índias Ocidentais e também se dispõe a enfrentar nativos e europeus pelo controle das pequenas, mas valiosas ilhas. Após serem expulsos por espanhóis na tentativa de conquista da minúscula São Martinho (desejada para a produção de sal, os holandeses conseguem tomar posse de pequenas ilhas na costa venezuelana (Aruba, Bonaire e Curaçao). Normalmente após expulsar um invasor em suas ilhas menores, os espanhóis se retiravam deixando-a desprotegida novamente, assim pouco depois a ocupação de colonos de outras nações voltava a ocorrer. Foi assim com São Martinho, depois de uma primeira derrota os holandeses voltaram a ocupá-la, desta vez em definitivo, embora em 1648 ocorra a divisão desta ilha com os franceses<sup>34</sup>. Saba e Santo Eustáquio também são conquistadas para os Países Baixos e as tentativas de conquista de Porto Rico e Tobago são frustradas, ora por espanhóis, ora pelos nativos.

---

alternativa à da memória oficial; purgada pelos interesses dos escritores, a pirataria perdeu a espessura histórica que a compunha e acabou virando ficção”.

<sup>32</sup>Desde então estas ilhas terão sua história unida constituindo atualmente um só país independente, a Federação de São Cristóvão e Nevis, embora haja em Nevis um movimento de secessão.

<sup>33</sup> A Espanha não tinha condições (econômicas, sociais e militares) de ocupar e desenvolver todo o espaço colonial sobre seu controle Não podemos nos esquecer que por essa época a Espanha ainda ocupava os territórios que atualmente são o México e boa parte da América do Sul, inclusive dedicando maior atenção a esses territórios quando se descobrem a presença de minas de ouro e prata. Assim, algumas ilhas juradas à coroa espanhola no início das navegações jamais foram ocupadas de fato por colonizadores espanhóis, ou encontravam-se consideravelmente desguarnecidas, a ilha de Barbados, por exemplo, foi tomada pelos ingleses em 1627 e não há nenhum registro de presença prévia da Espanha ou qualquer outra nação europeia.

<sup>34</sup> Como admite Juan Bosch (2009, p.270): “*sin que sepamos por qué ni como*”. Tal divisão permanece até os dias atuais na figura do “município especial” francês *Saint Martin* e do país membro do Reino dos Países Baixos, *Sint Maarten*.

Algumas décadas após o acordo de *Vernins*, este curioso acordo de paz que abriu caminho para mais guerras, a Espanha começava a ver ruir seu domínio na América Central, porém ainda mantinha o controle sobre um gigantesco território na América, incluindo todo o istmo e as maiores ilhas do Caribe, ou seja, Cuba, Jamaica, Hispaniola e Porto Rico. Entretanto, França, Inglaterra e Holanda, percebiam a maior fragilidade da Espanha e tornavam-se mais ambiciosas, conforme aponta Bosch (2009, p. 261):

*Sucedía que los nuevos imperios formados en Europa querían participar de las riquezas del Caribe. Al principio se limitarían a disputarle a España las islas pequeñas, ésas llamadas por los españoles “inútiles” debido a que no tenían metales; pero después quisieron tierras mayores, ricas en muchos aspectos y con situaciones estratégicas privilegiadas.*

Assim, também as Antilhas Maiores, o istmo e os territórios no continente passaram a ser disputados, com a Espanha perdendo territórios em todas as frentes<sup>35</sup>. A narrativa das guerras entre essas quatro potências – principalmente, mas com a participação de outros países europeus também, como a Escócia, a Irlanda, a Suécia e a Dinamarca – seriam longas e certamente fascinantes, mas exigiriam por si só vastos trabalhos dedicando-se exclusivamente às campanhas de guerras, às trocas de posse das ilhas (estima-se que a ilha de Trinidad, tenha trocada de posse mais de trinta vezes, entre ingleses, holandeses, espanhóis e franceses) e às mortes e sofrimentos causados por elas. Bosch (2009) é uma fonte segura para tal fim, pois narra a história do Caribe sob a tese da região ser um espaço especial, onde os diversos impérios históricos se tocavam em uma fronteira distante dos países originais. Para nós, interessa expor como a região foi espaço de dominação e essa dominação desde logo contribuiu para colocar a América Central, a despeito de sua importância estratégica e suas riquezas naturais, à margem do sistema internacional.

Dessa forma, sem entrar nos detalhes das guerras ocorridas, do número de soldados (ou piratas), das táticas de batalhas e dos nomes dos generais, cabe-nos apontar que a Inglaterra sai desse período como a grande vencedora<sup>36</sup>. Se até então não havia uma

---

<sup>35</sup> Parte da maior e mais importante ilha do Caribe, Hispaniola, passa a ser ocupada pelos franceses, dando origem à colônia de Saint Domingue, sempre em conflito com a Santo Domingos espanhola, os franceses também ocupam parte da costa sul-americana no Caribe, que se mantém até hoje como território francês, a Guiana Francesa, além de se espalharem por pequenas ilhas, como Guadalupe, Martinica e São Bartolomeu, esta última esteve sob domínio da Suécia entre 1785 e 1878, mas mantém vínculos até hoje com a França. A Inglaterra conquista outra das maiores ilhas, a Jamaica, que passará a ser a mais importante colônia inglesa na América Central, além disso, ocupam a costa sul-americana na Guiana e clandestinamente madeireiros britânicos exploram parte do território do istmo, onde será oficializado apenas séculos mais tarde como as Honduras Britânicas e hoje é o Belize. Os holandeses, além de manterem a posse das pequenas ilhas conquistadas, também se instalam no que é hoje o Suriname.

<sup>36</sup> Para citar apenas dois exemplos, talvez os pontos iniciais e finais dessas inúmeras guerras. A Guerra Anglo-Holandesa de 1652 termina com a vitória inglesa e a ascensão da Inglaterra como a maior potência naval da

hegemonia em sentidos gramscianos na América Central, ela surgirá quando a Inglaterra emerge como uma nação hegemônica, que domina algumas colônias no Caribe, mas controla também no consenso e convencimento toda a região, pois cria as relações necessárias para o surgimento de um sistema sob sua condução. Ao contrário da Espanha que exercia seu controle na base do puro domínio e não geria o sistema da exploração colonial de modo que usufruísse das riquezas e liderasse os demais Estados, a Inglaterra, principalmente após a revolução industrial irá exercer a hegemonia, tanto na América Central, quanto no mundo (as colônias inglesas estarão espalhadas por todos os continentes, desde a África até o Novíssimo Mundo, a Oceania).

Enfim, a potencialidade da América Latina como um todo e da América Central em particular, com suas sociedades originárias múltiplas e complexas, é sobrepujada pela conquista destrutiva que aqui se instaurou entre as diversas nações europeias. A América Central surge no mapa não como um espaço próprio, que se desenvolve em busca do melhor pra si, mas como um palco de disputas onde outras nações se digladiam pelo controle e direito de exploração.

Tantas disputas se justificavam, pois a América Central se apresentava como uma fonte aparentemente inesgotável de riquezas. No istmo e nas ilhas se encontravam madeiras valiosas, metais raros, terras férteis para as diversas culturas agrícolas e até mesmo a caça na região era uma atividade rentável, pois proporcionava peles para exportação com preços razoáveis e alimento sem custo para os colonos. Entretanto, a riqueza mais valiosa das Américas não era produzida ali, de fato nem ao menos era um produto propriamente dito, e sim seres humanos. Nada era mais lucrativo do que o comércio de escravos. Entre o aprisionamento de pessoas na África e o trabalho forçado nas Américas existia uma cadeia comercial que enriquecia a todos os europeus, fossem eles colonos, escravizadores, comerciantes ou corsários. Ao mesmo tempo, enraizava tensões raciais pelas Américas e conflitos intra-nações na África e desse modo lançava as bases do atual sistema internacional nas marcas da violência, da exploração e da desigualdade. O comércio de escravos trará para as Américas inclusive exploradores escandinavos que conseguiram se apossar de algumas ilhas próximas a Porto Rico<sup>37</sup> e estabeleceram ali um mercado de escravos que abastecia de mão-de-obra negra as diversas colônias.

---

época e a Guerra dos Sete Anos, que envolve todas as potências europeias e novamente termina com a vitória inglesa em 1763, dessa vez conquistando diversos territórios espanhóis e franceses.

<sup>37</sup> Seguindo o exemplo holandês foi criado a Companhia Dinamarquesa das Índias Ocidentais, que administrou a posse das ilhas de Santa Cruz, São João e São Tomás constituindo as Antilhas Dinamarquesas. Tais ilhas

As capturas que semeavam as guerras na África<sup>38</sup>, o transporte que matava e enlouquecia nos navios negreiros e os abusos de todas as formas cometidos pelos senhores uma vez em posse dessas pessoas alijadas de sua terra, família e da própria vida também são extensamente documentados e causam espanto pela frieza e crueldade. Assim como os nativos, os povos africanos também se rebelavam e assim como os nativos eram normalmente derrotados, até 1791, quando uma rebelião de proporções nunca vista se torna a primeira revolta de escravos vitoriosa e transforma o Haiti no primeiro país independente na América Central (e de toda a América Latina).

## 2 - Movimentos de Independências : castas e classes na construção das hegemonias nacionais e da hegemonia britânica.

A escravidão dos povos africanos se espalhou por toda a América Latina, com especial vigor nas colônias açucareiras. Como diversas ilhas do Caribe estavam voltadas para a produção do açúcar, a América Central se tornou um espaço de martírio negro. A dependência na mão-de-obra escrava variava de acordo com a metrópole e também de colônia a colônia, porém, todas elas se serviam de algum modo desse regime de trabalho forçado. Uma estimativa do número de escravos na região nos fins do século XVIII é fornecida por Bosch (2009, p.249):

*Al firmarse en 1783 el Tratado de Versalles debía haber en el Caribe una población esclava de 1.200.000 almas. Puede estimarse que en Haití había entonces unos 400.000, y como según cálculos de la época los esclavos de Haití representaban tres quintas partes de lo que había en todos los territorios antillanos de Francia, la totalidad de los esclavos de las posesiones francesas debía pasar de 600.000. Diez años antes (en 1774), en Jamaica, Antigua, Monserrate, Saint Kitts, Nevis y las Islas Vírgenes había mas de 280.000, de manera que agregando a esa cantidad los de Barbados, Dominica, Granada, San Vicente, Belice y la Mosquitia, los de las posesiones británicas debían pasar de 300,000. Quizá los de Venezuela, Colombia, Panamá, Puerto Rico y Santo Domingo no llegaban a 100.000; Cuba, que era la posesión española que tenía más esclavos, debía andar por los 60.000. En Guatemala, Honduras, Nicaragua y Costa Rica – todo lo cual formaba, junto con El Salvador, el reino de Guatemala – había pocos,*

---

permanecem em posse da Dinamarca até 1916 quando são vendidas aos Estados Unidos da América e são rebatizadas como Ilhas Virgens dos Estados Unidos.

<sup>38</sup> “Foi sobre um campesinato, em muitos aspectos superior ao dos servos em amplas áreas da Europa, que o comércio de escravos recaiu. A vida tribal foi destruída e milhões de africanos sem tribos foram jogados uns contra os outros [...] As tribos tinham que suprir o comércio de escravos, ou então elas mesmas seriam vendidas como escravas. A violência e a ferocidade tornaram-se as necessidades para a sobrevivência, e foram a violência e a ferocidade que sobreviveram [...] esses horrores foram o produto de uma intolerável pressão sobre os povos africanos, que se tornavam mais ferozes, no decorrer dos séculos, à medida que a exigência da indústria aumentava e os métodos de coerção eram aperfeiçoados” (JAMES,2000, p.22)

*porque en esa zona la mano de obra servil era indígena. Los de las islas holandesas y danesas y los de la, pequeña posesión sueca de San Bartolomé podían sumar unos pocos millares.* (BOSCH, 2009, p.429)

Também variavam o grau de exploração dessa mão de obra segundo a metrópole, a colônia, a ocupação exercida e o humor do senhor branco. Em alguns casos, como o de Toussaint L'Ouverture, que se tornará líder da Revolução no Haiti, o senhor de escravos permitia a alfabetização do negro e a escravidão agia de forma relativamente mais leve, porém, essa leveza não deve ser enaltecida como benevolência do escravista e sim como uma forma mais rebuscada de dominar seus escravos, para continuar no exemplo de Toussaint, ele próprio exercia a administração da fazenda e dos demais escravos que nela trabalhavam. Da mesma forma, as diferenças de tratamento das nações europeias com os escravos em suas colônias derivavam dos diferentes modos de produção desenvolvidos por elas e não do “humanismo” ou mais alto “grau civilizatório” desta ou aquela nação. A Inglaterra, no gênese de sua hegemonia, começava a pregar a abolição da escravatura, não por “bondade”, mas por ser benéfico para o tipo de capitalismo que iria se desenrolar sob sua direção e domínio.

Levando em consideração as sublevações de escravos como índice da violência cometida pelas metrópoles, podemos ver que em colônias de todas as nações europeias ocorreram revoltas de escravos. Segundo dados de Juan Bosch (2009, p.430), no século XVII, antes da Revolução Haitiana houvedois levantes de escravos na colônia espanhola de Honduras (1765, 1773); diversos nas colônias francesas, principalmente no Haiti (1724, 1730, 1734, 1740, 1758), mas também em Dominica (1785); nas colônias britânicas pululavam revoltas de escravos, como em São Cristóvão e Nevis (1725, 1770), Antígua (1728, 1737), São Vicente (1772), Tobago (1771, 1774) e principalmente na Jamaica (1747, 1754, 1760, 1765, 1769); mesmo países com poucas e pequenas colônias viram os escravos tentarem escapar desse regime desumano e se organizarem contra os brancos, a Holanda sofreu com um levante em Curaçao (1750) e a Dinamarca em suas Antilhas tiveram que lidar com escravos revoltosos na Ilha de São João (1733).

### **Mapa 3. Revoltas de escravos na América Central (Século XVIII)**



Fonte: Editado pelo autor com dados de Bosch (2009) a partir de mapa disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa\\_america\\_central\\_caribe.svg#](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_america_central_caribe.svg#) acesso em 06/08/2016.

A brutalidade que gerava tamanha revolta se apresentava de várias formas: no próprio trabalho forçado e limitação da liberdade, em mutilações e torturas e ainda, em uma violência que teve consequências para a formação de todos os povos onde a chaga da escravidão se fez presente, o estupro. Seja no ato cruel e repugnante do sexo forçado, seja no não menos violento e degradante abuso por submissão, as relações entre homens brancos e mulheres negras (principalmente) geravam crianças com diversos tons de pele e os mais diferentes destinos.

A ascendência e o tom de pele com a qual se nascia determinavam as possibilidades de inserção da pessoa nessa sociedade altamente segmentada. A superioridade do branco sobre os negros e índios era estabelecida por uma arbitrária hierarquia racial. Entre estes grupos poderia haver uma intrincada subdivisão, contudo, uma vez maculado por sangue “impuro”, a pessoa jamais alcançaria o valor de um “legítimo” homem branco, conforme descreve James (2000, p.49):

A descendência de brancos, pretos e mestiços tinha 128 divisões. O verdadeiro mulato era a criança de uma negra pura com um branco puro. A criança de um branco com uma mulata era um quadrarão, com 96 partes brancas e 32 partes de preto. Mas o quadrarão poderia ser produzido pelo branco e pela marabu na proporção de 88 por 40, ou pelo branco e pela sacatra, na proporção de 72 para 56 e assim por diante até 128 variedades. Mas o *sang-melé*, com 127 partes brancas e uma parte negra continuava sendo um homem de cor.

Desse modo, na América Central se vê instalada, assim como no restante da América Latina, uma sociedade de castas, nascida da divisão racial imposta pelos europeus e emaranhada pela miscigenação. Essa sociedade seguirá diferentes rumos conforme a situação da metrópole e da colônia, mas tem por base comum a suposta superioridade branca, a

subordinação dos escravos (seja de negros ou de índios) e sem lugar definido entre esses extremos se encontrávamos mestiços.

Não é nossa intenção enveredar nas discussões das teorias da estratificação social na América Latina, porém, para entender a dinâmica sócio-política latino-americana fazem-se necessárias breves considerações sobre o conceito de casta. Ao afirmarmos que nas colônias escravistas da América Central existia uma sociedade de castas, não estamos inserindo-a ao rígido e complexo sistema de hierarquização social, cujo principal expoente é a sociedade hindu que imperava na Índia (e ainda hoje subsiste), mas sim fazendo uma aproximação com esse conceito de modo que as relações raciais apareçam como um aspecto significativo da história da região que não deve ser solapada.

As características que definem uma sociedade de casta – hierarquização, repulsa aos grupos considerados inferiores e especialização hereditária<sup>39</sup> – estão todos presentes na sociedade escravista latino-americana, onde um filho de escravos nada mais poderia ser do que um escravo (com exceção do mestiço, que nesse caso poderia assumir uma posição diferente por ser filho de senhor branco, mas mesmo assim com limites claros à sua ascensão social, constituindo uma “casta intermediária”). Embora a repulsa possa ser relativizada, já que em sociedades de castas mais rígidas o próprio contato com as castas inferiores é considerada ignominiosa e na sociedade escravista as inter-relações eram muito mais acentuadas, como comprovam a profusão de mestiços, a aversão se mantinha nas inúmeras violências sofridas por essa parcela da população, que tinham sua humanidade subtraída. Por fim, é desnecessário apontar a óbvia hierarquização que regia essa sociedade. Por outro lado, as ascensões possibilitadas aos mestiços, mesmo que limitadas, não permitem uma classificação categórica das sociedades escravistas como uma sociedade de castas, junto a isso, o modo de produção das plantações que se assemelhavam aos feudos medievais também permite defender a ideia de uma sociedade estamental<sup>40</sup>.

Insistimos na ideia de casta, pois através das demarcações principalmente hereditárias, ela joga luz para a divisão racial que recortará todo o continente. Essa racialização em boa

<sup>39</sup> Segundo discussão clássica de Célestin Bouglé (1935) presente em IANNI (1978, pp.89-99).

<sup>40</sup> Segundo definição de Ianni (1978, p.167): “O estamento pois, é a categoria social (política e econômica) de que se compõe basicamente o sistema feudal. Assim, os nobres, cavaleiros, vassallos, servos, vilões, pastores, lavradores, escravos e outros, além do clero, estavam socialmente organizados e referidos ao sistema estamental. Isto é, as relações recíprocas, hierárquicas dos vários estamentos estavam organizadas com o fundamento na tradição; ou seja, nos valores culturais e padrões de ação e pensamento daí decorrentes, tais como linhagem, honra, hereditariedade etc. Entretanto, o sistema de direitos e deveres que fundamentavam as relações e hierarquia dos estamentos criavam algumas possibilidades de mobilidade social vertical. Havia, por exemplo, a possibilidade de nobilitação de funcionários administrativos, em caso de prestação de serviços relevantes ao senhor”.

parte foi superada pelas lutas dos povos originários e movimentos negros, a própria ideia de raça, depois de todos os traumas que proporcionou, ao menos é considerada ultrapassada. Porém, reflexos da sociedade de castas permanecem e se imiscuem com as dominações de classe que ascenderão:

Há padrões e valores remanescentes da sociedade de castas, produzida pelo colonialismo e escravismo, subsistindo junto aos valores e padrões da sociedade de classes que emerge a partir do século XIX. [...] O índio e o mestiço, assim como o negro e o mulato, sabem e sentem que a discriminação que os atinge não é apenas a de classe, do mercado, da sociedade competitiva, mas de raça, isto é, de casta. É como se um remanescente arqueológico, pretérito de longe, fosse recriado cotidianamente na trama das relações de classes (IANNI, 1988, pp.13-14)

Isso porque em toda a América Latina a desigualdade é uma constante desde o descobrimento até os dias atuais, oriundo do modelo de *desenvolvimento desigual e combinado* que aqui finca raízes e deixa frutos:

Nas sociedades coloniais e dependentes, o desenvolvimento capitalista tende a ser desigual; isto é, a juntar elementos dispares ou desigualmente desenvolvidos do próprio capitalismo. Assim como tende a combinar valores, padrões e técnicas às vezes heterogêneos, oriundos de sistemas diversos, chegando mesmo a produzir formas e soluções caricaturais (IANNI, 1978, p.88).

Essa insistente dominação de castas na América Latina gerou nas suas contradições as condições necessárias para as primeiras tentativas de libertações nacionais na América Central e sua explosão foi maior e mais violenta, onde essa sociedade era maior e mais violenta, ou seja, na parte francesa da ilha de Hispaniola. No Haiti do século XVIII já havia o entrecruzamento das questões raciais e econômicas, os representantes da aristocracia francesa eram os burocratas da colônia, que a administravam segundo ordens da Coroa, a burguesia francesa que convulsionou o mundo com sua revolução na Europa, tinha como seu reflexo na Ilha os comerciantes abastados, os quais juntos com os latifundiários formavam o grupo dos “brancos ricos”, segundo James (2000, p.44), ou “grandes brancos”, segundo Bosch (2009, p. 436) em contrapartida aos “brancos pobres” ou “pequenos brancos”, respectivamente. Estes últimos podiam ser tanto comerciantes modestos ou donos de pequenas propriedades de terra, quanto bandidos fugitivos, devedores falidos e outras espécies de criminosos que seriam estigmatizados na Europa, mas na colônia encontravam terreno fértil para se reerguerem e a despeito de qualquer crime ou humilhação anterior sempre seriam considerados superiores aos escravos negros, ou aos mestiços, mesmo em relação ao mestiço que porventura enriquecera (JAMES, 2000, p.45).



A sorte do mestiço dependia do juízo do pai. Alguns permaneciam escravizados, ignorando-se totalmente sua filiação, outros seriam livres e educados para tarefas menos pesadas do que a do escravo, mas ainda em inferioridade com o branco, para esses últimos a possibilidade de enriquecimento estava aberta apesar de todas as limitações e obrigações a eles impostas e em muitos casos eles não desperdiçavam essa pequena brecha e progrediam até que se tornaram

*Los dueños de la tercera parte de la riqueza haitiana y de la cuarta parte de los esclavos; entre esos mulatos había algunos tan ricos como el más rico de los grandes blancos; había muchos cultos y refinados, que se habían educado en Francia y tenían allí amigos, y resultaba que en Francia no eran víctimas de esa discriminación a que los sometían en su propia tierra. (BOSCH, 2009, p.437)*

Essa ascensão dos mestiços despertou “ódio feroz e medo” (JAMES, 2000. p.49) nos grandes e pequenos brancos, reação que se transformava em maiores restrições, de modo que com o passar do tempo, esse grupo já não podia mais exercer os ofícios dos brancos pobres (que hoje chamaríamos de profissionais liberais), em 1771 deixam de ser considerados cidadãos e em 1778 proibi-se o casamento entre brancos e mestiços de qualquer ascendência (BOSCH, 2009, p.437). Nesse contexto, quando irrompe a Revolução Francesa na Europa, ela ecoa no Haiti em uma disputa de “classe” entre os pequenos e grandes brancos e de “raça” entre brancos e mulatos, mas conforme aponta Bosch, seria um erro

*Creer que esa lucha había sido ganada por los blancos, fueran los grandes o fueran los pequeños. Al final, blancos y mulatos iban a perderla por igual; la perderían cuando sus diferencias provocaran la intervención de las grandes masas esclavas, y éstas iban a intervenir para resolver el problema a favor suyo, no de mulatos ni de blancos. (BOSCH, 2009, p.446)*

Dentro da rica e complexa história da América Central a Revolução Haitiana é mais um capítulo que exige um mergulho profundo em seus diversos aspectos. Um esforço memorável nessa direção foi executado por Cyril Lionel Robert James, em sua obra “*Os Jacobinos Negros*” e nela se encontra o estopim da revolta com a liderança de Boukman, as alianças feitas e rompidas pelos diferentes grupos raciais e sociais, a retaliação francesa e o oportunismo britânico, as relações conturbadas com a parte espanhola da Ilha, o desenvolvimento concomitante das revoluções na França e no Haiti e como ambas se interpenetram e principalmente a trajetória de Toussaint L’Ouverture de escravo à líder revolucionário, de vitorioso militar à morte na prisão francesa. Dessa gama de possibilidades interpretativas abertas pela história da Revolução Haitiana, ficaremos com a que nos trouxe até aqui, isto é, enxergar como na luta contra a dominação de castas e classes surge a primeira

nação independente da América Latina e como essa nação pagou pela ousadia de desejar-se livre com sua subsequente marginalização.

O caráter de casta dessa sociedade e de sua revolução é evidente. O caráter de classe, por outro lado está implícito na organicidade da luta e nos paralelos que se estabelecerão nas análises posteriores com as teorias marxistas, Bosch, por exemplo, afirma que “*todo Marx puede ser analizado a la luz de la revolución de Haití y toda la revolución de Haití puede ser analizada a la luz de la obra de Marx*” (BOSCH, 2009, p.457). Também James (2000, p.13) estabelece correlações com a teoria marxista, quando no preâmbulo de sua obra diz crer que novas pesquisas historiográficas sobre a Revolução Haitiana “revelarão mais e mais a sua afinidade com as revoluções em comunidades mais desenvolvidas”, o autor ainda faz paralelos entre os desafios de Toussaint quando na liderança do Haiti, como os enfrentados pelos bolcheviques após a Revolução Russa:

A cultura burguesa russa era relativamente pobre, mas Lênin admitiu francamente que ela era superior à do proletariado e que teria de ser usada até que este estivesse desenvolvido. [...] Podemos avaliar o gigantesco intelecto de Toussaint pelo fato de que, mesmo despreparado como era, tentou fazer o mesmo, com seu exército e generais negros cumprindo o papel político do Partido Bolchevique (JAMES, 2000, p.258-259).

É inegável que há um certo grau de anacronismo nessas comparações, não há indícios de que Marx tenha se detido sobre a história da Revolução Haitiana (BOSCH, 2009, p.457), além disso, como afirma Gorender (2004, p.296):

As rebeliões, no começo do século XIX, no continente americano, só podiam ter caráter antiescravista e anticolonialista. No mundo atual, o cenário internacional é sacudido pelas lutas anticapitalistas e antiimperialistas. Trata-se de etapas históricas profundamente diversas.

Não obstante, a história está aberta a interpretações e nada impede que um acontecimento passado seja analisado à luz de uma teoria recente e dos acontecimentos posteriores. No fim, entre as disputas de brancos e mulatos, ricos e pobres, quem assumiu a hegemonia da luta no Haiti foram os escravos, aqueles para quem naquele momento nada havia a perder se não seus grilhões. Nesse sentido, pode-se até afirmar que os *jacobinos negros* do Haiti avançaram mais que os próprios jacobinos franceses. Depois da ascensão de Napoleão Bonaparte, a Revolução Francesa deixa de ser uma inspiração para a libertação haitiana, tornando-se sua principal nênese. Toussaint morreu encarcerado por Napoleão, mas ainda fiel à França, sua luta era contra os escravistas e não contra os franceses. As lideranças negras que o sucederam entenderam que apenas a emancipação total garantiria sua liberdade:

Devido ao seu sacrifício e ao seu heroísmo, os homens, mulheres e crianças que expulsaram os franceses não ficam nada a dever a todos aqueles que lutaram pela independência em qualquer lugar do mundo, em qualquer época. E a razão é muito simples. Eles haviam percebidos, finalmente, que sem a independência não conseguiriam manter a liberdade, e a liberdade era mais concreta para os antigos escravos do que para as elusivas formas de democracia política na França (JAMES, 2000, p.323).

A proclamação da independência ocorre em 1804. Por diversas vezes os franceses ainda tentariam reconquistar a colônia, mas a resistência haitiana seria inexpugnável. A permanência de uma colônia espanhola com regime escravista na mesma ilha gerava constantes atritos, com invasões e dominações mútuas, tal rivalidade permanece até hoje entre os Estados do Haiti e da República Dominicana. Os escravos enfim libertos passaram a dedicar-se a agricultura de subsistência, abandonando a opressiva indústria açucareira. Isso garantiu por algum período a tranquilidade da nação, que não aceitaria jamais ser escravizada novamente, porém logo confluiu para sua marginalização, pois o capitalismo se desenvolvia e com ela a divisão internacional do trabalho, quando o restante dos países da América Latina se tornaram independentes, passaram a ocupar o papel já subalterno de exportação de produtos primários para as demais nações, enquanto isso o Haiti se mantinha isolado até mesmo desse sistema. Quando enfim o Haiti se reinsere no sistema internacional ocorre a reinstauração da dependência, agora não mais direta, colonial, e sim mal disfarçada pela dominação econômica das nações hegemônicas.

Castas e classes também se entrelaçavam na América Central Continental quando a Capitania da Guatemala (que abarcava todo o Istmo) se emancipa do decadente império espanhol. No caso do istmo, a sociedade de castas era ligeiramente diferente, com os povos originários ocupando o papel do negro na escravidão. Os escravos africanos eram consideravelmente menos numerosos nas colônias espanholas, em contrapartida o regime de *encomiendas* compensava com a mão de obra indígena barata. Assim, os mestiços no istmo também eram frutos da miscigenação entre brancos e indígenas. Desde o início da colonização, com a atuação de Bartolomeu de Las Casas, pregava-se a defesa dos povos originários na América. Isso não impediu a escravização, o extermínio e as violências, não amenizou os horrores sofridos por esses povos, mas aliado com a maior abertura da Coroa espanhola permitiu uma flexibilização para a inserção do mestiço. Assim surge a figura do *criollo*, o mestiço rico que terá muito mais liberdade que seu congênere haitiano. Serão os *criollos* que assumirão a hegemonia nas guerras de independências da América Hispânica, terão a aliança dos escravos e dos índios, além de importante contribuição britânica que aproveitava a situação para minar o poder espanhol (GLEIJESES, 1992), mas quem dirigia

arevolta e quem governou após a vitória – estabelecendo laços com a Inglaterra e traindo os povos indígenas e negros que voltaram a ser explorados – foram os *criollos*.

Dessa forma a independência do Istmo será feita pela elite das províncias e não uma revolução “desde baixo”, como no Haiti. De todo modo, após tentarem manter como as “Províncias Unidas da América Central”, de 1821 à 1840, o istmo se fragmenta em cinco pequenos Estados: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. A independência e fragmentação do istmo mostram os avanços e as limitações da “descolonização”. Esses cinco Estados que se constituíram como novos atores no sistema internacional serão rapidamente reconhecidos pelos demais países, dado o isolamento espanhol, mas não possuíam a força (econômica, política e militar) para se inserirem autonomamente e fazer valer de fato, sua soberania de direito.

O liberalismo, ponta de lança da hegemonia britânica, será incorporado pelas elites *criollas* do istmo, fazendo com que a Inglaterra passe a dirigir e dominar estas novas nações. Com a Espanha em declínio e a França perdendo sua mais rica colônia ao mesmo tempo em que sofria convulsões internas, a Inglaterra surgirá como a verdadeira potência hegemônica, a reforma intelectual e moral promovida para ascender a tal posto é justamente a expansão dos conceitos do livre-comércio, que não são apenas econômicos, mas também políticos e se espalham por toda a América Latina. No caso da América Central, o palco privilegiado das disputas hegemônicas, a influência britânica será ainda mais forte, atuando agora além de suas colônias no Caribe nas novas nações do Istmo.

Sob a hegemonia britânica os escravos vão cedendo espaço para o “proletariado livre como os pássaros” (MARX, 1996, p.342) e surgem as classes sociais na América Central. Debruçar-se sobre a formação nacional na América Central exige atenção para como essas dominações, casta e classe, se entrelaçam, pois:

A raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais. Essa é a fábrica da dominação e alienação que pode romper-se, quando uns e outros, assalariados de todas as categorias, simultaneamente negros e brancos, em suas múltiplas variações, compreendem que a sua emancipação implica a transformação da sociedade: desde a sociedade de castas à de classes, desde a sociedade de classes à sociedade sem classes. Na sociedade sem classes, todos podem realizar-se como pessoas, indivíduos e coletividades. As diversidades não se transformam em desigualdades, distintas modalidades de alienação. Os distintos traços fenotípicos não se transformam em estigmas. Ao contrário, as diversidades de todos os tipos participam da formação, conformação e transformação policrônica e polifônica da sociedade (IANNI, 2004, p. 147).

Desse modo, pensar a construção das nações latino-americanas ocultando as questões raciais por um lado, ou então sob a ótica exclusivamente culturalista por outro, não nos ajuda a compreender o enigma latino-americano, nossa particularidade na diversidade. A hegemonia britânica rompe com a sociedade de castas, pois para a ascensão da burguesia fez-se necessário a sua contraparte, o proletariado, porém, na América Latina como um todo e na América Central em particular, as castas subsistem implicitamente, negar isso é fechar os olhos para a subalternização de nosso povo, para o extermínio dos povos originários, o ocultamento, estigmatização e pauperização do povo negro, é negar a pluralidade latino-americana e os desafios de sua sobrevivência. Do mesmo modo, tentar apagar a luta de classes da história da América Latina, ou apontar o marxismo como uma teoria eurocêntrica que em nada beneficia nossa história e desenvolvimento só aprofunda nossa dependência. A burguesia inglesa soube explorar essa cisão para fragmentar os grupos que se contrapunham a ela por todo o mundo, a alternativa hegemônica que a supera não surge dos grupos subalternos, mas das elites de sua antiga colônia e aprendiz cuidadosa.

### 3 – Hegemonia estadunidense e hegemônias alternativas na América Central do Século

#### XX

Embora seja a mais emblemática, a vitória estadunidense na Guerra Hispano-Americana não é a primeira investida deste país na América Central. Assim como a Inglaterra, que construiu sua hegemonia na região controlando inicialmente apenas as “ilhas inúteis” abandonadas pelos espanhóis – e através dela foram conquistando pontos cada vez mais estratégicos, até o próprio controle direto ser desnecessário – os Estados Unidos fizeram-se presente na América Central ao tomar posse de uma ilha supostamente abandonada por todos os países até então: a Ilha Navassa.

Essa ilha pequena e despovoada – assim como diversas ilhas pequenas e despovoadas nos mares e oceanos – era refúgio de pássaros e morcegos. Tais animais viviam, se alimentavam, se reproduziam e deixavam nas ilhas seus excrementos. O que seria apenas a vida selvagem seguindo seu curso natural torna-se um capítulo da história humana e um cenário de disputa internacional quando se descobre que esses excrementos formam o *guano*, um adubo natural rico em fosfato que possui poderosas capacidades fertilizantes e passa a ser desejado pelos agricultores e comercializado por um alto valor.

Desta maneira, dá-se início a disputa pelo acesso às fontes de *guano*. Navegadores estadunidenses saem à procura de ilhas que possuíssem reservas do adubo, porém encaram a

concorrência de comerciantes britânicos, ou das nações próximas que reclamam a posse das ilhas. Após uma companhia estadunidense tentar se estabelecer na Ilha das Aves e ser expulsa pelo exército venezuelano, os comerciantes estadunidenses passam a cobrar de seu governo o apoio à esses empreendimentos. Diante do apelo dos exploradores de *guano* e do desejo dos agricultores estadunidenses, o governo dos Estados Unidos coloca em discussão e aprova em 1856 o *Guano Island Act*, que rege:

*Whenever any citizen of the United States discovers a deposit of guano on any island, rock, or key, not within the lawful jurisdiction of any other government, and not occupied by the citizens of any other government, and takes peaceable possession thereof, and occupies the same, such island, rock, or key may, at the discretion of the President, be considered as appertaining to the United States*(ESTADOS UNIDOS, 1856).

Em suma, tal lei permite aos cidadãos estadunidenses tomarem posse de ilhas, formações rochosas e mesmo corais possuidores de depósitos de Guano em qualquer lugar do globo, desde que ela já não esteja em jurisdição de outro Estado. A lei também outorga ao presidente “*at his discretion*” a possibilidade de utilizar as forças armadas estadunidenses para defender tal ilha (ESTADOS UNIDOS, 1856). O texto ainda faz menção à possibilidade do país abandonar a ilha após a extração do *guano*:

*Nothing in this chapter contained shall be construed as obliging the United States to retain possession of the islands, rocks, or keys, after the guano shall have been removed from the same*(ESTADOS UNIDOS, 1856).

Este último parágrafo, aliado a ambiguidade da palavra “*appertaining*” que pode significar tanto “pertencente à” quanto “parte de”, gerou inúmeras confusões em relação ao estatuto legal das ilhas reivindicadas sob o *Guano Island Act*, de todo modo, isso não impediu o sucesso da legislação. Trinta anos após a promulgação da lei mais de setenta ilhas, ilhotas, rochas ou corais foram reivindicados para a extração de *guano*, a maioria na Oceania, iniciando a ocupação estadunidense do Pacífico. No oceano Índico também houve estadunidenses em busca de guano e obviamente, o Caribe era um espaço privilegiado (BURNETT, 2005, p. 787). O uso do *Guano Island Act* que mais repercutiu e também o que mais nos interessa nesse estudo aconteceu já no ano seguinte à promulgação, em 1857, quando a *Navassa Phosphate Company*, uma companhia estadunidense fundada especificamente para a exploração de *guano*, se estabelece na ilha e passa a extrair o precioso fertilizante.

O caso da ilha Navassa nos interessa não só por marcar o início da presença incisiva dos Estados Unidos na América Central, mas por ser ilustrativa da maneira como a hegemonia

estadunidense agirá nessa região: com violência e pouca consideração aos povos e Estados que ali se encontram e explorando ao máximo os recursos naturais e os próprios trabalhadores. A lei definia claramente a necessidade das ilhas requisitadas não estarem sob jurisdição de outro governo, porém, as violações nesse sentido eram evidentes. A ilha Navassa, que se encontra a cinquenta quilômetros da costa haitiana, era considerada por esse país que acabava de conquistar sua independência como extensão natural de seu território. Isso não impediu a *Navassa Phosphate Company* de se instalar na região. Além de violar o território haitiano, a extração de *guano* era realizada com super-exploração da mão-de-obra (composta principalmente pela população negra estadunidense) em condições idênticas à recém-abolida escravidão, conforme descreve Burnet (2005, p.788):

*Working conditions on Navassa, as on other guano islands, were grotesque [...]. Mining dried guano, with its overpowering ammoniac stench, under a hot tropical sun was hard enough. The Navassa Phosphate Company and its "officers" made it even harder by committing innumerable abuses against the nearly 140 workers in their employ: forcing them to work for long hours under needlessly dangerous conditions, docking their pay on days they were injured (as well as charging them twice their daily wage for board on such days), gouging them with wildly inflated prices at the "company store," and punishing insubordination by placing men in "the stocks," a "barbarous instrument" in which a man was cuffed by his hands and feet, his body stretched taut.*

Tantos abusos acabaram resultando em uma violenta revolta dos trabalhadores, na qual alguns “*officers*”<sup>41</sup> foram mortos. Os empregados revoltosos foram mandados de volta aos Estados Unidos, onde foram julgados e condenados à morte. Além de causar indignação, o julgamento – que ficou conhecido com *Jones vs. United States*<sup>42</sup> – escancarou as ambiguidades do *Guano Islands Act*, pois a defesa se baseou no fato da ilha não ser território estadunidense e, portanto tais assassinatos não poderiam ser julgados pela justiça estadunidense. Prevaleceu, contudo, a noção de que a ilha, embora não fizesse parte dos Estados Unidos, pertencia aos Estados Unidos, que poderiam desse modo ter jurisdição sobre ela (BURNETT, 2005). Esse imbróglio jurídico-institucional aparenta ser apenas um detalhe confuso e enfadonho da história estadunidense na América Central, no entanto, ele é exemplar em dois sentidos: primeiro ao escancarar o nexos indissolúvel entre política interna e externa; e segundo, ele é de suma importância para se entender o nascimento da hegemonia dos Estados Unidos.

<sup>41</sup> Empregados da companhia que supervisionavam e controlavam os demais, geralmente eram os únicos empregados brancos na ilha (BURNETT, 2005, p.788).

<sup>42</sup> Pois entre os condenados estava Henry Jones, que acabou emprestando seu sobrenome para a história jurídica da questão. Diante da visibilidade do caso e das denúncias sobre as condições de trabalho na ilha, a pena de morte foi revogada. Porém, Jones juntamente com George Key e Edward Smith cumpriu a pena de prisão perpétua (BURNETT, 2005, p.794).

Com efeito, a *Guano Islands Act* ajuda a esclarecer nossa interpretação das relações internacionais segundo o marco gramsciano, a qual não se baseia em uma transposição do conceito de hegemonia das disputas entre classes no âmbito interno para uma disputa entre nações no âmbito internacional, mas se encontra ancorada no nexo entre interno e externo<sup>43</sup>. Existe obviamente uma diferença entre a política interna e a política externa, mas conforme ressalta Mathias (2015, p.76):

Cabe ponderar, a diferença das políticas não expressa uma cisão entre elas, ao contrário, em Gramsci, importa estabelecer correspondência entre aquilo que acontece no interior dos Estados e entre eles. Ao mesmo tempo, a distinção entre dois tipos de política está intimamente relacionada à noção da formação de hegemonia e de guerra de posição.

A relação entre o Estado e a Sociedade Civil representada pela atuação do lobby pelo *guano* e pelo Congresso dos Estados Unidos também exemplifica a formulação gramsciana dos conceitos de “guerra de posição” e “guerra de movimento” que se fazem presentes na política dos países a medida em que se solidificam os Estados e se complexificam suas estruturas, tornando a hegemonia do grupo dominante fortemente enraizada na sociedade civil, com o Estado representando apenas mais uma de suas “trincheiras”:

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. (GRAMSCI, 2016; p.24, Q13 §7)

A lei estadunidense sobre as ilhas de guano surge no âmbito interno, é fruto da pressão exercida por fazendeiros e comerciantes estadunidenses, frações da classe burguesa já hegemônica no interior do Estado. Ela é discutida e aprovada no Congresso Nacional dos Estados Unidos, mas transcende as alçadas da política interna e tem repercussões, por sua própria natureza, internacionais. Dessa forma, é um exemplo evidente da relação indissociável entre as questões internas e externas de um país e de como essas políticas atuam na construção da hegemonia.

---

<sup>43</sup> Nas palavras de Gramsci: “Deve-se ainda levar em conta que estas relações internas de um Estado-nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações. [...] Esta relação entre forças internacionais e forças nacionais torna-se ainda mais complexa por causa da existência, no interior de cada Estado, de várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus”. (GRAMSCI, 2016; pp.42-43, Q13 §17)



A Inglaterra foi derrotada por seus próprios colonos que conquistaram sua independência e formaram os Estados Unidos da América, não obstante, ainda era a Inglaterra a grande potência nesse momento e o sistema internacional era regido pela hegemonia britânica. Em sua busca pelo *guano* os Estados Unidos desafiam não só as nascentes nações latino-americanas, mas também os britânicos. Antes de serem expulsos pela Venezuela da Ilha das Aves, estadunidenses e britânicos competiam pela extração do adubo. Assim, ao legislar sobre a ocupação e exploração dessas ilhas, os Estados Unidos estavam criando um arcabouço jurídico que lhes permitissem legitimar o domínio, isto é, estavam criando o consenso e as vias institucionais que possibilitariam o exercício da hegemonia em sua face menos agressiva. A ambiguidade do texto do *Guano Island Act* não foi acidental, ela abria caminhos para que os estadunidenses fizessem uso das ilhas, mas não exigia (e também não impossibilitava) que esse território fosse efetivamente anexado aos Estados Unidos, ou ao menos formalmente colonizado, o que geraria inúmeros transtornos políticos e administrativos, do mesmo modo, o país passava para o outro lado da corrida colonial sem alarmar ou confrontar acintosamente as demais potências.

Essa postura mais discreta e relativamente contida da inserção estadunidense na América Central logo será substituída pelo embate frontal, quando os Estados Unidos declaram guerra à Espanha e vencem de maneira fulminante. Discutimos brevemente no primeiro capítulo a intervenção estadunidense nesse conflito, sua entrada polêmica, os espólios conquistados com a vitória e principalmente como ela repercutiu na América Latina, alertando aos perigos que a emergente potência poderia representar para a região. Nesse segundo capítulo, em que resgatamos a história da América Central como um processo de subalternização da região desde a época colonial até a hegemonia estadunidense, o que nos interessa da Guerra Hispano-Americana é visualizar o desenvolvimento histórico das ilhas diretamente afetadas por ela: Cuba e Porto Rico.

As duas ilhas ficaram sobre a esfera de influência estadunidense, mas desde o início com status e com implicações diferentes. É curioso notar que seguiram caminhos diametralmente oposto: a primeira promoveu uma revolução político-social e se mantém hoje como a principal tentativa de se construir uma alternativa hegemônica aos Estados Unidos; a segunda teve seus esforços pela independência cada vez mais fragilizados, até se encontrar praticamente absorvida pelo controle estadunidense. Enquanto Cuba conquistava sua independência formal, mas se via indiretamente controlada pelo governo estadunidense através da emenda Platt e dos investimentos privados, em Porto Rico o controle era direto e se

traduzia em exploração colonial em todos os sentidos, de seu espaço, de seus recursos e de sua população:

*Es innegable que la invasión y ocupación estadounidense de Puerto Rico en el contexto de la Guerra Hispanoamericana de 1898 y su rápida integración al imperio directo estadounidense estuvieron guiadas, primordialmente, por los intereses militares y geopolíticos de ese centro imperial. Sin embargo, los estadounidenses, consideraron, asimismo, el potencial económico de Puerto Rico, incluyendo el de sus recursos naturales. En consecuencia, dirigieron parte de sus esfuerzos a la transformación del sistema socio-ecológico de la Isla para garantizar su control sobre el flujo de los recursos naturales y otras condiciones para la producción capitalista, entre estas, la infraestructura y la fuerza laboral (RODRÍGUEZ, 2015, p. 129).*

Porto Rico será mantido como colônia até 1952, quando em resposta a movimentos independentistas cada vez mais organizados, os Estados Unidos concedem à ilha o status de Estado Livre-Associado. Este é mais um exemplo de como a hegemonia estadunidense coordenava direção e domínio. Pela via parlamentar a independência era derrotada por representantes ligados aos interesses da metrópole, enquanto as tentativas de revoltas armadas eram derrotadas pelo exército estadunidense. Gradualmente concessões eram feitas para uma maior autonomia na ilha, mas sempre com os estadunidenses na condução das políticas conciliatórias, isto é, na formação de alianças que permitiam a manutenção do sistema sob seu controle. Esse processo resultou na condição de Porto Rico como Estado Livre-Associado, o que na teoria garantiria a autonomia interna para a ilha, mas na prática a detém atada aos interesses estadunidenses. Segundo Octavio Ianni (1988, p.19) a livre-associação “confere a Porto Rico a condição de país administrado por organizações políticas locais, mas em conformidade com as diretrizes políticas, jurídicas, econômicas, militares e culturais do governo dos Estados Unidos”. Com isso, continua Ianni, Porto Rico se caracteriza como uma “nação sem Estado”, na medida em que sua população não tem um Estado que a represente, mas sim que trabalha em consonância com interesses externos. Atualmente o congresso estadunidense estuda a anexação de Porto Rico como um estado da federação, porém o projeto é polêmico devido às inúmeras diferenças culturais, principalmente o fato da língua comum do porto-riquenho ser o espanhol, também subsiste movimentos independentistas, porém são frágeis e de pouca ressonância (GARRETT, 2011). Enquanto isso, Porto Rico segue no limbo da livre-associação, onde:

Os administradores pensam e falam em inglês. Para comunicar-se com o povo, traduzem para o espanhol. Possuem dupla solidariedade, uma das quais é a principal. Não expressam o idioma, a cultura, a história, a irreverência do povo. Correspondem a um poder alheio, estranho,

estrangeiro. Por isso Porto Rico é uma Nação em busca de um Estado. (IANNI, 1988, p.23)

Após a Guerra Hispano-Americana os Estados Unidos assumem definitivamente o papel de estado hegemônico na América Latina e serão especialmente participativos na América Central. Em 1901, Theodore Roosevelt é eleito presidente e através de uma reeleitura mais agressiva da Doutrina Monroe<sup>44</sup> dá início à era de intervenções estadunidenses por toda América Latina. Sua política externa tem como signo a frase “*to speak softly and carry a big stick*” (ROOSEVELT, 1900) que simboliza perfeitamente o exercício da hegemonia estadunidense na América Central.

Nesse contexto, para o planejamento geopolítico e geoestratégico estadunidense<sup>45</sup>, será vital garantir o controle do istmo e finalizar um projeto já almejado por todas as nações que disputaram a hegemonia na região: a construção de um canal marítimo interligando os oceanos Atlântico e Pacífico. A Inglaterra já havia planejado um empreendimento do tipo, mas não chegou a aventurar-se na construção, quem de fato iniciou a execução foram os franceses, que viram sua empresa falir antes da conclusão, deixando inúmeros trabalhadores enterrados vítimas das doenças tropicais e das péssimas condições de trabalho. Será o Estados Unidos que construirá finalmente o canal, porém, o local escolhido gerará transtornos para a diplomacia estadunidense, já que a província do Panamá pertencia à Colômbia, que se recusava a aceitar os ultrajantes termos de cessão do canal:

*Negotiations over the Panama Canal between the United States and Colombiaproved difficult. Bogotá officials delayed in responding to the terms, and in August of 1903, the Colombian Congress unanimously rejected them. Congressional representatives argued that the treaty violated their sovereignty over Panama, as the U.S. desired perpetual ownership of the canal, the ability to create separate legal systems, and its own police force in exchange for \$10million [...]. Overwhelmingly Colombian political leadership thought the canal terms too favorable to the United States (CRAWFORD, 2012, p.20).*

Sem conseguir convencer os governantes colombianos, os Estados Unidos se aliaram a comerciantes panamenhos ligados à construção do canal e três meses após a rejeição do congresso colombiano o Panamá se tornava um Estado independente no istmo. Novamente a

<sup>44</sup> Até então a Doutrina Monroe cumpria mais o papel de impedir novas investidas europeias do que legitimar as intervenções estadunidenses, esse segundo aspecto será enaltecido no que ficou conhecido como Corolário Roosevelt.

<sup>45</sup> Com essa expressão estamos nos referindo à disputa de poder entre Estados no sistema internacional. Como aponta Gramsci (de modo semelhante à Carr), para se analisar a hierarquia entre Estados deve-se atentar para “1) extensão do território, 2) força econômica, 3) força militar” (GRAMSCI, 2016; p.55, Q13 §19) sendo que “No elemento territorial, deve-se considerar concretamente a posição geográfica”. (GRAMSCI, 2016; p.56, Q13 §19) O planejamento geopolítico e geoestratégico, portanto, refere-se a tentativa de controle de posições geográficas privilegiadas.

hegemonia estadunidense agia para manter a defesa de seus interesses. Ao incentivar os separatistas do Panamá a face da direção e do convencimento se tornava mais nítida, mas logo após a proclamação da independência panamenha, ancoravam nas margens do novo país os *marines* estadunidenses, mostrando ao Estado colombiano que a força e a coerção não seriam poupados em caso de resistência. A presença estadunidense foi o suficiente para desmotivar a reação da Colômbia e um novo país nascia na América Central, criado pelos Estados Unidos. O novo governo aceita sem restrições a mesma proposta feita aos colombianos. Com isso, durante décadas, esse novo Estado panamenho terá os Estados Unidos incrustado em seu território.

As intervenções estadunidenses não se encerrariam com o controle do canal no istmo e de duas das maiores ilhas no Caribe, também não se baseariam apenas no “*big stick*”. Pensando em defender seus investimentos em Porto Rico e no Panamá, os Estados Unidos negociaram com a Dinamarca a aquisição das Antilhas Dinamarquesas, que se tornarão então as Ilhas Virgens dos Estados Unidos. Semelhante à construção do Canal, o controle sobre essas ilhas sempre esteve ligado às disputas hegemônicas na região. A posse das ilhas de São Tomás, São João e Santa Cruz se revezava entre Espanha, Inglaterra, França e Holanda, no período da dominação colonial, e acabou se estabilizando com a Coroa Dinamarquesa que fez delas suas únicas colônias na América, funcionando como base para o comércio de escravos. Tantas disputas se davam pela centralidade estratégica das ilhas, era esse também o interesse estadunidense nesse momento de consolidação de sua hegemonia. Assim, em 1917, após algumas rodadas de negociações e tentativas frustradas, Estados Unidos e Dinamarca assinam um tratado:

*By this treaty Denmark ceded to the United States for \$25,000,000 the islands of St. Thomas, St. John and St. Croix, together with the adjacent islands and rocks. The United States bound itself to maintain the concessions granted by the Danish Government in the islands, covering chiefly harbour improvement, telephone, telegraph and electric lighting (NEARING; FREEMAN, 1925, p.213).*

A expansão se dava também no istmo, onde empresas privadas estadunidenses controlavam a economia, com destaque para a *United Fruit Co.* Assim como o canal agia como um Estado dentro do Estado no Panamá, nos demais países do istmo a *United Fruit* será um Estado paralelo, controlando terras, leis e homens. Esse controle pela via financeira ficará conhecido como a “*dollar diplomacy*”. Assim a diplomacia do dólar e o grande porrete se revezavam para manter a direção e o domínio na América Central, de modo que entre 1904 e 1927, apenas na América Central, houve intervenções militares estadunidenses em Cuba

(1906, 1912, 1917), Guatemala (1920), Haiti (de 1915 a 1934), Honduras (1905, 1907, 1911), Nicarágua (1909, 1910, 1912 e 1926), Panamá (1908, 1918) e República Dominicana (1904 e de 1916 a 1924)(FARIAS, 2008).

**Mapa 4. Intervenções estadunidenses na América Central (1904 - 1927)**



Fonte: Editado pelo autor com dados de Farias (2008) a partir de mapa disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa\\_america\\_central\\_caribe.svg#](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_america_central_caribe.svg#) acesso em 06/08/2016.

No caso de Cuba, o governo estadunidense também atuava de forma indireta<sup>46</sup>, mas nem por isso menos agressiva. Junto ao México, que teve grande parte de seu território tomado pelos Estados Unidos, Cuba foi um dos países que mais sofreu com a exploração americana. A ilha era considerada extensão das fronteiras estadunidenses e sua anexação oficial como um estado da federação foi cogitada no congresso estadunidense por mais de uma vez (BANDEIRA, 2009, p.49). Já durante a Guerra de Independência, coincidentemente um dia antes de sua morte, José Martí(1991, p.161) alertava o perigo “*de la anexión de los pueblos de nuestra América al Norte revuelto y brutal que los desprecia*”.

<sup>46</sup> Através da “*dollar diplomacy*” e da Emenda Platt.

De fato, não seria exagero afirmar que Cuba só conquistou sua independência com a vitória da revolução, pois a data da independência formal do país marca apenas a troca do domínio espanhol para o domínio estadunidense. Assim como o *Guano Island Act* promovia em relação às ilhas de *guano*, a gerência sobre Cuba mantinha para os Estados Unidos as vantagens da direção e do domínio, sem os ônus da colonização oficial. Segundo Florestan Fernandes (2007, p.65):

Os interesses privados estadunidenses escolheram uma via própria, pela qual a solução passava por eles, amparados no poderio militar, diplomático e político do governo dos Estados Unidos. A fórmula política escolhida é típica de uma potência imperialista emergente. Uma satelização que privaria Cuba de qualquer autêntica soberania nacional (mesmo relativa), mas que livrava os Estados Unidos dos custos diretos e indiretos e das responsabilidades da dominação colonial direta.

Como resultado da extensa participação estadunidense em Cuba, via-se toda a riqueza do país fluir para o país vizinho e a corrupção crescer escandalosamente nos governos sustentados no apoio estadunidense e na tirania contra seu próprio povo. A revolta popular era proporcional aos desmandos e nesse contexto surge um movimento contestatário que finalmente põe fim à sequência de subordinações do povo cubano.

A revolução que eclodiu em Cuba não era propriamente socialista de início, mantendo um acentuado caráter nacionalista quando surge como resposta ao golpe de Fulgêncio Batista em 1953. A aproximação com a União Soviética e a instauração de um regime socialista só se dá devido às repressões do governo estadunidense que impediram a criação de uma terceira via, como pretendida por Fidel, para escapar da bipolaridade da Guerra Fria e só se efetiva em 1961, dois anos depois dos rebeldes guerrilheiros marcharem sobre Havana solidificando a vitória (BANDEIRA, 2009). Em uma tentativa de reverter esse processo, que abalava o controle estadunidense não só na América Central, mas em toda a América Latina, o presidente John F. Kennedy autoriza sua marinha a desembarcar na Baía dos Porcos e iniciar um contra-ataque, no entanto, tal investida foi esmagadoramente derrotada pelas forças revolucionárias com amplo apoio da população (FARIAS, 2008). Dessa forma, Cuba continuou sendo uma ilha socialista dormindo ao lado do inimigo e o exemplo de sua revolução serviu tanto de inspiração, para forças revolucionárias que buscavam uma alternativa hegemônica, quanto de ameaça para as forças conservadoras.

A repercussão da revolução Cubana intensificou a revolta contra a hegemonia estadunidense, o que se traduziu no tumultuoso embate típico da Guerra Fria, fazendo com que vários países da região adentrassem em sangrentas guerras civis. Além disso, diversos

países-ilhas do Caribe inspiraram-se no exemplo cubano para pôr fim ao jugo colonial. Três anos após a revolução cubana, Jamaica e Trinidad e Tobago se retiraram da Federação das Índias Ocidentais e se tornaram independentes. Essa federação foi criada pela Grã-Bretanha para facilitar a gerência de suas colônias, com a saída dos dois maiores países, a federação se desfaz e gradativamente as ilhas vão proclamando suas independências ou voltando para a órbita britânica. Até 1979, isto é, vinte anos após a Revolução Cubana, Barbados, Bahamas, Granada, Dominica, Santa Lúcia e São Vicente Granadinasse tornam independentes, pouco depois Antígua e Barbuda, Belize e São Cristóvão e Nevis fecham o ciclo de independências nas ilhas. No istmo a libertação cubana repercutiu de maneira mais intensa, com o modelo de guerrilha vitorioso em Cuba sendo reproduzido nas diferentes nações contra seus próprios ditadores e a onipresente intervenção estadunidense.

Em El Salvador surge a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) contra a oligarquia que historicamente comandava a região. Costuma-se datar sua fundação em 1980, quando diversos grupos de esquerda se reuniram para formar a frente como uma guerrilha. No entanto, não podemos nos esquecer que cada um desses grupos mantinha sua história de lutas, nesse sentido, o próprio nome do grupo resgata a memória de Farabundo Marti, um dos 30 mil mortos na sublevação contra o regime do ditador Hernández Martínez na década de 30 (GUTIÉRREZ, NIETO, 2004).

Martínez se mantém no poder até a década de 40, quando depois de uma greve geral e de levante popular ele é deposto pelo exército. No entanto, uma vez tomado o poder, o exército se alia a elite agrária do país, aumentando a concentração de renda, mas ao mesmo tempo os trabalhadores camponeses também fortalecem sua organização. Quando essa luta de classe tipicamente latino-americana<sup>47</sup> assume seu auge, na década de 80, a situação é de guerra civil. Assim como em Cuba, o apoio popular foi o diferencial para a FMLN se manter na luta por doze anos, mesmo com os déficits militares, no entanto, o desfecho foi diferente do da ilha cubana. Em 1991 é assinado em El Salvador o acordo de paz entre o governo e os insurgentes, com isso a FMLN deixou de ser uma guerrilha revolucionária, se tornando um partido político. Mais do que descaracterizar seus combatentes, tornando-os funcionários públicos, essa transformação descaracterizou a própria frente que se viu em crise de identidade e levou o partido a se submeter a hegemonia dominante de El Salvador, pois se

---

<sup>47</sup>De um lado o campesinato, de outro a ditadura oligárquico-militar. A questão agrária assume uma grande importância na América Latina, o que dá centralidade também para o campesinato enquanto classe revolucionária, ao lado do proletariado. Semelhante cenário já havia sido enfrentado por Lênin na Revolução Russa e é uma das raízes do conceito de hegemonia de Gramsci, quando este se dedica a pensar “a questão meridional” na Itália.

institucionalizou aceitando e seguindo todas as regras previamente estabelecidas do jogo eleitoral. Assim, conforme Dagoberto Gutiérrez e Fidel Nieto (2004, p.115) a FMLN se declara “em paz com uma realidade que só conhece conflitos, opressões e pressões”.

Em 1994 a Frente participou de seu primeiro processo eleitoral, conseguindo levar seu candidato à presidência para a disputa do segundo turno, porém sendo derrotado neste processo. Ao longo desses anos o partido foi angariando vitórias e derrotas, às vezes conquistando maiorias nas assembleias legislativas, em outras perdendo sua base, sendo que em 2009 o partido conquistou a presidência com Mauricio Funes. Segundo Ávila (2009, p.12), tal presidente “manifestou seu interesse por aproximar-se da experiência brasileira – isto é, um governo de esquerda reformista”. Para Gutierrez e Nieto, as perdas e ganhos eleitorais são difíceis de medir, no entanto, a grande derrota do partido é a perda de:

“Toda capacidade de medir os processos que se desenvolvem na dinâmica da sociedade com outro parâmetro que não seja de quantidade de votos, ou números de cargos conquistados no organismo do Estado” (GUTIÉRREZ, NIETO, 2004, p.116).

Semelhante processo de assimilação da luta revolucionária pelo aparelho institucional ocorreu na Guatemala, com suas perdas costumasses, mas de forma ainda mais agravante, pois o partido não conseguiu se estruturar corretamente e o distanciamento das lutas populares vista em El Salvador, é ainda maior no país, sendo que se chegou a eleger um candidato militar da extrema direita em 2011 com Otto Pérez Molina.

A Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) tem um processo paralelo ao da FMLN, partindo de um longo processo de lutas populares (que tem como um dos momentos chaves a queda do governo de esquerda de Jacobo Arbenz, financiada pelos EUA e que colocou uma junta militar no poder e a radicalização da luta em 1960), cria-se uma frente de libertação aglomerando os diversos setores de esquerda que parte para a luta armada, e por fim, com a emergência do pós-guerra fria se assina o acordos de paz (após 36 anos de conflito e cerca de 200 mil mortos) que conferem à frente caráter institucional, mas acaba por desmobilizá-la. (MORAES, 2012). Segundo Simone Yagenova, a desmobilização das estruturas clandestinas foi um “erro colossal”, pois não se previu:

“[...] a estratégia na construção do partido político URNG. Pensava-se que os companheiros das montanhas passariam automaticamente à luta partidária, o que não aconteceu. E isso determinou uma ruptura entre uma forma (movimento popular) e outra (partido). A intenção de converter esse movimento em partido jamais funcionou” (YAGENOVA, apud ALVAREZ, 2011).



Assim, temos dois casos de movimentações populares que se transformaram em ferrenhas lutas armadas, para depois do cessar-fogo se verem novamente transmutadas, dessa vez em partidos políticos pouco representativos das classes que o formaram outrora. Um caso parecido, porém ainda mais curioso é o processo da Revolução Sandinista na Nicarágua, que vitoriosa nas armas, foi derrotada nas urnas.

Semelhante à história de El Salvador e Guatemala, a Revolução Sandinista é fruto de um longo processo de lutas populares nacionalistas. A presença americana, constante na região, serviu para a efervescência das lutas pela soberania nacional e melhoria das condições de vida da população mais pobre, em contraste com a vida abastada das elites associadas com o governo estadunidense. Em 1912, quando há um levante nacionalista, o presidente estadunidense Woodrow Wilson mancha de sangue seu Prêmio Nobel da Paz ao enviar oito navios e milhares de combatentes para o país, mantendo o controle e a defesa dos interesses estadunidenses (FAGUNDES, 2009).

Os conflitos vão se intensificando e em 1928 surge um levante nacionalista, liderado por Juan Bautista Sacasa, José Maria Moncada e Augusto César Sandino. Enquanto Sacasa e Moncada pretendiam uma revolta pela soberania nacional, mantendo a ordem social vigente, Sandino se colocava como um autêntico revolucionário popular, lutando pela reforma agrária e reapropriação das posses estadunidenses na Nicarágua. Com a vitória do movimento, Sandino foi traído por Sacasa, que passou a governar o país e executou seu antigo companheiro. Sacasa, por sua vez, também foi traído, por Anastácio Somoza, chefe de sua Guarda Nacional. A partir de então há novamente a coligação com os Estados Unidos e dá-se início à dinastia dos Somozas, que se manterão no poder até a vitória da revolução. A morte de Sandino, no entanto, não gerou o fim da luta revolucionária, forças aliadas e inspiradas por ele, deram início à Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Na medida em que os sandinistas iam conquistando o apoio popular, o governo aumentava a truculência da repressão, o que por sua vez desmoralizava o governo e acrescia o suporte aos revolucionários. Com isso, em 1979 a guerrilha sandinista consegue chegar a Manágua, obrigando os governantes a fugir do país e garantindo a vitória do movimento (FAGUNDES, 2009).

Nenhum processo revolucionário se inicia na guerrilha, muito menos se finaliza com a tomada do Estado, a partir de então se coloca para os insurgentes a árdua tarefa de reerguer um país destruído pela guerra civil, por uma economia até então acintosamente vinculada aos Estados Unidos e pelo isolamento decorrente de se declarar um país socialista, na área de influência estadunidense. Foram anos de reconstrução e de conquistas para o povo

nicaraguense que findou na cooptação dos dirigentes da frente sandinista à política das reformas voltadas para o mercado. Mônica Baltodano, ex-comandante guerrilheira, expõe que a FSLN:

“É hoje vítima do seqüestro e controle férreo de Daniel Ortega e um pequeno grupo de dirigentes sandinistas, convertidos em empresários a partir da apropriação de propriedade com a distribuição de bens do Estado realizada depois da derrota eleitoral da FSNL em 1990” (BALDODANO, 2006, p.1).

É facilmente compreensível a derrota eleitoral da FSLN dentro do contexto da época, quando após o fim da guerra fria a onda neoliberal invadia todos os países, com especial vigora América Latina, sob a égide da hegemonia estadunidense. No entanto, a assimilação desse golpe pela frente foi de uma perspectiva pessimista, adotando uma postura pragmática, de acordos e pactos com esse modelo. Desta forma, quando Daniel Ortega volta ao poder como líder eleito, o sandinismo já fora substituído pelo “orteguismo” e as reformas neoliberais e o desmanche dos ganhos da frente continuam agora pelas mãos do próprio Ortega (BALDODANO, 2006).

Dessa forma, seguindo um trajeto de séculos de histórias, visualizamos como desde os indomáveis Caribes até os insubmissos Cubanos, a América Central resistiu às investidas dos mais diversos exploradores, porém, não foram poucas as perdas pelo caminho. A sucessão de domínios, colonizações, intervenções e violências recorrentes tentam colocar a América Central sempre às margens. Sem dúvida, a região hoje se encontra em uma posição subalterna no sistema internacional. Entretanto, as ilhas do Caribe e o istmo entre os oceanos se recusam a ser apenas periféricos. Eles também querem ocupar o centro.

### **CAPÍTULO III – O Centro Periférico: disputas hegemônicas na América Central contemporânea**

A América Latina é a terra do realismo fantástico (ou maravilhoso), onde se misturaram as cosmovisões ameríndias originárias e europeias dos colonos, depois também se juntaria os modos de vida e formas de se enxergar o mundo dos africanos, e por fim, as influências asiáticas em seus diversos fluxos migratórios. Tudo isso dá origem ao todo múltiplo, diverso e simultaneamente único latino-americano que desafia compreensões. Artistas e pensadores que se dedicam ao estudo da América Latina se deparam com esse “enigma” para usar o termo de Octavio Ianni, o qual argumenta recuperando o cubano Alejo Carpentier<sup>48</sup>:

O realismo maravilhoso, que sempre floresceu na literatura e em outras linguagens artísticas latino-americanas e caribenhas, tem sido o resultado de um compromisso decisivo e permanente de escritores e outros artistas empenhados em captar o que há de maravilhoso, mágico ou fantástico, insólito ou absurdo, na realidade, na história latino-americana e caribenha. (IANNI, 2000. p.19).

Assim se espalham pela América Latina cidades de miragem<sup>49</sup>, desertos onde vagam os mortos<sup>50</sup>, labirintos onde se perdem os generais, nós mesmos e nossa solidão<sup>51</sup>. Aqui, as fronteiras são cinco, as margens três<sup>52</sup> e centro e periferia ocupam o mesmo espaço. A dinâmica centro-periferia se reencena nos diferentes palcos, com o mesmo ator perfazendo diferentes papéis. O Brasil é exemplar nessa ambiguidade, um dos maiores países em termos de território, população e economia quando visto em relação à região, mais ainda modesto e periférico se comparado com as potências europeias e asiáticas ou com a hegemonia estadunidense. Dentro do Brasil a relação centro-periferia se reflete nas relações entre as unidades federativas e entre os municípios e enfim, os próprios municípios têm seus espaços centrais e periféricos, sendo que neste contexto “periferia” também é reconhecido como

---

<sup>48</sup> Criador do termo “realismo maravilhoso”

<sup>49</sup> A Macondo de Gabriel García Márquez, presente na obra “Cem Anos de Solidão”.

<sup>50</sup> A Comala de Juan Rulfo presente na obra “Pedro Páramo”

<sup>51</sup> Como nas obras “O General e seu Labirinto”, de Gabriel García Márquez e “O Labirinto da Solidão” de Octavio Paz.

<sup>52</sup> No conto “A Terceira Margem do Rio” o escritor brasileiro João Guimarães Rosa apresenta a história de um pai que abandona sua casa, mulher e filhos e passa a viver em uma canoa no meio do rio. Segundo o filho que narra a história: “Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia (ROSA, 1988)”. O texto de Rosa contém uma poética cativante e deixa a interpretação a cargo do leitor, uma leitura possível é encarar a ação do pai como um ato subversivo de resistência, desafiando os limites da sociabilidade à que se encontrava preso. Assim também é a América Latina reinterpretada pelo realismo fantástico, um local onde “aquilo que não havia, acontecia”.

sinônimo de pobreza e exclusão, mas também reivindicado como símbolo de pertencimento e resistência, em um processo semelhante ao que recuperou os termos América Latina e Caribe.

No nível das nações a dinâmica centro-periferia se exprime na relação hegemônica, na manutenção das estruturas que permitem a perpetuação da subordinação econômica e tecnológica dos países da periferia aos interesses e políticas implementadas pelos países centrais. Ao se constituírem como nações após os processos de independências, os Estados latino-americanos ocupavam ainda em uma posição periférica e dependente, mudando apenas os países com quem esses laços de dependência eram mais fortes, da metrópole mercantil para a Inglaterra capitalista, do capitalismo inglês para o estadunidense. Desse modo, deslocou-se o centro, mas manteve-se a periferia, manteve-se a divisão internacional do trabalho, apesar de surtos de industrialização em determinados Estados do continente, manteve-se a “fuga de cérebros”, o baixo desenvolvimento científico dos países latino-americanos que se traduz em atraso tecnológico, que por sua vez se traduz em mais dependência externa, manteve-se a exploração dos recursos naturais e da mão-de-obra latino-americana, manteve-se enfim, a condição subalterna.

Ainda hoje, seja no Chile, na Nicarágua, em Cuba ou em Santa Lúcia, em toda a América Latina se reproduz em diversos níveis a dinâmica centro-periferia. Se no nível mais baixo, no interior dos próprios municípios, já existem propostas de articulação entre diferentes espaços periféricos<sup>53</sup>, no plano das relações internacionais as propostas de algum nível de integração são antigas e recorrentes. Neste capítulo nos dedicaremos a análise de alguma dessas propostas que envolvem a América Latina e mais especificamente a América Central e como elas atuam nas disputas hegemônicas contemporâneas.

### 1 – Nuestra América, Nuestro Caribe: projetos de integração na América Latina e Central

Durante séculos a América Latina se viu ruída pelos interesses estrangeiros que fragmentaram a região, desde a Grã-Colômbia de Simon Bolívar<sup>54</sup> até as Províncias Unidas da América Central, as diferentes tentativas de se manter unida a América Latina, ou ao menos

---

<sup>53</sup> Projetos como a COOPERIFA e a Central Única das Favelas realizam inserções em diferentes espaços periféricos incentivando o desenvolvido social, produções artísticas e esportivas, etc.

<sup>54</sup> A Grã-Colômbia, à época das independências latino-americanas, abarcava todo o território que hoje está subdividido entre os Estados da Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela. Além disso, as pretensões de Bolívar incluíam uma confederação com o restante do continente, expressos na Carta da Jamaica de 1815, cuja construção chegou a ser esboçada no Congresso do Panamá de 1826, mas não avançou (VILABOY E GALLARDO, 2000)

parte dela, se desintegraram. Com a formação de diversos Estados soberanos relativamente consolidados e com histórias e culturas nacionais próprias, uma união política e econômica total se torna extremamente complexa e as tentativas realizadas nesse sentido falharam

*por el predominio de heterogéneas fuerzas centrífugas (internas y externas) y las dificultades entonces insalvables derivadas de las utópicas aspiraciones de querer imponer grandes unidades estatales sobre estructuras socio-económicas precapitalistas, incapaces de proporcionar las bases objetivas para una sólida unidad hispano-americana (VILABOY E GALLARDO, 2000, p. 60)*

Todavía, conforme apresentado no capítulo anterior, desde a ascensão da hegemonia estadunidense os Estados da região perceberam que estariam mais sujeitos ao jugo dos Estados Unidos caso se mantivessem isolados. Com isso, começam a surgir uma teia de acordos diplomáticos e promessas de apoios mútuos visando o fortalecimento da região. Não surpreende que já em 1831 seja justamente o México, acossado frequentemente pelos Estados Unidos, a clamar pela unidade latino-americana. Segundo Vilaboy e Gallardo (2000 p. 60), o México “*agobiado por las groseras violaciones de sus fronteras por colonos y aventureros procedentes de Estados Unidos y las desmedidas exigencias comerciales de Inglaterra*” propõe a recuperação do ideário do Congresso do Panamá:

*a través de una convocatoria claramente unionista formulada por el canceller Lucas Alamán en noviembre de 1831. Para Alamán la desunión e inexperiencia de los nuevos estados hispanoamericanos había traído graves consecuencias [...] dando por resultado ventajas exclusivas a Inglaterra y los Estados Unidos (VILABOY E GALLARDO, 2000, p. 60)*

O mesmo ocorre em Cuba, durante a guerra da independência, com a ideia de *Nuestra América*, cunhada por José Martí. Assim, a medida que se expande a hegemonia estadunidense, se fortifica o contraponto latino-americano, com os países que sofrem mais incisivamente com a atuação estadunidense denunciando seus perigos e invocando a união latino-americana como uma tentativa de resistência, a qual pode ter um caráter instrumental, como a proposta mexicana, ou vir a ser uma alternativa hegemônica, como a que ecoará de Martí até a Revolução Cubana. Como vimos, a Guerra Hispano-Americana marca o recrudescimento da hegemonia estadunidense e além disso:

*alertó a muchos pensadores latinoamericanos sobre la urgencia de oponer la integración continental al desafortado expansionismo del imperialismo norteamericano, que en su ofensiva aprovechaba el atraso y la inestabilidad de los países de la región (VILABOY E GALLARDO, 2000, p. 64)*

Com isso, o ideal integracionista pode ser entendido como tão antigo quanto o próprio continente latino-americano e, assim como o continente, deriva em certos aspectos

do contraponto com a hegemonia estadunidense. As constantes mudanças no capitalismo mundial e seus padrões de dominação externa geravam concomitantemente reflexos nos projetos de integração latino-americanos em seus variados tipos. Quando o capitalismo assume sua “fase superior” na forma de imperialismo (LENINE, 1984) sua incorporação na América Latina influi diretamente nos Estados nascentes. No encontro dessa nova forma de expansão capitalista com o atraso advindo da manutenção de estruturas econômicas coloniais (baseados na exportação de matéria-prima e bens primários) pelas elites dominantes da América Latina, tem-se a origem do capitalismo dependente:

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1975, p.16)

Portanto, a “dominação externa imperialista” exposta por Fernandes não faz referência ao uso comum do termo “imperialismo” como domínio e expansão territorial, mas remete à conceitualização leninista do imperialismo como uma nova fase do capitalismo, na qual temos “a partilha do mundo entre as associações de capitalistas e as grandes potências” (LENINE, 1984) derivada da dominação dos monopólios, da exportação de capitais e do predomínio do capital financeiro, sendo este último entendido como “a fusão do capital industrial com o capital bancário” (MATHIAS, BRITO, 2016, p. 334).

A Inglaterra foi a primeira grande potência imperialista mundial, dominando mercados e territórios por todos os continentes e dirigindo o sistema capitalista internacional através da ideologia do liberalismo, o domínio britânico sobre os países da América do Sul é destacado inclusive por Lênin (1984):

"A América do Sul, e sobretudo a Argentina - diz Schulze-Gaevernitz no seu livro sobre o imperialismo britânico - encontra-se em tal dependência financeira relativamente a Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa." Segundo Schilder, os capitais investidos pela Inglaterra na Argentina, de acordo com os dados fornecidos em 1909 pelo cônsul austro-húngaro em Buenos Aires, ascendiam a 8750 milhões de francos. Não é difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro - e à sua fiel "amiga", a diplomacia - da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política.

Caso semelhante ocorria no Brasil, porém, na América Central o imperialismo britânico sempre dividiu espaço com os Estados Unidos, mesmo quando este último ainda

estava distante de se constituir enquanto potência hegemônica. A fragmentação do istmo foi fomentada pelas atuações estadunidenses e britânicas em conjunto, a construção do canal interoceânico foi disputada pelos dois países, assim como a exploração de recursos naturais nas ilhas e a participação nos mercados de toda região, sendo que pelo menos no México e em Cuba, a vantagem era claramente estadunidense. Nesse contexto, o discurso de integração continental passa a interessar aos Estados Unidos, através da ideia de um Pan-americanismo sob sua tutela.

A construção do ideário do Pan-americanismo se inicia em 1889, quando se reúnem em Washington representantes de diversos países latino-americanos, convidados pelo governo estadunidense para a Primeira Conferência Americana de Nações, também conhecida como o I Congresso Internacional de Washington. A ideia e sua execução foram elaborações do senador e secretário de estado estadunidense James Blaine e sua intenção era claramente ocupar os mercados latino-americanos dominados pela Inglaterra, conforme aponta Edgardo Loguercio (2007, p.60):

A estratégia formulada por Blaine tinha o propósito de aumentar o comércio com a América Latina às custas das nações europeias, mas cobrindo esse interesse com o verniz de uma arranjo para garantir a paz no continente. Como foi sublinhado por então pela imprensa britânica, a Doutrina Monroe não estava codificada até então no direito internacional, e um tratado de paz poderia oferecer aos Estados Unidos um grau de relação com as outras nações americanas inalcançável no plano político para as potências europeias.

Com efeito, Canadá e as Antilhas Britânicas não foram convidados para o Congresso, demarcando a posição contrária à Inglaterra ensejada pelos Estados Unidos. A reunião não rendeu frutos para o governo estadunidense, pois este não conseguiu costurar os acordos pretendidos e a falta de tato diplomático serviu para escancarar os interesses estadunidenses (LOGUERCIO, 2007, p.64). Como correspondente do jornal argentino *La Nación*, José Martí deixou marcada sua desconfiança, a qual encontrou eco nas impressões dos países latinos ao fim do encontro:

*Jamas hubo en América, de la independencia acá, asunto que requiera más sensatez, ni obligue a más vigilancia, ni pida examen más claro y minucioso, que el convite que los Estados Unidos potentes, repletos de productos invendibles y determinados a extender sus dominios en América, hacen a las naciones americanas de menos poder, ligadas por el comercio libre y útil con los pueblos europeos, para ajustar una liga contra Europa, y cerrar tratos con el resto del mundo. De la tiranía de España supo salvarse la América española; y ahora, después de ver con ojos judiciales los antecedentes, causas y factores del convite, urge decir, porque es la verdad,*

*que ha llegado para la América española la hora de declarar su segunda independencia.*

Assim, quando estoura a “*splendid little war*”<sup>55</sup> dá-se a confirmação prática dos temores de Martí e dos Estados latino-americanos. De todo modo, juntos, a Guerra e o Congresso assinalam o abandono do isolacionismo estadunidense e sinalizam sua nova ambição expansionista, ao mesmo tempo, demonstram mais uma vez a dinâmica da coerção e do consenso no início da hegemonia estadunidense, assumindo o uso da violência e do recurso último da guerra para a garantia de territórios-chaves no Caribe, somado à tentativa de elaborar uma área de influência construída institucionalmente, através da concertação entre os demais países, sob sua direção.

Mesmo com seu início pouco produtivo, as Conferências Americanas se repetem com frequência irregular culminando na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) durante a IX Conferência, em Bogotá no ano de 1948. Além de ser o ápice da institucionalização crescente promovida durante as Conferências Americanas, a criação da OEA expressa a expansão do multilateralismo que eclodiu no pós-guerra, do qual a Organização das Nações Unidas (ONU) é a mais perfeita síntese. A ONU foi criada em 1945, através dos esforços dos países aliados com o intuito de combater as forças do eixo ao final da II Guerra Mundial e manter a paz global após a resolução do conflito. Somaram-se às cinco potências que hoje constituem o Conselho de Segurança (China, Estados Unidos, França, Inglaterra e Rússia – então União Soviética) mais 46 países fundadores, sendo que atualmente são 192 os Estados membros da organização (BRAGA, 2013).

No esteio da ONU surgiram diversos organismos internacionais, reunindo, compactando, reformulando e organizando a miríade de relações, pactos e acordos entre os países membros. Embora no âmbito do Conselho de Segurança da ONU os Estados Unidos estivessem em relativo equilíbrio com os demais países, principalmente pela presença da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como contrapeso, sua hegemonia estava mais bem assegurada pelas instituições de Bretton Woods, a saber, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) nas quais este país ainda hoje detém maior poder de voto e veto. O sistema de Bretton Woods representa uma nova dinâmica no capitalismo mundial, na qual os Estados Unidos assumem enfim a liderança. Essa nova etapa foi denominada por Florestan Fernandes (1975, p.18) de “imperialismo total” por representar uma “dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social”. A

---

<sup>55</sup> Assim ficou conhecida a Guerra Hispano-Americana devido à vitória avassaladora dos Estados Unidos em apenas 10 semanas de conflito.



manutenção da economia socialista da URSS era uma ameaça constante para os países capitalistas, o que exigiu uma defesa ferrenha de seu sistema econômico:

Assim, enquanto o antigo imperialismo constituía uma manifestação da concorrência nacional entre economias capitalistas avançadas, o imperialismo moderno representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo. Nesse clima político, a expansão incoercível da empresa corporativa, a hiperinfluência das finanças internacionais e a hegemonia dos Estados Unidos foram recebidas com um preço razoável, pelas burguesias nacionais dos países capitalistas avançados, inclusive a Inglaterra, França, Alemanha e Japão. Algumas tensões e rupturas permaneceram, mas são manipuladas em condições seguras para a defesa e o fortalecimento dos “interesses privados”, isto é, do capitalismo (FERNANDES, 1975, p.21).

Dessa forma, se consolida o núcleo dos países centrais, ou seja, os países hegemônicos de capitalismo avançado capitaneados pelos Estados Unidos da América, e em contrapartida se acentua a posição periférica dos demais países na África, Ásia, Oceania e América Latina, nos quais:

O fardo da acumulação de capital é carregado [...] mas seus efeitos multiplicadores mais importantes são absorvidos pelas economias centrais, que funcionam como centros dinâmicos de apropriação das maiores quotas do excedente econômico gerado (FERNANDES, 1975, p.30)

Esse processo se apresenta na atuação da OEA – onde os Estados Unidos sempre foram a única potência, com fragorante desequilíbrio em relação aos demais países<sup>56</sup> – com o organismo sendo utilizado para dar legitimidade às ações estadunidenses, mesmo quando estas iam de encontro com os interesses dos demais países da região. O imobilismo diante do golpe de estado na Guatemala em 1954 logo mostrou a ineficácia do organismo para os pequenos estados do continente, mas a instrumentalização da OEA para os interesses estadunidenses ficariam mais claros quando Cuba, um dos membros fundadores da organização, é expulsa pouco após a Revolução (em 1962) alegando-se a incompatibilidade entre o marxismo-leninismo a que Cuba teria aderido e o Sistema Interamericano (SANTOS, 1998, p. 160).

Mesmo assim, a organização ainda se apresentava como um organismo importante pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) ou Tratado do Rio, no qual

---

<sup>56</sup> Na época de sua fundação a OEA era formada por 21 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Conforme os países do continente conquistaram suas independências e se afastavam da antiga metrópole colonial, passavam então a ratificar a “Carta da OEA”. Entre 1990 e 1991, Canadá, Belize e Guiana aderiram a organização que passou então a ter como membros todos os 35 países do continente (ARRIGHI, 2004)

define-se que a agressão a um dos países da OEA seria considerada como uma agressão a todo o continente, devendo os países do continente americano prestar apoio ao Estado agredido. Em 1982, quando Inglaterra e Argentina entram em guerra pela posse das Ilhas Malvinas, cerca de 20 ministros de Estados latino-americanos convocam uma reunião em Washington, com a intenção de formar uma aliança e expulsar o invasor europeu, acionando o TIAR e buscando o apoio militar estadunidense à Argentina. Porém, em um episódio que cimentou por fim a visão instrumental e unilateral que os Estados Unidos mantinham quanto à OEA, esse país considerou a Argentina como o invasor e apoiaram a Inglaterra (SCHEMAN, 1987, p.13). A partir de então a OEA caiu em descrédito para os países latino-americanos:

Com efeito, o fato de os Estados Unidos terem feito da OEA um instrumento de sua hegemonia é provavelmente o que tornou o multilateralismo interamericano pouco eficiente a longo prazo. Se a supremacia dos interesses norte-americanos não tornou a cooperação na região uma via de mão única, esta passou, pelo menos, a ser percebida como bastante desproporcional (SANTOS, 1998, p.160)

Atualmente a OEA se apresenta como um foro de discussão de alguns temas, entre eles a segurança continental e a relação política entre os demais países americanos com os Estados Unidos, no entanto “está longe de ser o único e mesmo o principal” mecanismo para o desenvolvimento dessas questões (VIGEVANI; ARAGUSUKU, 2016, p.270), pois boa parte dessas relações são tratadas em foros bilaterais ou em organismos diversos, como a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) que surge como alternativa à OEA, formada pelos 33 Estados das Américas, excluindo apenas Estados Unidos e Canadá.

Entre o pós-guerra e a década de 1970 praticamente todos os continentes criaram suas organizações continentais. O que hoje vem a ser a União Europeia (UE) surgiu como Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1957, a Organização da Unidade Africana (OUA) atualmente denominada União Africana (UA) é criada em 1963 e na Oceania o Fórum do Pacífico Sul, atual Fórum das Ilhas do Pacífico, surge em 1971. Apenas a Ásia, com suas dimensões e diferenças gigantescas<sup>57</sup>, não se agrupou em uma organização intergovernamental que unisse todo, ou pelo menos grande parte do continente, no entanto,

---

<sup>57</sup> As diferenças são tanto culturais – com os países europeizados como a Rússia convivendo com Estados de tradicional afastamento da cultura dita ocidental, como a China e o Japão, ou ainda os países árabes do Oriente Médio – quanto econômicas – com potências como a China, o Japão e a Rússia e economias diminutas como Nepal, Sri Lanka, Butão, etc. Também são inúmeras as diferenças políticas, sendo que na época, o auge da Guerra Fria, a região se encontrava extremamente dividida ideologicamente. A URSS conglomerava diversos Estados hoje independentes, porém, sua configuração e objetivos em nada se relacionam com os organismos aqui elencados.

um grupo de países próximos e de culturas e economias semelhantes se organizaram em torno da Associação dos Estados do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1967. Desta forma, as grandes organizações continentais passam a coexistir com novas e mais restritas organizações regionais.

Na América Latina, desde 1951 os países hispânicos do Istmo – com exceção do Panamá – vinham construindo um mecanismo de integração regional, a Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA). Logo em seus primeiros anos a ODECA enfrentou situações desafiadoras no campo político, como o conflito entre o governo guatemalteco e salvadorenho, com Jacobo Árbenz se recusando a assinar uma resolução anticomunista proposta por El Salvador, ou ainda o golpe de estado que derrubou o próprio Árbenz. Em contrapartida, o campo econômico alcançou rapidamente avanços consideráveis com a criação do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA):

*En 1958, mediante la suscripción del primer Tratado Multilateral de Libre Comercio e Integración Económica se inicia de manera formal el proceso de integración económica centroamericana, ya que mediante este los países acuerdan perfeccionar un régimen de libre intercambio en un periodo de cinco años. Dos años después, el 13 de diciembre de 1960, se realiza la suscripción del Tratado General de la Integración Económica en Managua, Nicaragua, que establece el Mercado Común Centroamericano. Su objetivo principal fue “reafirmar su propósito de unificar las economías de los países e impulsar en forma conjunta el desarrollo de Centroamérica a fin de mejorar las condiciones de vida de sus habitantes”. El MCCA entró en vigencia el 4 de junio de 1961, y promovió particularmente la industrialización de Centroamérica al tiempo que pretendía reducir también la dependencia de sus miembros sobre los productos primarios. (ULLOA; CORRALES, 2014, p.50)*

O MCCA expandiu as negociações entre os países do grupo ao mesmo tempo em que deu suporte para o crescimento econômico de seus membros. Embora a ODECA tenha sido substituída em 1993 pelo Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), o Mercado Comum segue atuante e integrado ao novo sistema, o qual inclui além dos países fundadores da ODECA, Belize, Panamá e República Dominicana.

Também no Caribe um grupo de pequenos Estados que recém haviam conquistados sua independência unem-se em uma instância de integração econômica e concertação política, é a Comunidade do Caribe (Caricom), fundada em 1973 por doze países-ilhas anglófonos: Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Montserrat, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago. Com exceção de Guiana e Belize todos os países faziam parte da malfadada Federação das Índias Ocidentais, mesmo com a dissolução desta federação – imposta pela metrópole britânica – e

com as subsequentes conquistas de suas independências, tais Estados procuraram manter-se ligados de alguma forma, cientes de sua fragilidade quando isolados. Já em 1965 criou-se a Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA), mecanismo que evoluiu para a formação da Comunidade ao incluir entre seus principais pilares não só a integração econômica, mas também a coordenação da política externa de seus membros e a preocupação com o desenvolvimento social e humano<sup>58</sup> (CARICOM, 1973). Em 1983 Bahamas entra para o grupo, porém sem participar do mercado comum e em 1995 Suriname passa a integrar a Comunidade, sendo o primeiro país não-anglófono a ser membro pleno. Por fim, em 2002 o Haiti é finalmente inserido, após ter sua solicitação aceita em 1998 e passar por um lento processo de adaptação (SELA, 2014).

Desde o CARIFTA se estipulou uma subdivisão segundo o grau de desenvolvimento do país para evitar que se agravem as desigualdades, de modo que determinadas resoluções do organismo possam ser ignoradas, ou tenham menor impacto nos países menos desenvolvidos (*Less Developed Countries* ou LDCs)<sup>59</sup>. Em 1981 os LDCs, com exceção de Belize, formaram um organismo próprio, a Organização dos Estados do Caribe Ocidental (OECS), sem com isso se desvincularem da Caricom. A OECS seguiu um caminho contrário ao da Comunidade do Caribe, surgiu como uma proposta de cooperação em áreas diversas, como saúde, educação, meio ambiente, e apenas em 2010, com a revisão do Tratado de Basseterre criou-se um mercado comum:

*The Revised Treaty establishes a single financial and economic space within which goods, people and capital move freely, monetary and fiscal policies are harmonized and countries continue to adopt a common approach to trade, health, education and the environment, as well as to the development of such critical sectors as agriculture, tourism and energy. Significantly, the Treaty paves the way for the introduction of legislative competence at the regional level, so that Member States of the Organisation act in concert to develop and enact legislation in certain areas specified in the Treaty* (OECS, 2016).

Tanto a Caricom, quanto a OECS consideram Montserrat como membro pleno de suas entidades, mesmo sendo um território que permanece em posse da Grã-Bretanha<sup>60</sup>, porém, os

<sup>58</sup> Em 2005, a CARICOM adicionará a seguridade regional como um quarto pilar (SELA, 2014, p.3).

<sup>59</sup> São considerados LDCs: Antígua e Barbuda, Belize, Dominica, Granada, Montserrat, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas. Consequentemente as Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago são os países considerados mais desenvolvidos – *More Developed Countries*, ou MDCs (CARICOM, 1973).

<sup>60</sup> Além disso, desde a erupção do vulcão Soufrière Hills em 1995 a ilha tem visto uma diminuição considerável no número de habitantes, estima-se que atualmente haja cerca de 5 mil pessoas vivendo na ilha, a qual perdeu boa parte de suas plantações e construções, dessa forma a manutenção de Montserrat nos dois grupos é principalmente simbólica.

outros territórios não-independentes da região são apenas membros associados, sendo Anguilla e as Ilhas Virgens Britânicas associados em ambos os organismos, aos quais se somam Martinica na OECS e Bermuda, Ilhas Cayman e Ilhas Turcas e Caicos na Caricom.

A Caricom ainda seria responsável pelo surgimento de mais uma organização, dessa vez não em uma escala menor, incluindo apenas parte de seus membros como foi a OECS, pelo contrário, todos os países da Comunidade se juntariam com o Istmo, com a costa caribenha da América do Sul e com o México para a constituição da Associação dos Estados do Caribe (AEC):

*La idea primigenia de su creación partió de una de las recomendaciones de la Comisión de las Indias Occidentales creada en 1989 por los Jefes de Estado y de Gobierno de la Comunidad del Caribe (Caricom), con la misión de realizar consultas con organismos gubernamentales y no gubernamentales de habla inglesa de la Cuenca del Caribe para discutir modalidades y mecanismos destinados a profundizar y ampliar a la Caricom, para así alcanzar etapas más profundas de su proceso de integración. Igualmente, decidieron abrir conversaciones con otros Estados caribeños, los Estados centroamericanos y otras naciones latinoamericanas ribereñas del Mar Caribe, como son Colombia, México y Venezuela, para consultarles sobre las propuestas de la Comisión de las Indias Occidentales. De tales vínculos surgió la creación de la AEC, en 1994, como “un organismo de consulta, concertación y cooperación” entre los países miembros. (SELA, 2015, p.3).*

Perpassando todos esses organismos está o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), criado em 1975 com o intuito de “promover um sistema de consulta e coordenação para organizar as posições e estratégias da América Latina e Caribe, naquilo que se refere aos temas econômicos” (MATHIAS, 2014, p.123). Ao longo de sua existência o SELA vem produzindo inúmeros informes e relatórios que subsidiam a tomada de decisões dos governos e dos organismos intergovernamentais latino-americanos.

Os organismos intergovernamentais aqui elencados representam apenas uma parcela das relações multilaterais que tem como seu palco e seus atores a América Central. Há ainda a participação em organismos internacionais mais amplos, como a própria ONU e suas ramificações temáticas (PNUD<sup>61</sup>, OIT<sup>62</sup>, OMS<sup>63</sup>, etc.), nesse mesmo sentido há organizações temáticas continentais, como a Organização Latino-americana de Desenvolvimento de Energia (OLADE), a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além da dormente e perigosa proposta estadunidense da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Por fim, no restante do

---

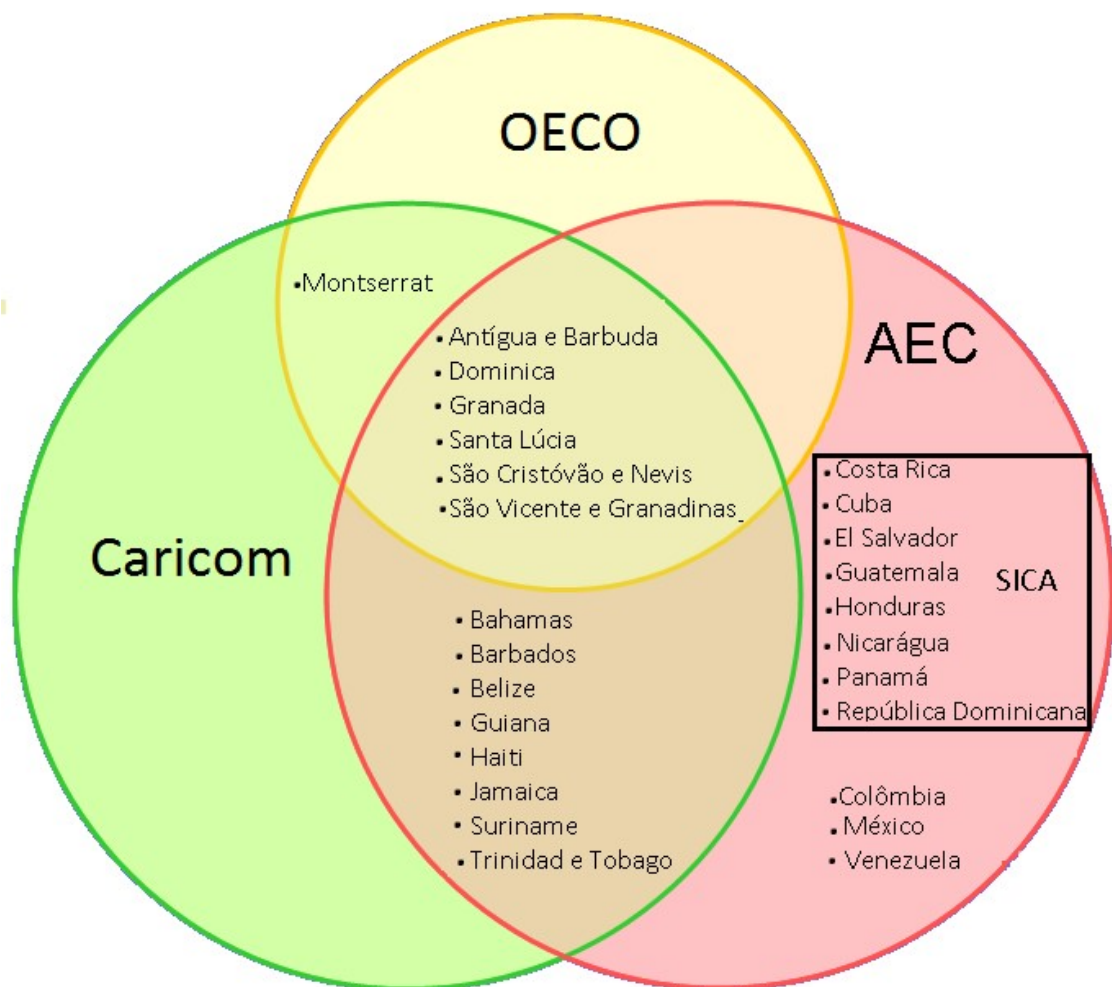
<sup>61</sup>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

<sup>62</sup>Organização Internacional do Trabalho

<sup>63</sup>Organização Mundial da Saúde

continente existem organismos sub-regionais diversos, como o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), a Comunidade Andina (CAN) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), com os quais os países da região se relacionam diretamente ou por meio dos seus organismos, sem mencionar a infinidade de relações bilaterais. Todos esses Estados, grupos e organismos convivem e se inter-relacionam, com aproximações e distanciamentos, acordos e disputas, de modo que a partir de cada Estado tem-se uma gama de círculos concêntricos, que se interpenetram na política internacional do continente.

**Figura 1. Exemplo de inter-relação e interpenetração entre organismos sub-regionais na América Central.**



Fonte: Editado pelo autor a partir de figura disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Organisation\\_of\\_Eastern\\_Caribbean\\_States#/media/File:Supranational\\_Caribbean\\_Bodies-en.png](https://en.wikipedia.org/wiki/Organisation_of_Eastern_Caribbean_States#/media/File:Supranational_Caribbean_Bodies-en.png) acesso em 11/01/2017

Acreditamos que esses organismos sub-regionais são fontes privilegiadas de dados para a análise da política internacional, pois produzem documentos diversos (atas de reuniões, informes, declarações oficiais, discursos, relatórios, tratados, etc.) que influenciarão o rumo político de seus membros e o cenário internacional de modo geral. Mais do que isso, os próprios organismos se constituem enquanto objetos referenciais, na medida em que congregam Estados e a sociedade civil em torno de temas da agenda internacional. Tendo em vista nosso recorte na América Central, nos focaremos em dois organismos da região, a Caricom, organização pioneira e com destacado protagonismo nas relações internacionais dos pequenos países-ilha no Mar do Caribe; e a AEC, que cria uma rede de articulação entre o istmo e as ilhas, abarcando portanto, toda a região.

Em organismos de caráter intergovernamental, como o são a AEC e a Caricom, encontramos um espaço onde as disputas hegemônicas se revelam seja no plano interno, seja no plano externo. Em ambas as organizações a mais alta instância decisória é uma espécie de cúpula de Chefes de Estado<sup>64</sup> precedida pelos Conselhos de Ministros, dessa forma garante-se o poder de decisão da associação ao poder executivo de cada Estado, isto é, em termos de poder revela a centralidade daquilo que Gramsci chamou de sociedade política. Não obstante, setores da sociedade civil também participam dos organismos, de forma direta ou indireta. A Caricom, por exemplo, possui uma rede de instituições associadas que participam diretamente dos debates propostos, tais como a Universidade das Índias Ocidentais (*University of West Indies*, UWI) e o Banco de Desenvolvimento do Caribe. Na AEC essa rede é ainda mais ampla e inclui “observadores fundadores” como a Organização de Turismo do Caribe (OTC) e “atores sociais” como a Associação Médica do Caribe (AMECA) e a Associação de Universidades e Instituto de Pesquisas do Caribe (UNICA). Outros setores da sociedade civil também agem indiretamente, na medida em que pressionam seus respectivos chefes de Estados para levar suas pautas à discussão, dentre estes destacam-se as empresas nacionais e os movimentos sociais. Adicionalmente, não podemos subestimar a atuação de empresas transnacionais, as quais agem sobre os governos da região, como os complexos turísticos espanhóis<sup>65</sup> e as petroleiras<sup>66</sup> e indústrias de frutas estadunidenses<sup>67</sup>.

Assim sendo, as organizações intergovernamentais mostram-se entremeadas por interesses diversos, não raramente conflitantes, tanto na relação entre os Estados como nas

---

<sup>64</sup> *Reunión de Jefes de Estado o de Gobierno*, no caso da AEC (1995) e *Conference of Heads of Government*, na Caricom(1973).

<sup>65</sup> Tais como: *Mélia Hotels International*, *Orizonia Corporacion* e *Grupo Piñero*.

<sup>66</sup> Entre as quais podemos citar a *Exxonmobil*, a *Chevron* e a *Noble Energy*.

<sup>67</sup> Das quais se destacam a *Dole Food Company*, a *Del Monte Fresh Produce* e a *Chiquita Brands* (atual denominação da outrora onipotente *United Fruit Company*)

relações no interior destes, o que implicará na dinâmica de sua política externa. A profusão de organismos desse tipo surgidos no pós-guerra representa uma reorganização do sistema internacional em torno de novos projetos político-econômicos em consonância com a nova etapa do capitalismo mundial, sob o *imperialismo total* estadunidense. Vejamos, pois, como esses interesses se confluem ou se chocam na América Central, segundo a origem e o desenvolvimento dos organismos intergovernamentais da região.

## 2 – Caricom: do protecionismo para a liberalização, do Caribe para a América Latina

Se a América Central como um todo se apresenta como uma região vulnerável no sistema internacional, quando nos focamos nos pequenos países-ilhas do mar do Caribe essa vulnerabilidade se apresenta ainda mais pronunciada. Recuperando a diferenciação de Guimarães (2001b) entre as potencialidades dos Estados periféricos, podemos encontrar no istmo alguns Estados médios, como a Nicarágua e Guatemala, países de maior extensão territorial, de densa população e economia mais arrojada se comparada com as ilhas. O mesmo pode ser dito de Haiti, República Dominicana e Cuba, por serem as maiores ilhas da América Central Insular, sendo a última um caso excepcional na condução de sua política externa, mas ainda modestos em relação ao plano internacional. O restante dos países são tão diminutos que só podem ser classificados como mini, ou microestados, de modo que para toda a região o contexto segue parcialmente a mesma lógica, variando apenas sua intensidade:

Os países médios, mas muito especialmente os pequenos Estados da periferia, ainda que sejam capazes de acumular capital, desenvolver tecnologia e alcançar altos níveis de bem-estar, terão, devido às limitações de sua população e território, de desenvolver graus mais elevados de especialização produtiva e de depender em maior medida de insumos e de bens finais do mercado mundial e de nele colocar parcela maior de sua produção. Por esse motivo, os países médios, e ainda mais os pequenos, mini e microestados, estarão mais sujeitos a choques, naturais ou artificiais, e as pressões externas, tanto políticas quanto econômicas. São mais vulneráveis e dependentes das estruturas hegemônicas de poder e mais sujeitos aos efeitos da evolução dos grandes fenômenos que caracterizam o cenário internacional (GUIMARÃES, 2001b, p.23).

De fato, alguns de nossos pequenos Estados conseguiram alcançar altos níveis de bem-estar se considerarmos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como representativo deste fator. Conforme quadro abaixo, verificamos que apenas o Haiti possui IDH baixo (menor que 0,5), enquanto alguns países do istmo possuem índice considerado mediano (entre 0,5 e 0,7) e o restante dos países da América Central estão todos inseridos na faixa



considerada alta (maior que 0,7), embora nenhum deles esteja entre os países com IDH muito alto (próximo de 1).

**Quadro 1. Dados básicos dos Estados independentes da América Central.**

<b>País</b>	<b>Território (km<sup>2</sup>)</b>	<b>População</b>	<b>PIB (US\$ bilhões)</b>	<b>IDH</b>
<b>Antígua e Barbuda</b>	442.6	93.581	2,097	0,783
<b>Bahamas</b>	13.870	327.316	9,166	0,790
<b>Barbados</b>	430	291.495	4,636	0,785
<b>Belize</b>	22.966	353.858	3,069	0,715
<b>Costa Rica</b>	51.100	4.872.543	74,89	0,766
<b>Cuba</b>	110.860	11.179.995	128,5	0,769
<b>Dominica</b>	751	73.757	0,763	0,724
<b>El Salvador</b>	21.041	6.156.670	52,95	0,666
<b>Granada</b>	344	111.219	1,401	0,750
<b>Guatemala</b>	108.889	15.189.958	125,9	0,627
<b>Haiti</b>	27.750	10.485.800	18,75	0,483
<b>Honduras</b>	112.090	8.893.259	41,06	0,606
<b>Jamaica</b>	10.991	2.970.340	24,65	0,719
<b>Nicarágua</b>	130.370	5.966.798	31,33	0,631
<b>Panamá</b>	75.420	3.705.246	87,2	0,780
<b>República Dominicana</b>	48.670	10.606.865	149,7	0,715
<b>Santa Lúcia</b>	616	164.464	2,03	0,729
<b>São Cristóvão e Nevis</b>	261	52.329	1,379	0,752
<b>São Vicente e Granadinas</b>	389	102.350	1,205	0, 720
<b>Trinidad e Tobago</b>	5.128	1.220.479	45,19	0,772
<b>Total*</b>	<b>741.936</b>	<b>828.183.22</b>	<b>805,866</b>	<b>0,714</b>

\* Para o IDH foi realizado o cálculo da média.

Fonte: Construído pelo autor com dados de CIA (2014) e PNUD (2015).

O quadro também mostra as pequenas dimensões territoriais, a baixa ocupação populacional e a produção econômica reduzida da região. Somando-se a isso a desigualdade de renda, com elevadas taxas de pobreza, a concentração das exportações em *commodities* (mais comumente banana, café, açúcar, coco e pesca) e a dependência do turismo, verificamos que a vulnerabilidade descrita por Guimarães (2001) também

permanece<sup>68</sup>. Ademais, as ilhas ainda se encontram em vulnerabilidade geográfica, sendo celeiro de furacões, tempestades tropicais, vulcões, terremotos e vítimas de períodos de seca que corroem ainda mais os poucos reservatórios de água doce disponível.

Em tais condições a integração regional se coloca como uma necessidade imperiosa para os países da região romperem o isolamento e superarem suas fragilidades, tanto é assim, que admitindo o surgimento da Caricom desde a assinatura do tratado do CARIFTA temos um dos organismos sub-regionais mais antigos do mundo. Entre os objetivos buscados por esse organismo, destaca-se:

*(a) the economic integration of the Member States by the establishment of a common market regime (hereinafter referred to as "the Common Market") in accordance with the provisions of the Annex to this Treaty with the following aims:*

*(i) the strengthening, coordination and regulation of the economic and trade relations among Member States in order to promote their accelerated harmonious and balanced development;*

*(ii) the sustained expansion and continuing integration of economic activities, the benefits of which shall be equitably shared taking into account the need to provide special opportunities for the Less Developed Countries;*

*(iii) the achievement of a greater measure of economic independence and effectiveness of its Member States in dealing with States; groups of states and entities of whatever description;*

*(b) the coordination of the foreign policies of Member States; and*

*(c) functional cooperation, including*

*(i) the efficient operation of certain common services and activities for the benefit of its peoples; (ii) the promotion of greater understanding among its peoples and the advancement of their social, cultural and technological development; (CARICOM, 1973)*

Assim, a Caricom passa a ser mais do que um simples tratado de comércio, tornando-se um processo de integração de inspiração desenvolvimentista, com vista a criar laços entre a região para superarem em conjunto os desafios a que são expostos através da concertação política e da cooperação em diversas áreas, como a saúde, transportes, educação, mas buscando principalmente o fomento a industrialização dos países membros. Isso não significa, obviamente, o abandono dos acordos econômicos, pelo contrário, estes continuam sendo um dos eixos centrais, no qual a Caricom aparece como um projeto liberalizante por dentro e protecionista pra fora, uma vez que derrubaram-se tarifas e abriram-se os mercados para os países-membros, incentivando o comércio intra-regional, ao mesmo tempo em que se levantavam pesadas barreiras para países de fora do grupo (COLL, 2000).

---

<sup>68</sup> Vale retomar alguns recursos de poder que caracterizam a força de determinado Estado, conforme apresentados pela teoria realista das Relações Internacionais, compartilhados na análise política de Gramsci e discutidos no primeiro capítulo deste trabalho: a dimensão do território, a posição geográfica, o tamanho da população, os recursos econômicos tanto em volume de negócios como na possibilidade de constituírem em um autarquia e o desenvolvimento científico e militar.

Tal modelo era tributário das ideias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e como tal estava balizado em uma política de industrialização por substituições de importações, na presença e atuação constante do Estado, no protecionismo econômico e na atração de inversões estrangeiras, ficando conhecida na região pelo termo “*industrialización por invitación*” (AXLINE, 2002, p.169). O modelo alcançou resultados efetivos, porém não na dimensão e nem sempre no sentido desejado. O comércio intra-regional observou quase uma década de aumento a partir da criação da Caricom, assim como teve início o processo de industrialização de alguns países da região, porém as inversões estrangeiras não foram devidamente controladas, resultando no controle transnacional dos setores industrializados e a permanência da necessidade de importar-se bens básicos, como alimentos, conforme expõe Coll (2000, p.8):

*A contrapelo de las expectativas, la industria establecida por la inversión extranjera no trajo consigo los efectos que se habian previsto, no contribuyó a crear las necesarias relaciones intersectoriales, ni a solventar el creciente desempleo. El sector agropecuario estuvo controlado cada vez más por el capital extranjero y no por el nacional como se había previsto, y adicionalmente con el incremento de la mecanización en la actividad se generó un incremento de migración del campo a las ciudades.*(COLL, 2000, p.8).

Com efeito, a proposta inicial da Caricom esbarrou nos limites da proposta desenvolvimentista em que se baseava, pois tinha pretensões de controlar o capital transnacional, mas se viu dominada por ele. Os interesses integracionistas provaram-se frágeis diante dos interesses privados das corporações internacionais, principalmente estadunidenses, em plena ascensão:

A erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional auto-sustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos. Por isso, elas foram saudadas como uma contribuição efetiva para o “*desarrolismo*” ou o “*desenvolvimentismo*” recebendo um apoio econômico e político irracional. Assim que elas se tornaram um pólo econômico ativo das economias latino-americanas, revelaram sua natureza, como uma influência estrutural e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico. As empresas anteriores, moldadas para o mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados (FERNANDES, 1975, p.22).

Apesar de ter entre seus eixos fundantes a proposta de estimular o desenvolvimento dos LDCs e atuar neste sentido com a criação do Banco de Desenvolvimento do Caribe e a Corporação de Inversões do Caribe, a Caricom gerou desconfianças e deixou insatisfeitos os países menos desenvolvidos, dando origem a OECS. Em plena Guerra Fria, a Caricom ainda se encontraria mais dividida quando Jamaica e Granada seguiram no fluxo contrário aos demais países do grupo. Enquanto a Caricom estreitava laços com os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Europa, isto é, com os países centrais, afastando-se do protecionismo e abraçando uma liberalização já nos moldes do neoliberalismo que varreria a América Latina, a Jamaica, uma das maiores e mais desenvolvidas ilhas da região e Granada, na situação oposta (pequena e pouco desenvolvida), investiram em caminhos diferentes.

Na Jamaica o governo de Michael Norman Manley e o Partido Nacional Popular (*People's National Party*, PNP) autoproclamaram-se um “socialismo democrático”. Vencedores das eleições com maioria parlamentar em 1972 e 1976, o PNP intensificou o controle estatal na economia através da aquisição de empresas estrangeiras e políticas que regulavam a exploração de bauxita – principal produto de exportação jamaicano – criou uma legislação trabalhista garantindo o salário mínimo, auxílio maternidade, igualdade salarial entre homens e mulheres e criou uma rede de ensino público gratuito (STEPHENS; STEPHENS, 1986).

A figura de Michael Manley até hoje divide opiniões. Para a Caricom, ele foi um “*agitator and champion of the cause of the working class*” (CARICOM, 2017), merecedor da Ordem da Comunidade do Caribe, distinção cedida para personalidades que contribuíram para o avanço do regionalismo caribenho. Porém, ao final de seu segundo governo o país se encontrava em uma grave estagnação econômica com a fuga de capitais estrangeiros e nacionais, o que autores como Winston James (1983) atribuem ao desencontro entre a retórica “socialista” de Manley e suas práticas mais voltadas para a burguesia jamaicana e internacional, entre elas o repúdio a qualquer forma de expropriação da propriedade privada e a “economia mista” que no fim revelava-se muito mais vantajosa para os entes privados do que públicos:

*When we look at the dynamic of public ownership under the Manley regime we find that the actual nature of this whole process differed quite markedly from the pronouncements of the PNP: the little extension of public ownership which occurred under the PNP government, followed the exigencies of political and economic crises rather than conscious political intentions informed by a radical programme. 51% of bauxite production and all bauxite land have been bought by the state, but the crucial and lucrative alumina processing sector, was and is, in reality untouched by the powers of*

*the state. Consequently, when we examine the ownership of the bauxite/alumina industry as a whole, we find that the state owns a mere 8%!(JAMES, 1983, p.151)*

Porém, os tempos não eram propícios para algum governante na América Latina dizer-se socialista, mesmo que seus atos não condissessem com a retórica. Os discursos inflamados de Manley pela equidade social, seu apoio expresso e aproximação com o governo cubano, além dos avanços efetivos na legislação trabalhista atraíram contra si a ira e o poderio hegemônico estadunidense:

*In the months preceding the 1980 elections, the whole battery of US and imperialist `non-military' weapons were unleashed against the Manley regime: the CIA support for right wing oppositionists in Jamaica ; press campaigns not only in Jamaica itself, but also in the us and Canada and indeed other Western countries such as Britain where the rightwing Daily Telegraph was most virulent against Manley (JAMES, 1983, pp.164-165)*

A estagnação econômica e a investida estadunidense foram mais do que suficientes para porem fim no “socialismo democrático” de Manley, que já se encontrava isolado, sem o apoio das classes dominantes tanto internas, quanto externas para quem seu discurso se tornara perigoso. Por outro lado, a classe trabalhadora que alcançou melhoras relativas no padrão de vida durante os anos iniciais do governo da PNP, sustentando-o durante o período de oito anos, também se encontrava insatisfeita pela falta de avanços mais concretos. A eleição de 1980 foi vencida por Edward Seaga, que iniciou uma era de austeridade, autoritarismo e alinhamento automático com os Estados Unidos.

O caso de Granada é diametralmente oposto em seus meios, pois a radicalização esteve presente desde o início com a ascensão do movimento revolucionário *New Jewel* – o qual mesclava o ideário socialista com o movimento *Black Power* – tomando o poder em 1979. A resposta estadunidense também foi proporcionalmente mais célere e violenta. Apenas três semanas após a vitória do movimento revolucionário, o representante estadunidense já alertava Maurice Bishop, líder revolucionário, contra a possível aproximação do país com Cuba, como resposta Bishop pronunciou um discurso exaltando a soberania da ilha e por extensão de todos os pequenos Estados historicamente subjugados:

*Grenada is a sovereign and independent country, although a tiny speck on the world map, and we expect all countries to strictly respect our independence just as we will respect theirs. No country has the right to tell us what to do or how to run our country or who to be friendly with. We certainly would not attempt to tell any other country what to do. We are not in anybody's backyard, and we are definitely not for sale. Anybody who thinks they can bully us or threaten us clearly has no understanding, idea, or clue as to what material we are made of. They clearly have no idea of the*

*tremendous struggles which our people have fought over the past seven years. Though small and poor, we are proud and determined. We would sooner give up our lives before we compromise, sell out, or betray our sovereignty, our independence, our integrity, our manhood, and the right of our people to national self-determination and social progress.*(BISHOP, 2017)

Desde então a pequena ilha ficaria em estado de alerta para a possibilidade de uma intervenção estadunidense ao mesmo tempo em que avançava na condução de políticas socialistas e tentava manter o elo firmado com a Caricom, inclusive intensificando-o (GONZÁLEZ, 1982). Os receios provaram-se justificados quando em 1983 os Estados Unidos enfim invadem Granada, na chamada Operação *Urgent Fury*, que colocou fim definitivo no processo revolucionário granadino. Novamente os Estados Unidos ignoraram os tratados da OEA, interferindo na política interna de um Estado soberano no continente. A invasão foi apoiada formalmente pela OECO, embora encontrasse opositores no interior do grupo, criando assim uma profunda divisão nesse organismo que reverberou na Caricom (FARIAS, 2000).

Entretanto, o pluralismo ideológico expresso no Tratado de Chaguaramas foi suficiente para manter a coesão da Caricom em seu momento mais crítico. Além disso, com a queda dos governos “desviantes” da Jamaica e de Granada, a Caricom encontrar-se-ia novamente em conjunto, sem cisões graves e alinhada ao governo estadunidense. Estavam postas, portanto, as condições ideais para o avanço da hegemonia estadunidense através da ideologia e dos mecanismos políticos neoliberais.

O novo fôlego que as ideias neoliberais proveram para a hegemonia estadunidense, com especial vigor a partir dos anos 1990, estabeleceu-se gradativamente pelo continente. O Chile foi o laboratório de incubação, na década de 1970<sup>69</sup> e já no início dos anos 80 os países da Caricom seguiriam o mesmo caminho. Estes processos, impostos pelos “técnicos” do FMI e do Banco Mundial e suas draconianas políticas de condicionalidades, promoveram alterações no papel do Estado que passava a ser substituído pela ideologia da confiança no Mercado e na abertura econômica, com os consequentes abandonos de políticas protecionistas e de subsídios e incentivo às reformas trabalhistas e privatizações. Conforme aponta Mathias (2012b, p.123):

Os desdobramentos relativos ao abandono da concepção que confere ao mercado interno a capacidade de ser o núcleo dinâmico da economia, tanto

---

<sup>69</sup> Não só por ser um dos primeiros países a implementarem as reformas voltadas para o mercado, mas pela participação ativa de intelectuais adeptos dessa visão na construção das políticas chilenas, pela radicalidade com que essas reformas foram postas em práticas e pelo caminho que se abriu a adesão desse modelo pelos demais países da América Latina a partir da experiência chilena (SANCHES, 2016)

pode aumentar a fragilidade da economia nacional em relação às empresas transnacionais, quanto pode aprofundar as desigualdades sociais superpostas à heterogeneidade regional em termos de desenvolvimento. Acrescente-se que, do ponto de vista hegemônico, a finalidade da agenda neoliberal [na América Latina] se referiu a recomposição de taxas altas de crescimento dos países potências.

Por certo, o resultado das políticas neoliberais na região não diferem do restante do continente, intensificando a vulnerabilidade e dependência econômicas de seus Estados e servindo para a expansão do capital transnacional, que se refletiu na deterioração do nível de vida, no aumento do desemprego e precarização do trabalho e na desindustrialização. A tônica neoliberal na Caricom culminou na Revisão do Tratado de Chaguaramas, em 2002, no qual o enfoque do organismo passa a ser o regionalismo aberto – a versão integracionista das reformas para o mercado – onde a liberalização intra-regional serve de plataforma para a abertura econômica e para qual a:

*Creation of a single regional economic space is supposed to induce cross-border investment, enable businesses to realise economies of scale and provide them with access to a wider pool of labour and services. Efficiency gains will increase the international competitiveness of regional production, leading to higher levels of local and foreign investment and increased exports to extra-regional markets.(GIRVAN, 2010, p.44).*

No entanto, os visíveis retrocessos que se seguiram à implementação de tais políticas nutriram desconfianças dos governos da região em relação a seus supostos benefícios e frearam seu desenvolvimento, fazendo com que o regionalismo aberto avançasse lentamente. Em vez disso, a Caricom passou a diversificar sua rede de relações, historicamente dominada pela tríade EUA-UE-Canadá, aproximando-se dos demais países latino-americanos:

*La primera década del siglo xxi ha estado marcada por la emergencia de cambios en el contexto latinoamericano en la forma de nuevos actores (emergencia de espacios de cooperación y concertación política) y liderazgos (principalmente Brasil y Venezuela). El involucramiento creciente de los países miembros de la Caricom en estos espacios regionales confirma la urgente necesidad de Caricom de reubicarse geopolíticamente en el contexto hemisférico, fuera de los circuitos tradicionales de sus prioridades externas. Ejemplo de ello son la reciente participación de países de Caricom en la Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra América (ALBA-TCP), en el caso de Antigua y Barbuda, Dominica, San Kitts y Nevis y Santa Lucía; en PetroCaribe de todos los miembros, excepto Trinidad y Tobago, y Barbados; en la Unión de Naciones Sudamericanas (Unasur) en el caso de Guyana y Surinam; y de todos los miembros de la Caricom en la Cumbre de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) (ALFONSO, 2013)*

Além da participação nos organismos citados por Alfonso (2013), foram assinados diversos acordos bilaterais com Venezuela, México e Colômbia, tanto separadamente, como

em conjunto no chamado G3<sup>70</sup> (CARICOM, 1991; 1993; 1994). Também é significativa a realização da *I Cumbre Cuba-Caricom*, na cidade de Havana em 2002, a qual celebrou a reaproximação entre esses Estados caribenhos. Porém, a iniciativa mais ampla e ambiciosa de estreitar laços com a vizinhança próxima se deu com a sugestão e eventual construção de um novo mecanismo, no qual a Caricom estaria imerso em conjunto com os países caribenhos continentais (nas Américas do Sul e do Norte) e com o istmo – que apesar da proximidade e história semelhante sempre havia seguido um caminho separado das ilhas. Quando a América Central enfim se organiza em todo seu conjunto surge a Associação dos Estados do Caribe.

### 3 – AEC e ALBA na integração centro-americana

Diante das grandiosas e velozes transformações testemunhadas durante os últimos anos da década de 1980 e o início dos anos 1990 – principalmente o fim da Guerra Fria, com a derrocada da União Soviética e o estabelecimento da hegemonia estadunidense em uma escala sem precedentes, ao qual podemos adicionar a acolhida ao discurso da globalização, que evocava a emergência de um mundo sem fronteiras cada vez mais interdependente – os Estados da Caricom encontravam-se receosos de se verem atrasados e isolados. Pensando nisso, em 1989 foi criada a Comissão das Índias Ocidentais (*West Indies Commission*, WIC), entidade independente formada por líderes, técnicos e acadêmicos da região, imbuída da missão de formular propostas para “preparar o Caribe para o século XXI” a ser entregue antes do encontro de chefes de Estados do organismo que ocorreria em 1992 (WIC, 1992, p.4).

A Comissão cumpriu sua tarefa através do relatório “*Time for Action*”, no qual entre mais de 200 propostas, sugeria a criação de uma assembleia parlamentar própria da comunidade, assim como uma corte de justiça, também constavam propostas para o desenvolvimento do Mercado Comum, revisão das responsabilidades dos chefes de Estados e a criação de um Conselho de Ministros (WIC, 1992). No âmbito da integração o relatório fazia menção à ideia de círculos concêntricos e propunha uma expansão das relações com a região mais ampla da América Central, com a Caricom como um núcleo e uma liderança:

*It may produce circles of association that start with the intimate West Indian family and others that encompass an extended family of the non-English speaking islands of the Caribbean, and a still larger circle of closer relations with countries of the Caribbean Basin that includes territories of the South America and Central American littoral. We believe that we have to be confident of both our identity and our capacities, and be ready to take a*

---

<sup>70</sup> Vale lembrar que o *Grupo de los Tres* era constituído pelas três maiores economias do Grão-Caribe: Colômbia, México e Venezuela.



*lead in the creation of a real Community of the entire Caribbean(WIC, 1992, p.444)*

Essa nova comunidade não se colocava como adversária dos organismos já existentes, mas como um novo círculo mais abrangente. Os relatores citam os riscos de uma abertura descuidada, porém, apresentam uma visão otimista quanto às possibilidades de um projeto mais amplo:

*We need a more positive mindset which does not ignore that too rapid a widening of the Community could slow down the deepening on the integration process and overwhelm CARICOM itself yet recognizes as well that the widening of the integration in the Caribbean is necessary, both in itself and for enlarging the gains of integration. Such a start with a widening process may well spur us to action in strengthening the integration bonds between our founding West Indian partners.(WIC, 1992, p.444)*

O protagonismo e a liderança assumida pelos países da Caricom na criação e atuação desse novo organismo seria a chave para a não dissolução de um organismo ao outro, isto é, para que essa nova e mais ampla comunidade não excluísse e subestimasse as pequenas ilhas. Por ser mais uma entre inúmeras sugestões presentes no relatório a construção desse organismo não é detalhada, deixando claro que muitos aspectos concernentes a sua construção deverão ser posteriormente elaborados, desenvolvidos e negociados, porém, a ideia central, a delimitação, os argumentos e mesmo o nome da Associação dos Estados do Caribe já são encontrados no documento.

Outro ponto digno de nota presente no relatório é a aproximação realizada não só com os países da América Central, mas com toda a América Latina, até então a Caricom era formada apenas por países anglófonos e a despeito das diferenças culturais com os países latinos, o documento insere-os na realidade latino-americana e salienta suas semelhanças:

*That wider Caribbean is our natural community as a sub-region of Latin America. It lacks the cultural bedrock of CARICOM; but has a cultural dynamic of its own. It lacks the linguistic homogeneity of CARICOM; but increasingly we speak the language of the Sea that is our cradle – the common voice a shared geo-political and ecological environment requites of us. It lacks the commonality of CARICOM's political culture; but it aspires to common democratic norms and can only strengthen their fulfillment by association. There is already enough of the raw material of oneness – so supremely demonstrated at CARIFESTA – from which we can mould the Association of Caribbean States. (WIC, 1992, p.449)*

*The widening of our vision of the Caribbean by encompassing not just our enclave of English-speaking countries, but the wider Caribbean Basin which needs to be reclaimed – not a lake that is Spanish, or English, or French, or Dutch, or American – but, at last, 500 years later, a Caribbean lake.(WIC, 1992, p.xxxiii)*

Nota-se também que no discurso do relatório o mar do Caribe se apresenta como o elemento aglutinador, as águas caribenhas que rodeiam as ilhas, encurralam o istmo e bordeiam o continente é o que une esses Estados na ideia de Bacia do Caribe. Apenas El Salvador, o menor Estado do istmo, se encontra isolado na costa do Pacífico, sem saída para o Atlântico e conseqüentemente sem ser banhado pelo mar do Caribe. Isso não impediu a inserção salvadorenha na AEC, pois compartilha com o restante do istmo toda a aproximação que pode ser feita com a história e cultura do Caribe, sendo assim parte integrante do conjunto grão-caribenho. Entretanto, mais do que um elemento comum, o mar do Caribe é um espaço estratégico primordial na geopolítica mundial. A bacia do Caribe é importante rota de transporte de mercadorias e a ligação entre as Américas, bem como entre os Oceanos Pacífico e Atlântico, além disso é rico em biodiversidade<sup>71</sup> e em fontes de petróleo na costa do México, da Venezuela, em alguns países do istmo (como na Nicarágua) e em algumas ilhas (como as ilhas ABC e Trinidad e Tobago).

Após a apresentação e discussão do documento no Encontro de Chefes de Estados da Comunidade do Caribe em julho de 1992, o relatório foi louvado como um marco para a integração da América Central, porém, poucas medidas concretas foram tomadas para sua efetivação. Diante disso, em um dos últimos movimentos antes de ter sua missão considerada completa e ser extinta, a comissão convocou uma reunião extraordinária, na qual se apontava certas sugestões do relatório como prioritárias. Neste novo documento a constituição da AEC foi apresentada com elevada importância (WIC, 1992, p.xxxi), resultando no compromisso assumido pelos chefes de Estados da Caricom de avançar na construção do organismo.

A proposta encontrou eco nos países vizinhos<sup>72</sup>. O istmo estava reformulando seu próprio organismo de integração, depois de um período em que vários países encontravam-se em franca guerra civil, o que resultou na estagnação da ODECA, com os acordos de paz e reestruturação das relações entre os países do istmo essa organização foi substituída pela proposta mais atuante da SICA, cujos valores se coadunavam com a iniciativa caribenha. Colômbia, México e Venezuela há tempos vinham incrementando sua participação na região,

---

<sup>71</sup> “A costa caribenha do México, Belize, Guatemala e Honduras contêm o segundo maior sistema de recifes do mundo. Este sistema oferece habitat para mais de 10.000 espécies e desempenha um importante papel no ambiente regional mais amplo. Os recifes de corais são criticamente importantes para a criação de peixes, que se tornam ainda mais produtivos em ecossistemas onde manguezais, pradarias marinhas e recifes de corais coexistem” (BID, 2012, pp.14-15).

<sup>72</sup>Em 1993, uma reunião ministerial entre a Caricom e representantes do istmo realizada na Jamaica garantiu o apoio expresso destes países para a criação do novo organismo. No mesmo ano representantes da Caricom se reuniram com o Suriname e o G3 em Trinidad Tobago, onde também estes países se comprometeram com a criação da AEC e estipularam uma série de prazos para os avanços das negociações (AEC, 2014, p.27)

de modo que sua inserção foi mais do que natural. Por fim, os demais países caribenhos, tanto os latinos quanto o Suriname, estavam prontos para superar a barreira linguística que se interpunha entre os Estados.

Com a boa recepção da proposta, aliado ao enfoque e priorização dados para a construção da AEC por parte da Caricom, a associação foi constituída com relativa rapidez. Após algumas reuniões de trabalho<sup>73</sup> entre os países membros, foi assinado o Convênio Constitutivo da Associação de Estados do Caribe, já em 1994, que incluía desde o início os 13 países-ilhas, 7 países do istmo, o G3, Suriname e Guiana. Além disso, os territórios dependentes eram convidados a participar como membros-associados. O Convênio definia a AEC como um espaço para consulta, concertação e cooperação com o objetivo de promover instrumentos e programas para:

- a. *fortalecer, utilizar y desarrollar las capacidades colectivas del Caribe para lograr un desarrollo sostenido en lo cultural, económico, social, científico y tecnológico;*
- b. *desarrollar el potencial del Mar Caribe por medio de la interacción entre los Estados Miembros y con terceros;*
- c. *promover un espacio económico ampliado para el comercio y la inversión que ofrezca oportunidades de cooperación y concertación y, permita incrementar los beneficios que brindan a los pueblos del Caribe los recursos y activos de la región, incluido el Mar Caribe;*
- d. *establecer, consolidar y ampliar, según el caso, las estructuras institucionales y los acuerdos de cooperación que respondan a la diversidad de las identidades culturales, de los requerimientos de desarrollo y de los sistemas normativos de la región.(AEC, 1994)*

Para o cumprimento dessas tarefas, estipulou-se como atividades a serem implementadas pela AEC:

- a. *la integración económica, incluidas la liberalización comercial, de inversiones, del transporte y de otras áreas relacionadas;*
- b. *la discusión de asuntos de interés común con el propósito de facilitar la participación activa y coordinada de la región en los foros multilaterales;*
- c. *la formulación e instrumentación de políticas y programas para la cooperación en las áreas mencionadas en el numeral 1(a) de este Artículo;*
- d. *la preservación del medio ambiente y la conservación de los recursos naturales de la región, en particular del Mar Caribe;*
- e. *el fortalecimiento de las relaciones amistosas entre los pueblos y Gobiernos del Caribe;*
- f. *la consulta, cooperación y concertación en las demás áreas que se acuerden.(AEC, 1994)*

---

<sup>73</sup> A primeira reunião ocorreu na Jamaica em 1994, com a intenção de construir uma visão comum sobre a natureza, escopo e objetivos da associação, mais duas reuniões fizeram-se necessárias, uma em Santo Domingo e a última na Cidade do México. (AEC, 2014, p.27)

Nesse primeiro momento de sua criação, podemos afirmar que a AEC é mais um organismo com enfoque principalmente econômico, com a integração vista como um instrumento para o desenvolvimento do comércio intra-regional. Esse enfoque estará exposto na Declaração de Princípios e no Plano de Ação em Turismo, Comércio e Transportes, publicados ao fim da primeira cúpula de chefes de Estado da associação (AEC, 1995). Essas áreas de atuação prioritárias da associação se expressam na criação de comitês especiais para cada objetivo principal, sendo eles: Desenvolvimento do Comércio e Relações Econômicas Externas, Transporte, Turismo Sustentável e Redução de Riscos de Desastre.

A maior preocupação sempre foi a intensificação do comércio intra-regional, com a extinção de barreiras alfandegárias e outros mecanismo de liberalização da economia, porém, mesmo com a efetivação dessas políticas, o comércio tem observado um crescimento modesto. Embora a taxa de crescimento do comércio entre os Estados da AEC tenha aumentado mais do que a taxa relativa ao comércio com os países de fora do grupo, quando visto em números absolutos a AEC representa apenas 10% do comércio dos países da região (SELA, 2015). Além disso, vê-se claramente uma concentração das movimentações nos países do G3 (destacados em cinza), conforme quadro abaixo:

**Quadro 2. Comércio intra-regional da AEC em 2013 (em milhões de US\$)**

País	Importações (US\$ milhões)	% do total	Exportações (US\$ milhões)	% do total
<b>Bahamas</b>	1.010,24	1%	466,72	1%
<b>Barbados</b>	851,68	1%	322,98	1%
<b>Belize</b>	444,8	0%	46,75	0%
<b>Colômbia</b>	<b>6.733,71</b>	<b>11%</b>	<b>9.233,44</b>	<b>20%</b>
<b>Costa Rica</b>	2.967,56	5%	2.930,31	6%
<b>Cuba</b>	5.231,81	8%	268,28	1%
<b>Dominica</b>	129,93	0%	63,96	0%
<b>El Salvador</b>	3.448,54	5%	2.397,92	5%
<b>Guatemala</b>	5.357,96	9%	3.906,6	8%
<b>Guiana</b>	842,11	1%	244,15	1%
<b>Haiti</b>	1.928,83	3%	26,39	0%
<b>Honduras</b>	3.076,56	5%	1.272,76	3%
<b>Jamaica</b>	2.316,32	3%	129,31	0%

<b>México</b>	<b>7.050,08</b>	<b>12%</b>	<b>13.955,69</b>	<b>30%</b>
Nicarágua	2.908,66	4%	995,77	2%
Panamá	1.862,87	3%	135,68	0%
República Dominicana	4.527,17	7%	1.965,26	4%
Suriname	189,48	0%	58,81	0%
Trinidad e Tobago	1.243,01	2%	4.203,73	9%
Venezuela	<b>6.563,81</b>	<b>11%</b>	<b>3441,53</b>	<b>7%</b>
<b>Total</b>	<b>58,685</b>	<b>100%</b>	<b>46.065,64</b>	<b>100%</b>

Fonte: SELA (2015)

Essa concentração reflete a própria configuração da associação enquanto um grupo heterogêneo e assimétrico: são três línguas oficiais – espanhol, francês e inglês – diferentes modelos políticos – repúblicas presidencialistas, repúblicas parlamentares, o governo socialista cubano, dependências em diferentes situações jurídicas – e uma disparidade econômica entre seus membros, com o G3 sendo responsável por mais de 80% do PIB da AEC.

Se no discurso da Comissão o mar do Caribe aparecia enquanto o elemento unificador da região, no Convênio Constitutivo ele já aparece em sua condição estratégica, conforme o “item b” citado acima que versa sobre os objetivos da associação “*desarrollar el potencial del Mar Caribe por medio de la interacción entre los Estados Miembros y con terceros*”. Assim, o documento deixa claro que estará aberto para participação de países de fora do grupo para desenvolver o potencial do mar do Caribe, sabemos que esse potencial é enorme e variado, pode referir-se ao transporte, turismo, a preservação ambiental ou a exploração, seja de pescados ou de petróleo. Certamente foi esse último aspecto que atraiu a atenção dos “terceiros”. A Nicarágua, por exemplo, cedeu concessões à “*Noble Energy*” dos Estados Unidos, para a prospecção e perfuração de poços de petróleo em sua espaço marítimo, sendo 4 poços no Caribe e um na costa do Pacífico.

O organismo também possui contradições internas desde sua origem, entre os quais destaca-se a ambivalência nas relações entre EUA e Cuba. Desde o relatório da WIC buscava-se uma aproximação com o Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), encabeçada pelos Estados Unidos em conjunto com o México e o Canadá. Por outro lado, a inclusão de Cuba sempre foi considerada essencial e se apresentou como um marco importante, tanto para o rompimento do isolamento cubano pós-Guerra Fria, quanto para uma verdadeira integração caribenha, que perderia valor sem uma das suas maiores e mais importantes ilhas. Seria impossível pensar um acordo entre a AEC e o NAFTA que incluísse

Cuba, seja pelo que isso representaria para o modelo cubano – em última instância o fim de sua própria existência – seja pelo lado estadunidense, há décadas mantendo o bloqueio econômico. Nesse caso, a aproximação com o NAFTA certamente significaria a exclusão de Cuba, assim como ocorrido na OEA, entretanto a participação da AEC no NAFTA não avançou e Cuba estreitou suas relações com a AEC e também com a Caricom.

Não obstante essas divergências, o organismo manteve-se unido e foi efetivo na redução de barreiras alfandegárias para o comércio na região, porém, o pequeno progresso verificado no montante das importações e exportações intra-regionais demonstrou que o empecilho nunca fora tarifário, mas sim estrutural, conforme aponta o relatório da SELA (2015, p.10):

*Entre los factores que han gravitado sobre las posibilidades de incremento del comercio intra-AEC han sido identificados la falta de conectividad en el área y la ausencia de transporte marítimo directo entre los países del Gran Caribe, lo cual genera aumentos en los costos de transacción y mayores tiempos de entrega en comparación con procedimientos directos y expeditos, dado que, por lo general, la carga marítima enviada de un país a otro de la AEC debe sufrir un trasbordo utilizando los puertos de Miami o de Panamá. Ello ha incidido en que, además de engorrosos procedimientos burocráticos, los altos costos de registro, comercialización y transacción conduzcan a una pérdida de competitividad en las empresas exportadoras, especialmente las pequeñas y medianas.*

Como resultado, a cooperação assumiu maior importância nos debates do organismo, passando a ser enxergada como o caminho para a superação desses entraves. O ano de 2001 marca essa ascensão dos processos cooperativos, com o estabelecimento do Grão-Caribe como uma Zona de Cooperação<sup>74</sup>, segundo a Declaração de Margarida, apresentada como resultado da Terceira Cúpula de Chefes de Estados da AEC realizada na Ilha de Margarida, na Venezuela:

*Nos comprometemos a establecer la región del Gran Caribe como una Zona de Cooperación, en reconocimiento del espacio geográfico común que comparten nuestros Estados, Países y Territorios, y de los intereses y objetivos comunes que de ello se derivan. La Zona de Cooperación del Gran Caribe consistirá inicialmente de acciones conjuntas en las áreas de prioridad de la AEC, es decir, Comercio, Turismo Sustentable, Transporte y Desastres Naturales (AEC,2001).*

Como efeito prático, a declaração convertia o Fundo Especial da AEC em uma agência para a promoção, financiamento e execução de projetos para a cooperação internacional, selecionando e avaliando os projetos para o qual seriam destinados os recursos do Fundo,

---

<sup>74</sup> Zona de Cooperação pode ser definido como um espaço geográfico no qual os países concordam em buscar seus interesses comuns através de apoio mútuos e sinérgicos (GIRVAN, 2006).

abastecido através de doações dos estados-membros, associados, ou mesmo terceiros. A partir de então o foco das próximas Cúpulas de Chefes de Estados da AEC passou a ser o desenvolvimento dessa Zona de Cooperación, com avanços graduais, mas regulares, que culminaram na criação de diversos mecanismos, dentre os quais se destacam:

- A Zona de Turismo Sustentável do Caribe (ZTSC): Proposta pela Quarta Cúpula em 2004 como o primeiro acordo do tipo em todo o mundo, a ZTSC visa aumentar o número de visitantes e a oferta de produtos e serviços nessa que é uma das principais atividades da região, também busca diversificar os países beneficiários através do incentivo ao turismo multideestino e apresenta a atenção ambiental demonstrado pelo organismo desde seus primórdios. Entretanto a ZTSC ainda não foi plenamente estabelecida, seu estabelecimento e consolidação figura como uma das propostas do “Plano de Ação 2016-2018”, divulgado como resultado do Sétimo Encontro entre Chefes de Estados da AEC, realizado em 2016 em Havana (AEC, 2016).
- O Acordo de Cooperação Regional em Matéria de Desastres Naturais e a Plataforma de Informação Territorial do Grão-Caribe para a Prevenção de Desastres (PITCA), que atuam em conjunto com a ONU e centros de pesquisas meteorológicos para a melhora das coletas de dados, dos sistemas de avisos e da preparação da população em casos de desastres naturais (SELA, 2015; AEC, 2016)
- O programa “*Unir al Caribe por Aire y por Mar*”, que por sua vez se desdobra em iniciativas para a construção de portos, confecção de um mapa marítimo que exponha as rotas e serviços no Mar do Caribe e o Acordo de Transporte Aéreo, todos voltados para a superação das deficiências do transporte intra-regional (SELA, 2015; AEC, 2016).

Desse modo, verifica-se que as propostas são muitas e apresentam um enorme potencial para a construção de uma rede de infraestrutura na América Central, porém, os avanços concretos são modestos, a cada nova reunião se reafirmam os compromissos e os projetos da reunião anterior, se discute e refinam-se os termos dos mais diferentes mecanismos, mas nunca chegam a se constituir na prática. A área que mais se desenvolveu

sem dúvida é o turismo, porém, dominado pelas corporações internacionais, principalmente as empresas “baleares”<sup>75</sup>:

*El 2007 las 17 cadenas baleares transnacionales contaban con el 30,89% de su capacidad productiva en América Central y El Caribe, mientras que en las[Islas]Baleares tan solo tenían el 17,7%. En 20 años las cadenas transnacionales originarias del archipiélago balear han pasado de contar con 6.150 plazas turísticas en el extranjero el 1987 a 288.259 el 2007. A fecha de septiembre de 2010, las CCHH [cadeias hoteleiras] baleares ofrecían 666 establecimientos fuera de las Islas Baleares, de los cuales 268 se sitúan en países del Sur Global, 192 de los cuales están concentrados en El Caribe, Centroamérica y México (BLÁSQUEZ; CAÑADA; MURRAY, 2011, p.5)*

Sob a égide do neoliberalismo tais empresas encontraram na América Central um território fértil para sua expansão e altamente lucrativo, com mão-de-obra barata, isenções fiscais e belezas naturais abundantes. Até mesmo Cuba abre parte de sua economia para as cadeias hoteleiras. Como se não bastasse essas facilidades, o turismo “balear” traz consigo uma sanha privatista, monopolizando recursos hídricos e inclusive proibindo acesso de moradores locais às praias que sempre frequentaram. Em suma, o desenvolvimento do turismo não trouxe vantagem para as populações locais, a não ser algumas vagas de empregos de menor remuneração e rede de trabalho informal.

Se desenvolvimento turístico foi problemático, nas outras áreas reina a estagnação. O comércio intra-regional permanece pequeno, o transporte ainda é limitado e os furacões, terremotos e maremotos deixam um rastro de destruição a cada nova temporada, fazendo com que os desafios enfrentados pela AEC atualmente sejam os mesmos de sua fundação. Melhor dizendo, os desafios atuais são ainda maiores, pois se na sua origem a AEC contava com o entusiasmo de seus fundadores, atualmente paira a desconfiança.

A Caricom, cuja presença em números de Estados representa 50% da AEC e cuja iniciativa foi essencial para sua formulação, mantém atualmente “*una percepción de la relevancia limitada de AEC en cuanto a sus preocupaciones inmediatas*” e questiona-se até que ponto esta não foi uma “*oportunidad perdida*” de cooperação y concertação política regional (GIRVAN, 2002). Essa mudança de foco da Caricom derivou não apenas da estagnação na construção efetiva de políticas e estruturas na América Central, mas do conflito com os países do istmo acerca da exportação de bananas para a União Europeia, para o qual a AEC em nada contribui em solucionar.

---

<sup>75</sup> Cadeias hoteleiras sediadas nas Ilhas Baleares que se expandem junto com o turismo de massa nessa região espanhola, entre elas se destaca o *Mélia Hotels International*. A financeirização e a verticalização (com construções de verdadeiros enclaves ao redor de seus hotéis ou resorts) caracterizam esse modelo turístico de alto impacto para o meio ambiente e as populações locais (BLÁSQUEZ; CAÑADA; MURRAY, 2011).



O conflito diz respeito às “preferências de Lomé” série de acordos entre países da África, Pacífico e Caribe (ACP) e a União Europeia, nos quais a UE dava preferência à importação de determinados produtos, entre eles a banana, provenientes dos países dessas regiões. Esse acordo garantia um mercado consumidor e uma importante fonte de divisas para os pequenos países da Caricom (VÁSQUEZ; CHIRIBOGA, 2007). No entanto, desde 1991, diversos países da América Latina denunciavam tal acordo como discricionário e, portanto fora das regras do Comércio Internacional. O Equador foi o principal reclamante, mas teve apoio de grande parte do istmo, a saber, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá, ao qual também se juntaram os membros da AEC, Venezuela e México. Este é um conflito que teve início anteriormente ao nascimento da AEC, porém, uma vez estabelecida a associação, ao invés de discutir-se o tema e prover uma solução conjunta, como seria de se esperar de uma organização cujo enfoque no momento era justamente a integração comercial, a AEC manteve um silêncio ensurdecedor. (LEWIS, 2000). O assunto só vai ser citado com o agravamento do conflito, quando em 1998, os Estados Unidos (que entrou na disputa em nome das empresas transnacionais estadunidenses com atuação no istmo, como a *Dole Foods* e a *ChiquitaBrands*)<sup>76</sup> e a União Europeia ameaçam-se mutuamente de elevação de tarifas de produtos diversos. Essa seria uma das diversas vezes em que a União Europeia seria acionada na OMC, em virtude do acordo e cada vez mais as resoluções indicavam para o fim das preferências (VÁSQUEZ; CHIRIBOGA, 2007). Em 1999, na Segunda Cúpula de Chefes de Estados da AEC, em Santo Domingo, Fidel Castro apresenta sua opinião sobre o impasse:

Por quê arrebataram em tão breve tempo os meios de vida de numerosas pequenas economias das Caraíbas, que vivem da banana, em prol de uma grande multinacional norte-americana que - como todo o mundo sabe - tem inspirado essa reclamação à OMC, visto que os Estados Unidos nem produzem banana, nem exportam banana; é, simplesmente, um grande consumidor de banana, e ao menor preço possível. Nós, os cubanos, fazemos parte da família latino-americana. Sei que Guatemala cultiva banana, e também as Honduras, o Equador, o México e diferentes países. A respeito desse problema já pensei muitas vezes qual devia ser a nossa posição. Não hesitei, quando pensei nisso, em apoiar a posição das Caraíbas. Mas, isto quer dizer que nos afastamos, ou que ignoramos os interesses dos países centro-americanos? Não, de maneira nenhuma; contudo, aqui observo um conflito de interesses. Se tivermos em conta que essas ilhas caribenhas, umas mais e outras menos exportam apenas 1,5% - se não me engano, talvez seja menos - da banana que é consumida no mundo, pergunto-me por que isto deve se tornar na maçã da discórdia [...] A cifra relativa da participação dos países das Caraíbas é insignificante, suas terras são limitadas. Além disso, quando penso que há duas ou três multinacionais norte-americanas que

<sup>76</sup> A bananicultura se caracteriza como um oligopólio altamente concentrado, apenas 5 empresas dominam 70% do comércio mundial da fruta. Além das duas citadas, que revezam na liderança do mercado mundial, há uma terceira empresa estadunidense, uma irlandesa e uma equatoriana (ALBANO, 2009).

controlam o comércio da banana no mundo, pergunto-me por que é que devem ser sacrificadas dezenas de milhares de famílias que na Jamaica -as tenho visto - e em outros países das Caraíbas cultivam duas ou três hectares de banana. Quando uma decisão dessas é tomada na OMC, não pode ser apreciada nenhuma consideração de tipo humana. Quando vejo que as preferências de Lomé serão varridas, realmente fico horrorizado porque, de quê vai viver a África? Como lhe podem arrebatam essas preferências?

O discurso de Castro, porém, não encontrou eco na associação, que permaneceu inerte diante do conflito. Apenas em 2012, a ratificação do Acordo de Genebra sobre Comércio de Banana (GATB) coloca fim ao contencioso, com a União Europeia reformulando o sistema de preferências, adaptando-se às normas da OMC. O silêncio e a passividade da AEC nessa questão afastaram os países da Caricom da instituição, não formalmente, já que não houve a exclusão de nenhum Estado, nem a dissolução do grupo, mas as esperanças depositadas nessa integração mais ampla revelou-se frustrada. Sem o protagonismo da Caricom, a AEC segue em passos lentos.

Segundo Gramsci (2016, p.21, Q13 §5), há, de acordo com os fins que se buscam, duas formas de atuação política. A “pequena política” na qual ocorrem disputas dentro de uma ordem já estabelecida e a “grande” ou “alta política”, que compreende a luta pela transformação ou conservação dessa ordem, isto é a destruição ou defesa de “determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”. Essa diferença se dá tanto no plano interno, quanto externo:

Os mesmos termos se apresentam na política internacional:1) a grande política nas questões relacionadas com a estatura relativa de cada Estado nos confrontos recíprocos; 2) a pequena política nas questões diplomáticas que surgem no interior de um equilíbrio já constituído e que não tentam superar aquele equilíbrio para criar novas relações (2016, p.22, Q13 §5).

Nem todas as questões da *pequena política* devem ser alçadas para a *grande política*, o que geraria um diletantismo improfícuo, porém, não se pode reduzir tudo à *pequena política* – e tentar fazer isso seria um exercício de *grande política* (GRAMSCI, 2016, p.22, Q13 §5). Nesse sentido, tanto a AEC quanto a Caricom provaram-se insuficientes para a integração da América Central, pois, se de um lado, a constituição dos organismos internacionais decorrem da política internacional, portanto da grande política, de outro lado, considerando os seus propósitos voltados para o mercado, permaneceram circunscritas à *pequena política*. Na ação desses organismos a transformação das estruturas político-econômicas que geram sua dependência jamais foi enfrentada, mesmo quando essa transformação era almejada por alguns de seus países membros (tais como em Cuba, Granada e Nicarágua, em diferentes momentos históricos).

Diante de tal cenário, novas propostas surgiram, tentando enfrentar desafios que os organismos até então evitavam. É o caso da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), proposta pelo presidente venezuelano Hugo Chávez na III Cúpula de Chefes de Estados da AEC, em 2001. A proposta venezuelana, então intitulada Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América, se opunha a tentativa estadunidense de criar uma Área de Livre Comércio em todo o continente (a ALCA), apresentando-se como uma forma de cooperação com forte caráter social. Na qual:

*El comercio y la inversión no deben ser fines en sí mismos, sino instrumentos para alcanzar un desarrollo justo y sustentable, pues la verdadera integración latinoamericana y caribeña no puede ser hija ciega del mercado, ni tampoco una simple estrategia para ampliar los mercados externos o estimular el comercio (ALBA, 2004).*

A proposta encontrou um forte aliado no governo cubano, que assinou em 2004 a “Declaração Conjunta Venezuela-Cuba para a Criação da ALBA”, na qual ficam expostos os eixos norteadores do organismo, baseado na integração econômica, mas em moldes diametralmente opostos dos vistos até então, em vez de apregoar a liberalização como vinha sendo a tônica de todos os organismos internacionais, propunha-se uma cooperação e complementaridade econômica:

*de tal modo que se promueva una especialización productiva eficiente y competitiva que sea compatible con el desarrollo económico equilibrado em cada país, con las estrategias de lucha por la pobreza y con la preservación de identidad cultural de los pueblos; así como la cooperación y solidaridad que se exprese en planes especiales para los países menos desarrollados en la región (ALBA, 2004).*

Outro elemento que demonstra a particularidade da ALBA é a presença de um Conselho de Movimentos Sociais, garantindo acesso para demandas de setores da população cuja participação normalmente é obstaculizada. Dois anos depois da “Declaração Conjunta”, a Bolívia se junta à Venezuela e Cuba, propondo um novo instrumento de “*intercambio solidario y complementario*”, chamado de Tratado de Comércio dos Povos (TCP) em contraposição aos Tratados de Livre Comércio, que “*persiguen incrementar el poder y el dominios de las transnacionales*” (ALBA, 2006). Em 2009, quando o organismo substituiu o termo “Alternativa Bolivariana” para “Aliança Bolivariana”, o tratado passa a constar também em seu nome, formando assim a ALBA-TCP.

Ao longo dos anos mais Estados foram sendo atraídos pelas propostas cooperativas da ALBA-TCP, principalmente ilhas caribenhas, sendo que atualmente são 11 membros, sendo três da América do Sul (Bolívia, Equador e Venezuela), um do istmo (Nicarágua) e sete do

Caribe (Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis e São Vicente e Granadinas). Todavia, a ALBA-TCP não possui personalidade jurídica própria, assim, os acordos são realizados diretamente entre os Estados e são chamados de “convênios ALBA-TCP”. Essa menor institucionalização permite maior flexibilização para a entidade, pois acordos podem ser realizados apenas entre determinados países membros, sem ser necessário a participação de todos, do mesmo modo, para participar de certos instrumentos da aliança não é necessário ser um membro efetivo, apenas assinar o acordo específico. Isso fica bem claro quando vemos o Fundo da ALBA financiando projetos em Belize, Guiana ou no Haiti, sendo que esses não são Estados membros do organismo (SELA, 2014b).

Nesse mesmo sentido temos o PETROCARIBE, um acordo energético firmado em 2005 baseado nos ideais integracionistas da ALBA-TCP, com a qual por vezes se confunde. De fato, desde o surgimento ALBA-TCP e PETROCARIBE caminham lado a lado, porém são mecanismos diferentes, o primeiro é uma alternativa ambiciosa de construção de uma nova dinâmica política na região, o segundo é a mais recente tentativa de acordo enérgico, cujos antecedentes remontam a 1974, coordenando as exportações petrolíferas venezuelanas para a região. O PETROCARIBE tem sua própria reunião de Chefes de Estados e um alcance bem maior, contando com os países caribenhos da ALBA e mais Bahamas, Belize, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, República Dominicana e Suriname.

A ALBA-TCP e o PETROCARIBE, ao se colocarem como alternativas hegemônicas, conquistaram avanços notáveis, impensáveis para os projetos integracionistas liberalizantes. Primeiramente, formou-se um novo eixo de articulação política para os pequenos países-ilhas, que diminuem assim sua dependência da Caricom e do capital transnacional. Além disso, os preços e as condições mais favoráveis na compra de petróleo venezuelano ajudam a dinamizar suas economias. Por fim, a cooperação se efetiva com o financiamento e a construção de redes de infraestrutura por toda a região, conforme tabela abaixo.

**Quadro 3. Projetos fomentados pelo Fundo da ALBA-TCP**

<b>Estado beneficiado</b>	<b>Projetos</b>
Antígua e Barbuda	- melhoras no Aeroporto Internacional e no serviço de saneamento de água potável em Antígua.
Belize	- projetos em educação rural; - sistema de água nas regiões rurais, pavimentação de ruas e sistema de drenagem; - projetos de aumento da produção de alimentos para a autossuficiência e exportação.
Dominica	- projetos habitacionais;

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- construção da defesa marítima;</li> <li>- programas territoriais no Caribe;</li> <li>- projetos avícolas, pesqueiros e suinocultura;</li> <li>- redes de esgoto;</li> <li>- remodelação do Aeroporto de Melville Hall;</li> <li>- programa de abastecimento de combustível aos pescadores e remoção de ferro-velho.</li> </ul>
Granada	- urbanismo da comunidade Simón Bolívar Village.
Guiana	- construção de um Abrigo Popular.
Haiti	<ul style="list-style-type: none"> <li>- construção de habitações sociais;</li> <li>- aquisição de caminhões coletores de lixo;</li> <li>- projetos elétricos e de fortalecimento do programa de saúde.</li> </ul>
Nicarágua	<ul style="list-style-type: none"> <li>- obras de saneamento ambiental;</li> <li>- melhoras de aquedutos;</li> <li>- estradas e habitações;</li> <li>- equipamento para centro de saúde;</li> <li>- plantas de geração elétrica.</li> </ul>
São Cristóvão e Nevis	- construção e ampliação de habitações.
São Vicente e Granadinas	- infraestrutura esportiva e pesqueira, habitações, estradas rurais e aquedutos.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de SELA (2014b)

Por outro lado, ambos organismos dependem da liderança venezuelana e atualmente, com a instabilidade interna e a forte pressão externa sofrida por esse país, encontram-se estagnados. Os limites encontrados pela ALBA e o PETROCARIBE não se dão pelo não enfrentamento à hegemonia estadunidense, como é o caso da AEC e da Caricom, mas justamente por ousar enfrenta-la. Caso se consolide uma mudança nos rumos da política venezuelana, como se ensaia há tempos – do mesmo modo em Cuba, o segundo pilar da ALBA – esse organismo pode caminhar para sua completa dissolução. Desse modo, a América Central compartilha do dilema latino-americano, que:

Não nasce da incongruência entre o sistema compartilhado de valores ideais e a práxis social [...] ele provém da mais profunda necessidade histórica social de economia e equidade. Isso significa que as alternativas políticas efetivas deixam uma margem estreita para as opções coletivas (FERNANDES, 1975, p.31)

Ao longo de sua sofrida e fantástica história, a América Latina parece empenhada em seguir unida, mesmo com todos os percalços, fragmentações e conflitos a que foi e é exposta. Nessa união há que se incluir as pequenas ilhas do Caribe, sejam elas latinas ou anglófonas, pois compartilham uma mesma história de dominação, subalternidade e dependência, fazem, portanto, parte do continente e mais do que isso, ocupam uma posição central no cenário geopolítico e geoestratégico global. No mesmo discurso em que defendia as ilhas do Caribe contra as empresas bananeiras na Cúpula da AEC, Fidel Castro apontava:

Às vezes tenho a impressão de que somos cidadãos situados numa esquina, que desejamos ir para algum lugar e pegamos o primeiro ônibus que passa, um dia um, outro dia outro, e assim muitas vezes marchamos em todas as direções (CASTRO, 1999).

Resta-nos construir uma alternativa hegemônica que inclua todo o continente, para que embarquemos em conjunto, seguindo o mesmo caminho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo nesse trabalho foi verificar a dinâmica da política internacional na América Central. A princípio pensávamos em um recorte contemporâneo, desde os anos 90 até nossos dias, porém, como é comum ocorrer, a realidade se mostrou em toda sua complexidade e exigiu-nos o exercício da digressão. Uma pergunta prévia que parecia simples e dávamos como certa, “o que é a América Central?”, revelou respostas muito mais diversas do que poderíamos imaginar. Assim, nossos esforços iniciais da pesquisa, bem como parte da discussão que abre esse trabalho são dedicados a apresentar a variedade de respostas para essa pergunta e a construir uma própria, que fizesse jus à história da região.

Afinal, o que é a América Central? Mais do que um espaço geográfico, a América Central se revelou para nós como uma síntese da América Latina, um local onde todos os processos político-culturais que se desenvolveram no continente ocorrem de maneira ainda mais concentrada e explosiva, onde a exploração colonial é disputada de maneira mais ferrenha pelas potências, a escravidão é mais volumosa e sangrenta, a hegemonia estadunidense é mais presente e atuante. Dessa forma, chegamos a uma concepção de América Central que inclui istmo e ilhas, vistos como um conjunto que compartilham uma história sócio-política e também determinados aspectos culturais, agrupados em uma identidade caribenha (que também é latino-americana) a qual se sobrepõe às diferenças linguísticas, religiosas e raciais que existem em variados níveis entre os países.

Com isso, tivemos sob nosso enfoque uma região formada por 20 Estados, 19 dependências, ao menos 4 línguas oficiais europeias, além de inúmeras línguas nativas das mais diversas etnias. Se ao olharmos para os países é normal, por vezes, perdemos a dimensão daquilo que representam – quando falamos “São Cristóvão e Nevis”, por exemplo, estamos nos remetendo a um território, suas formações geográficas, seu ar, sua água e sua terra e principalmente, à sua população, às pessoas e suas redes de inter-relações que coexistem naquele espaço – quando olhamos para uma região podemos perder de vista os elementos particulares que a formam, os Estados, os Mercados e os movimentos internacionais que os perpassam (sejam eles intergovernamentais, transnacionais ou supranacionais). Cientes disso, procuramos não permitir que a visão do todo obscurecesse sobremaneira o particular, porém, confiantes de que olhar a região em seu conjunto permitiria entender melhor a dinâmica internacional em que estão inseridos.

A ferramenta que permite esse olhar sobre o todo pensando nas multiplicidades do particular é o estudo na área das Relações Internacionais, nesse aspecto uma nova digressão precisaria ser feita, para situar nosso estudo em um de seus marcos teóricos. A chamada “escola realista” das Relações Internacionais traz importantes contribuições ao enfatizar as disputas e a centralidade do poder nas relações entre Estados, porém é em Gramsci – não necessariamente um teórico das Relações Internacionais – que esse olhar se mostra mais completo. Assim, o conceito de hegemonia e de disputas hegemônicas se tornaram o eixo norteador desse trabalho e com ele fomos capazes de observar as diferentes formas de dominação e consenso que se instalaram na América Central. Em Gramsci tudo está interligado, a ideia de hegemonia traz consigo inúmeros conceitos em íntima relação – tais como Estado ampliado, equilíbrio-instável ou povo-nação – que também nos foram caros.

A quase total ausência de pesquisas brasileiras sobre o a região no âmbito político e principalmente da política internacional (o que não se repete nas questões culturais, onde é relativamente bem estudada) mostra o distanciamento de nosso país em relação a essa região. Atenuar esse distanciamento acabou se tornando um de nossos objetivos. Enquanto, a princípio, argumentamos pela importância estratégica da América Central, suas potencialidades inexploradas e sua história compartilhada com países latino-americanos, também estamos com o próprio trabalho preenchendo o vazio que a América Central representa no estudo das Relações Internacionais na academia brasileira.

Nossa pretensa delimitação histórica da pesquisa “após anos 90” caiu por terra quando fomos buscar os antecedentes que culminaram no neoliberalismo e na hegemonia estadunidenses. Obviamente sabíamos que os Estados Unidos não foram a única, nem a primeira potência a consolidar sua hegemonia na região, porém, a história de como os Estados da América Central se relacionaram com os diferentes padrões de dominação externa e com os diferentes Estados hegemônicos se mostrou tão rica e complexa que fomos obrigados a retomar todo o processo de “descobrimento”, colonização, independências e revoluções que se desenvolvem ali.

As disputas entre as potências europeias pela posse de terras no continente ou das ilhas no mar do Caribe mostra como a inserção dos países-ilhas anglófonos no conceito de América Latina pode ser realizada sem maiores traumas. O sistema de exploração espanhol, francês, holandês ou inglês diferem-se muito pouco, apenas no grau de técnica utilizado, com os ingleses já dando mostras do pioneirismo que alcançarão com a Revolução Industrial. Nesse início, entretanto, as bases ainda são as grandes plantações com vasta utilização de mão-de-obra escrava. Assim, as estruturas criadas nas colônias também são semelhantes entre si, com



ligeiras alterações. Ademais, as constantes mudanças de posse das ilhas entre os países potências imiscuem essas heranças culturais deixadas pelo colonizador. Estima-se que Trinidad Tobago tenha sofrido mais de 30 mudança de posse entre os colonizadores, isso se expressa em um país anglofôno, com fortes traços culturais espanhóis e influência holandesa, a capital trinitária-tobagense, por exemplo, é denominada Port-of-Spain, ou seja, “Porto da Espanha”, mas em língua inglesa. Outro exemplo é o “*papiamento*”, língua falada nas Antilhas Holandesas, que possui elementos do português, espanhol, holandês, além de línguas africanas e indígenas.

As heranças deixadas pelo colonizador não foram apenas culturais, mas também político-econômicas. A escravidão deixa suas marcas na manutenção de desigualdades raciais, mesmo em países de maioria negra. Essa espécie de sociedade de “castas” é uma mancha indelével na história de toda a América Latina, principalmente no Brasil e nas ilhas do Caribe. Também a situação de dependência que desde então o istmo e as ilhas tentam superar tem seu início nesse processo, de “acumulação primitiva” e segue atualmente de maneira mais rebuscada. As tentativas de superar a dependência não só dos movimentos de independência que criam os Estados-Nação na região (sendo que muitas vezes a independência paradoxalmente agrava a situação de dependência, apenas em um novo marco), mas também em processos revolucionários, que tentam romper com toda a lógica do sistema capitalista que se expressa no sistema internacional que os oprimem. Istmo e ilhas novamente estão juntos nesse processo, com movimentos revolucionários em Cuba e Granada no Caribe e em El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua no istmo.

Dessa forma, embora inesperados, esses recuos históricos mostraram-se salutares para o decorrer de nosso trabalho, o foco deixou de ser a política internacional contemporânea, mas por outro lado as disputas hegemônicas ficaram mais claras, desde seu início com a hegemonia britânica até o atual estágio da hegemonia estadunidense. Por certo, isso não significou o abandono do que outrora era nosso foco. A análise da política internacional contemporânea na América Central é empreendimento para o qual os últimos esforços da pesquisa foram destinados.

Para tanto, nos detemos na criação e atuação dos organismos intergovernamentais com base na região, isto nos permitiu continuar observando a região como um todo, sem perder de vistas os interesses em jogo e os processos particulares dos Estados que se destacam na articulação da política internacional dessa região. Por meio dessa análise percebemos que tanto os pequenos estados-ilhas como os países do istmo enxergam a integração regional como uma perspectiva para seu desenvolvimento. No caso do istmo, a integração tem

profundas raízes históricas, os países vem tentando manter-se unidos desde sua independência, quando eram as Províncias Unidas da América Central, as forças centrífugas porém, foram mais fortes que a coalização dessas províncias que se fragmentaram em cinco Estados independentes. A ODECA tenta reavivar os elos entre os países do istmo no pós-guerra, que apresenta um novo marco para a política internacional com a expansão dos organismos internacionais. Porém, o istmo encontrava-se fortemente dividido pelas disputas ideológicas da Guerra Fria, com revoluções longas e violentas ocorrendo no interior de seus Estados. A SICA surge com o fim desse contexto, tentando reanimar a integração regional, no que vem encontrando relativo sucesso, mas ainda insuficiente perto do que fora no passado a união desses países.

Na América Central Insular, a Caricom surge como um processo inovador e ambicioso, buscando o desenvolvimento e a industrialização dos países-ilhas, mas acaba redirecionado por processos liberalizantes, o que culminou na adoção de uma postura de “regionalismo aberto” na ascensão da ideologia neoliberal. A AEC, pensada como um organismo mais amplo para diversificar a rede de relações da região e ampliar sua participação internacional revelou-se inócua para os pequenos países, com promessas que não avançam e propostas reiteradas que não se corporificam. A ALBA-TPC e o PETROCARIBE surgem como alternativas para a região apresentando avanços palpáveis. Com elos pela América do Sul e protagonismo venezuelano esses organismos desafiam a hegemonia estadunidense e por isso pagam o preço de encontrarem-se isolados e atualmente instáveis.

Em suma, ao contrário do que se poderia imaginar pelas suas óbvias fragilidades, os países da América Central não fazem figuração no sistema internacional. Eles existem e são atuantes. Claramente a ausência de maiores recursos de poder não permite uma inserção e assertividade maiores, porém, mostram-se cientes de seus desafios e em busca de soluções para superá-los. De nossa parte, acreditamos que a superação só poderá se dar com a alteração da lógica do sistema internacional, não mais baseado em um sistema econômico capitalista. Para tal mudança, toda e qualquer participação é importante. Até a das menores das ilhas.

## REFERÊNCIAS

AEC. **Association of Caribbean States: {1994- 2014} 20 years promoting cooperation in the Greater Caribbean.** Ciudad de México: Magenta Ediciones, 2014.

AEC. **Convenio Constitutivo de la Asociación de Estados del Caribe.** Cartagena de Indias, 1994. Disponível em: <<http://www.acs-aec.org/index.php?q=es/sobre/convenio-constitutivo-de-la-asociacion-de-estados-del-caribe>>. Acesso em 14 jan. 2017.

AEC. **Declaration of Principles and Plan of Action on Tourism, Trade and Transportation.** Port-of-Spain, 1995. Disponível em: <<http://www.acs-aec.org/index.php?q=documents/osg/1995/declaration-of-principles-and-plan-of-action>>. Acesso em 14 jan. 2017.

AEC. **Plan de Acción para el Periodo 2016-2018.** La Habana, 2016. Disponível em: <[http://www.acs-aec.org/sites/default/files/plan\\_de\\_accion\\_vii\\_cumbre\\_habana\\_spa.pdf](http://www.acs-aec.org/sites/default/files/plan_de_accion_vii_cumbre_habana_spa.pdf)>. Acesso em 14 jan. 2017.

ALBA. **Comunicado Conjunto.** Havana, 2006. Disponível em: <[http://www.portalalba.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1225:2006-04-28-y-29-iii-cumbre-la-habana-cuba-comunicado-conjunto&catid=130&Itemid=146](http://www.portalalba.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1225:2006-04-28-y-29-iii-cumbre-la-habana-cuba-comunicado-conjunto&catid=130&Itemid=146)>. Acesso em: 21 jan. 2006.

ALBA. **Declaración Conjunta Venezuela - Cuba.** Havana, 2004. Disponível em: <[http://www.portalalba.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1221:2004-12-14-i-cumbre-la-habana-cuba-declaracion-conjunta-venezuela-cuba&catid=130&Itemid=146](http://www.portalalba.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1221:2004-12-14-i-cumbre-la-habana-cuba-declaracion-conjunta-venezuela-cuba&catid=130&Itemid=146)>. Acesso em 21 jan. 2017.

ALBANO, Gleydson Pinheiro. Multinacionais de Bananicultura e Exploração do Trabalhador. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2009. p. 1 - 22.

ALFONSO, Laneyd Martínez. **La Comunidad del Caribe (CARICOM) en el contexto de un nuevo regionalismo latinoamericano (2001-2012): cambios, desafíos y oportunidades.** Buenos Aires: Clacso, 2013. (Policy Brief).

ARICÓ, José. **La cola del diablo: itinerario de Gramsci en América Latina.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina, 2005.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações.** Ed. UnB/FUNAG: Brasília, DF, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Rio de Janeiro: UNESP, 1995.

ARRIGHI, Jean Michel. **OEA: Organização dos Estados Americanos**. Barueri: Manole, 2004.

AVAREZ, Sílvia. **O que aconteceu com a Guatemala?** Disponível em: <<http://alainet.org/active/50787&lang=es>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. A arara e o quetzal: reflexões sobre as relações entre o Brasil e os países centro-americanos. **Meridiano**, Rio de Janeiro, v. 107, n. 47, p.12-13, jun. 2009.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. O Brasil frente ao conflito regional na América Central: oposição ao intervencionismo e apoio à solução negociada, justa, equilibrada e duradoura (1979-1996). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 46, p.66-92, abr. 2003.

AXLINE, Andrew. La política del regionalismo y las asimetrías: perspectivas para la integración hemisférica en las Américas. In: LOMBAERDE, Philippe de (Ed.). **Integración asimétrica y convergencia económica en las Américas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002. p. 159-196.

BALTODANO, Mônica. Nicarágua: Do sandinismo ao orteguismo. **Rebelión**, Curitiba, p.1-5, jun. 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BARATTA, Giorgio. **As Rosas e os Cadernos: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BID. **Aproveitando as oportunidades para um crescimento sustentável: Plataforma de Biodiversidade do BID para a América Latina e o Caribe**. Washington: Bid, 2012.

BISHOP, Maurice. **In Nobody's Backyard: Speech**, 13 April 1979. Disponível em: <<http://www.thegrenadarevolutiononline.com/bishnobodybkyd.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BLÁZQUEZ, Macià; CAÑADA, Ernest; MURRAY, Ivan. Búnker Playa-sol: conflictos derivados de la construcción de enclaves de capital transnacional turístico español en el Caribe y Centroamérica. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 15, n. 368, p.1-17, jul. 2011

BOSCH, Juan. **De Cristóbal Colón a Fidel Castro: El Caribe frontera imperial.** Cidade de México: Miguel Ángel Porrúa, 2009. (La Historia: conocer para decidir).

BRAGA, Alice Serpa. Organizações internacionais e o surgimento da ONU. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 111, 2013. Disponível em: <[http://ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13072&revista\\_caderno=16](http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13072&revista_caderno=16)>. Acesso em 15 dez. 2016.

BRAVEBOY-WAGNER, Jacqueline Anne. **Small States in Global Affairs: the foreign policies of the Caribbean community.** New York: Palgrave Macmillan, 2008.

BRUIT, Héctor H. A Invenção da América Latina. In: Encontro da ANPHLAC, 5, 2000, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos.** Belo Horizonte: 2000. p. 1 - 12. Disponível em: <[http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/hector\\_bruit.pdf](http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/hector_bruit.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2015.

BUENO, Eduardo. Apresentação: o genocídio de ontem e hoje. In: LAS CASAS, Bartolomeu de. **O Paraíso Destruido: A sangrenta história da conquista da América.** Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 9-25.

BURNETT, Christina Duffy. The Edges of Empire and the Limits of Sovereignty: American Guano Islands. **American Quaterly**, Baltimore, v. 3, n. 57, p.779-803, 2005.

CARICOM. **Agreement Between the Caribbean Community (Caricom) and the Government of the Republic of Venezuela on Trade and Investment.** Caracas, 1992. Disponível em: <[http://archive.caricom.org/jsp/secretariat/legal\\_instruments/agreement\\_caricom\\_venezuela.pdf](http://archive.caricom.org/jsp/secretariat/legal_instruments/agreement_caricom_venezuela.pdf)>. Acesso em 14 jan. 2017.

CARICOM. **Agreement Between the Caribbean Community (Caricom) and the Government of the Republic of Colombia on Trade, Economic and Technical Co-Operation.** Cartagena, 1994. Disponível em: <[http://archive.caricom.org/jsp/secretariat/legal\\_instruments/agreement\\_caricom\\_colombia.jsp?menu=secret?](http://archive.caricom.org/jsp/secretariat/legal_instruments/agreement_caricom_colombia.jsp?menu=secret?)>. Acesso em 14 jan. 2017.

CARICOM. **Michael Norman Manley.** Disponível em: <[http://archive.caricom.org/jsp/projects/personalities/michael\\_norman.jsp?menu=projects](http://archive.caricom.org/jsp/projects/personalities/michael_norman.jsp?menu=projects)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CARICOM. **Principles for a Multilateral Agreement Between the Caribbean Community and Venezuela.** Basseterre, 1991. Disponível em: <[http://archive.caricom.org/jsp/secretariat/legal\\_instruments/agreement\\_caricom\\_venezuela\\_principles.jsp?](http://archive.caricom.org/jsp/secretariat/legal_instruments/agreement_caricom_venezuela_principles.jsp?)>. Acesso em 14 jan. 2017.

CARICOM. **Revised Treaty of Chaguaramas**: Establishing the Caribbean Community Including the Caricom Single Market and Economy. Nassau, 2001. Disponível em: <<http://caricom.org/about-caricom/who-we-are/our-governance/the-revised-treaty/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CARICOM. **Treaty Establishing the Caribbean Community**. Chaguaramas, 1973. Disponível em: <<http://caricom.org/community/the-original-treaty/>> Acesso em: 15 dez. 2016.

CARICOM. **Who we are**. Disponível em: <<http://caricom.org/about-caricom/who-we-are>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CARR, Edward Harret. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. 2. ed. Brasília: UNB, 2001.

CASTRO, Fidel. **Intervenção na primeira sessão de trabalho da Cimeira da AEC**: São Domingos, República Dominicana, 17 de abril de 1999. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1999/por/f170499p.html>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

CASTRO, Thales de. **Teoria Das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CHOMSKY, Noam. **Presidential ‘Peacemaking’ in Latin America**. 2010. Disponível em: <[http://inthesetimes.com/article/5375/presidential\\_peacemaking\\_in\\_latin\\_america](http://inthesetimes.com/article/5375/presidential_peacemaking_in_latin_america)>. Acesso em: 09 jun. 2016.

CIA. **World Factbook**. 2014. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>>. Acesso em: 14 set. 2015.

COLL, Armando López. **La Comunidad del Caribe (CARICOM) en la encrucijada**. La Habana: Centro de Investigaciones de Economía Internacional, Universidad de La Habana, jan 2000.

CRAWFORD, Sharika. Panama Fever: Colombian Fears of Secession on San Andrés and Providencia Islands, 1903–1913. **The Global South**, Bloomington, v. 6, n. 2, p.15-38, jan. 2012.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo, Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

ESTADOS UNIDOS. **Act nº 48 U.S.C.** cap.8 §§ 1411-1419, de 18 de agosto de 1856. Guano Island Act. Washington, D.C. Disponível em: <<https://www.law.cornell.edu/uscode/text/48/chapter-8>> Acesso em: 29 jul. 2016.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. “Patria ou muerte”: os 30 anos da Revolução Sandinista. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 103, p.1-6, dez. 2009.

FARIAS, Déborah Barros Leal. Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 51, p.105-122, abr. 2008.

FARIAS, Déborah Barros Leal. **O Brasil e o CARICOM**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 1, n. 43, p.43-68, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.**

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Alípio. 1944-1954 – Dez anos na Guatemala: Apêndice. In: ASTURIAS, Miguel Ángel. **Week-end na Guatemala**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

GARRETT, R. Sam. **Political Status of Puerto Rico: Options for Congress**. Washington D.C: Congressional Research Service, 2011.

GAZTAMBIDE, Antonio. La invención del Caribe a partir de 1898 (las definiciones del Caribe, revisitadas). **Jangwa Pana** v. 5, n. 1, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/jangwapana/article/view/441>>. Acesso em: 26 de maio de 2015.

GIRVAN, Norman. Caribbean Community: The Elusive Quest for Economic Integration. In: HALL, Kenneth; CHUCK-A-SANG, Myrtle. **CARICOM: Policy Options for International Engagement**. Kingston: Ian Randle Publishers, 2010. p. 34-67.

GIRVAN, Norman. **Cooperation in the Greater Caribbean: The Role of the Association of Caribbean States**. Kingston: Ian Randle Publishers, 2006.

GIRVAN, Norman. **Reinterpretar El Caribe**. Revista Mexicana del Caribe. Chetumal: Universidad de Quintana Roo, a. IV, no. 7, 1999, p.1-25. Disponível em: <<http://www.normangirvan.info/wp-content/uploads/2007/11/reinterpretar-al-caribe.pdf>>. Acesso em: 03 Ago. 2015.

GLEIJESES, Piero. The Limits of Sympathy: The United States and the Independence of Spanish America. **Journal of Latin American Studies**, New York, v. 24, n. 3, p.481-505, out. 1992.

GÓES, Camila Massaro de. **Existe um pensamento político subalterno? Um estudo sobre os subaltern studies: 1982-2000**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo,

2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-12062015-114259/>>. Acesso em: 10 Ago. 2016.

GÓES, Camila Massaro de. Usos de Gramsci e a tradução do marxismo na América Latina: uma investigação sobre as revistas *Presença* e *Pasado y Presente*. **GPMPP Working Papers**, Campinas, n. 4, 2016.

GONZÁLEZ, Adolfo. **La revolución de Granada**. Nueva Sociedad, Caracas, n. 58, p.81-92, jan. 1982.

GOENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**, São Paulo: v.18,n.50, p.295-302, Abr. 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a25v1850.pdf>>. Acesso em:10 Ago. 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 3**. Edição e Tradução. Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 1**. Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, vol. 2**. Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 7ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Inserção Internacional do Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, (17):1-31, dez. 2001.

GUTIÉRREZ, Dogoberto; NIETO, Fidel. Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN): da insurreição à instituição. **Marxismo Vivo**, v. 10, p.111-118, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A visão do paraíso**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1969.

HOWSON, Richard; SMITH, Kylie, Hegemony and the Operation of Consensus and Coertion. In: \_\_\_\_\_. **Hegemony: Studies in Consensus and Coertion**. New York: Taylor & Francis, 2008.

IANNI, Octavio. Enigmas do pensamento latino-americano. São Paulo: **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, 2000. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/iannienigmas.pdf>>. Acesso em: 03 Ago. 2015.

IANNI, Octavio. **O Labirinto Latino-Americano**. Petrópolis: Vozes, 1993.



IANNI, Octavio. A dialética da globalização. In: **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, p.5-40, mar. 1988.

IANNI, Octavio. **Teorias da estratificação social: leituras de sociologia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

JAGUARIBE, Hélio. Tucídides e a História da Guerra do Peloponeso. In: TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Prefácio p. XXIV-XXXIX. (Clássicos IPRI).

JAMES, C. L.R. **Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

JAMES, Winston. The decline and fall of Michael Manley: Jamaica 1972 - 1980. **Capital & Class**, Edinburgh, v. 7, n. 1, p.143-182, set. 1983.

LAS CASAS, Bartolomeu de. **O Paraíso Destruido: A sangrenta história da conquista da América**. Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 9-25.

LENINE, Vladimir Ilitch. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. In: LENINE, Vladimir Ilitch. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Edições Progresso, 1984.

LEWIS, Patsy. Bananas and labour: a comparative perspective on banana production in Central America and the Windward Islands. In: **Latin American Studies Association Congress**. Miami: Lasa, 2000. p. 1 - 19.

LOGUERCIO, Edgardo Alfredo. **Pan-americanismo versus Latino-americanismo: origens de um debate na virada dos séculos XIX-XX**. 2007. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso Interdisciplinar de Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2007.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Política Internacional, Relações Internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo. **Texto para Discussão**. Campinas: v. 218, p. 1-49, 2013.

MARTÍ, José. **Obras completas**. Vol. 20: Epistolario. Editorial de Ciencias Sociales, 1991.

MARX, Karl.ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

MATHIAS, Meire. Hegemonia e processos de integração na América Latina: contribuições ao debate. In: PASSOS, Rodrigo; SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (org.) **Relações Internacionais Contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. Marília: Oficina de Universitária; São Paulo: Cultura acadêmica, 2014. p. 113-128.

MATHIAS, Meire. Inserção internacional do Brasil contemporâneo: o pêndulo das mudanças. **Revista Aurora**, 6, dec. 2012, pp. 161-174. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/2702>>. Acesso em: 04 Ago. 2014

MATHIAS, Meire. Para pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 15, n. 175, p.69-75, ago. 2015.

MATHIAS, Meire. Inserção Internacional: três temas na agenda brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, 16(2): 27-35, 2002.

MATHIAS, Meire. O desenvolvimento sob impacto das reformas na América Latina: o legado dos anos 1990. *Novos Rumos*, Marília, p.121-134, jul. 2012b.

MATHIAS, Meire; BRITO, Cássius M. T. M. B. de. Dependência, imperialismo e capital-imperialismo. **Rebela:Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, n. 26, p.326-355, maio 2016.

MORAES, Ana Carolina Reginatto. Transição política e democratização na Guatemala: Os alcances da justiça transicional. In: Seminário Internacional de História Contemporânea, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Meio Digital, 2012. p. 527 – 536

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Editora da UNB, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, IPRI, 2003.

NEARING, Scott; FREEMAN, Joseph. **Dollar Diplomacy: A Study in American Imperialism**. New York: B. W. Huebsch And The Viking Press, 1925.

OECD. **Our history**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/homepage/history>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

OHARA, Koichi; MATSUDA, Hiroshi. A recepção de Gramsci no Japão. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 235-250.

ONU. **Demographic Yearbook**, 2014. Disponível em <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dybsets/2014.pdf>>, acesso em: 11 maio 2016

PASSOS, Rodrigo Fernandes dos. Uma análise preliminar sobre a interpretação de Gramsci por Robert W. Cox. **Informe Econômico**, Teresina, v. 18, n. 35, p.39-43, dez. 2015.

PHELAN, John L. **El origen de la idea de America**. Cidade de México: UNAM, 1979. (Cuadernos de cultura latinoamericana).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 20, dez. 2009. ISSN 2176-9109. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/16231>>. Acesso em: 03 Ago. 2015.

QUENTAL, P. A latinidade do conceito de América Latina. **GEOgraphia**, América do Norte, 14, jan. 2013. Disponível em:<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/520>>. Acesso em: 03 Ago. 2015.

RAMOS, Dornival Venâncio. A Invenção do Caribe como Contracultura e a Revolução Cubana. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, v.8, n. 16, p.459-469, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/2442>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

RAMOS, Dornival Venâncio. ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Lentilhas e lobas: história e ficção na Pirataria do Caribe. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, v. 12, p. 02-18, 2015.

REINOSA, Milagros Martínez; GARCIA, Félix Valdés. ¿De qué Caribe Hablamos? In: SALAZAR, Luis Suárez; AMÉZQUITA, Gloria (Comp.). **El Gran Caribe en el Siglo XXI: Crisis y Respuestas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2013. p. 21-34. (Grupos de trabajo de CLACSO).

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. As relações internacionais do Brasil com o Caribe. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, v. 2, n. 4, p.69-86, jan/jun, 2004.

RODRIGUEZ, José Anzagasty. Narrativas y sondeo del capitalismo-estadounidense sobre los recursos naturales de Puerto Rico (1898-1917). **Memorias**, Barranquilla, n. 26, p. 120-151, Maio, 2015. Disponível em:< <http://www.scielo.org.co/pdf/memor/n26/n26a04.pdf> >. Acesso em: 28 jul. 2016.

ROJO, Antonio Benitez. **La isla que se repite**: El Caribe y la perspectiva posmoderna. Hanover: Ediciones del Norte, 1998.

ROOSEVELT, Theodore. **Letter to Henry L. Sprague**: Albany, New York, January 26, 1900. 1900. American Treasures of the Library of Congress. Disponível em: <<https://www.loc.gov/exhibits/treasures/trml139.html>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras Estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ROSEVICS, Larissa. **O legado de Edward Hallet Carr para as Relações Internacionais**. 2015. Disponível em: <<http://www.dialogosinternacionais.com.br/2015/01/o-legado-de-edward-hallet-carr-para-as.html>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SANCHES, Rodolfo. **"Projeto Chile"**: um elo ativo na revolução passiva. 2016. 194f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Unesp, Marília, 2016.

SANTOS, Norma Breda dos. Cinquenta anos de OEA: O que comemorar?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p.159-164, nov. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n2/v41n2a09.pdf>>. Acesso em: 15 dez 2016.

SCHEMAN, Lloyd Ronald. Rhetoric and Reality: The Inter-American System's Second Century. **Journal Of Interamerican Studies And World Affairs**, Miami, v. 29, n. 3, p.1-31, fev. 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/165842>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SELA. **Evolución de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP)**. Caracas: Sela, 2014b.

SELA. **Evolución de la Asociación de Estados del Caribe (AEC)**. Caracas: Sela, 2015.

SELA. **Evolution of the CARICOM integration process**. Caracas: Sela, 2014.

STEPHENS, Evelyne Huber; STEPHENS, John. **Democratic Socialism in Jamaica: The Political Movement and Social Transformation in Dependent Capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

TONET, Ivo. Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <[http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/A\\_Ideologia\\_Alema-Introducao.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/A_Ideologia_Alema-Introducao.pdf)>. Acesso em: 04 Ago. 2016.

ULLOA, Max Sáurez; CORRALES, Dúnnia Marín. La ODECA: intento de integración política centroamericana. In: ULLOA, Max Sáurez; ACOSTA, Willy Soto. **Centroamérica: Casa Común e Integración Regional**. San José: Lara Segura & Asociados, 2014. p. 47-57.

VÁSQUEZ, Edwin; CHIRIBOGA, Manuel. **Bananas**: uma década na agenda da OMC. Pontes, Genebra, v. 6, n. 3, p.5-6, dez. 2007.

VIGEVANI, Tullo. Ciclos longos e cenários contemporâneos da sociedade internacional. **Lua Nova**, São Paulo, n.46, p.5-53,1999. Disponível em<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n46/a02n46.pdf>> acesso em 19 jul. 2016.

VIGEVANI, Tullo; ARAGUSUKU, Juliano A. S. Percepções sobre a OEA na Política Externa Brasileira. In: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; VIEIRA, Noemia Ramos; SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (Org.). **Relações Internacionais Contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. Marília: Oficina Universitária, 2014. Cap. 7. p. 131-146.

VILABOY, Sergio Guerra; GALLARDO, Alejo Maldonado. Raíces históricas de la integración latinoamericana. In: CRISORIO, Carolina et al. **Historia y Perspectiva de la integración latinoamericana**. Morelia: Asociación para la Unidad de Nuestra América (AUNA)/Escuela de Historia de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2000. p. 31-84.

WIC.**Time for Action**: report of the West Indian Commission. Kingston: University of the West Indies, 1992.